

EXEMPLAR

20

CRUZEIROS

EDIÇÃO DIÁRIA

NOVOS RUMOS

ANO IV — Rio de Janeiro, domingo, 30 de setembro de 1962 — Nº 18

Eleições em São Paulo: Relação Dos Candidatos Apoiados Pelos Comunistas

Lista na 7ª página

ILEGAL E IMORAL

Repercutiu como um ato de traição aos interesses nacionais a decisão do ministro Godoi Ilha...

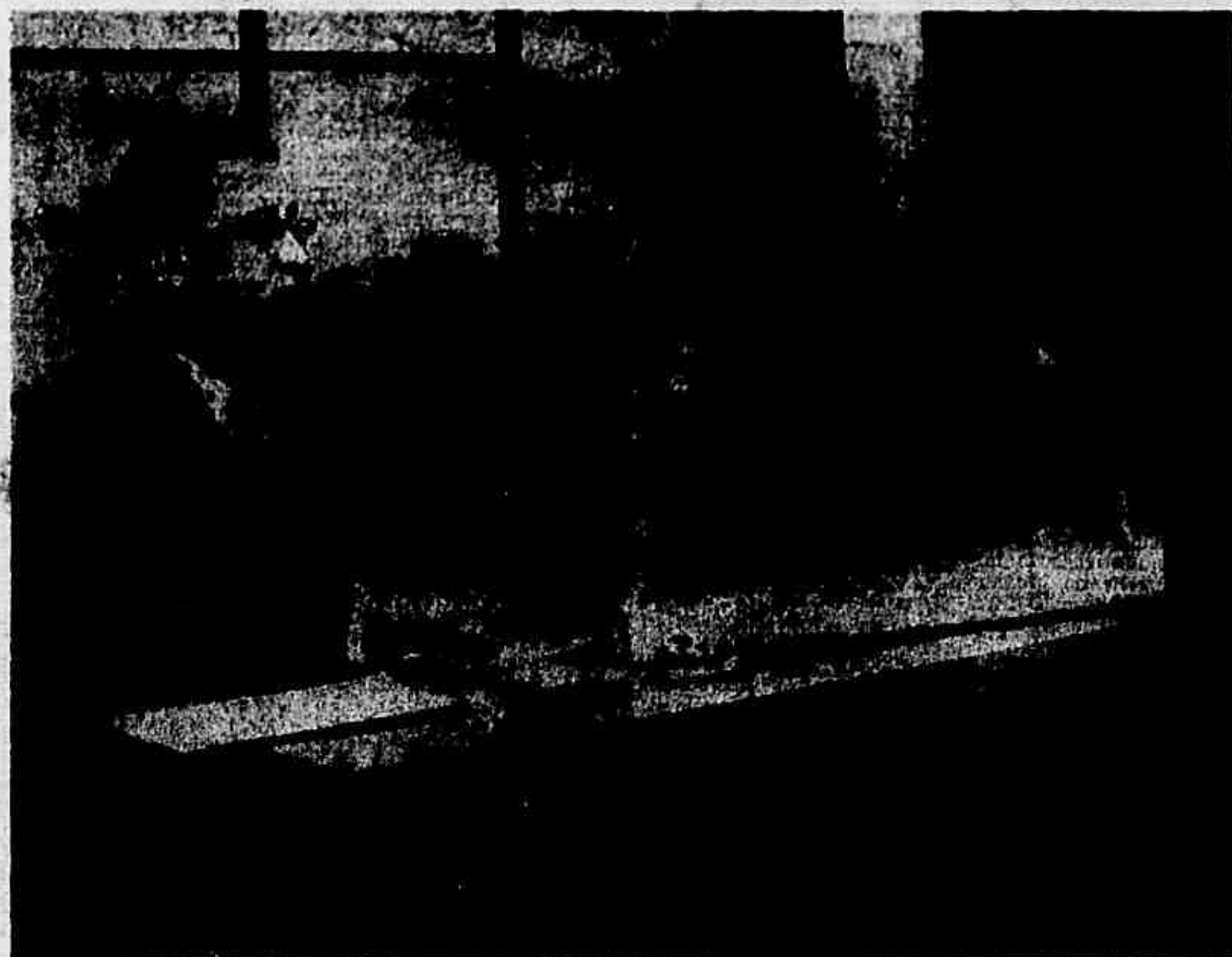
Essa concessão era uma ilegalidade, uma imoralidade e um atentado aos interesses do Brasil...

Vergonhosa, portanto, é a decisão do sr. Godoi Ilha. Tão magramente vergonhosa que o juiz concedeu a liminar...

As circunstâncias de que esses estudos foram orientados por um jurista da envergadura de Gabriel Passos...

Denúncia à Nação: Lacerdistas Têm Plano Para Fraudar o Pleito

pág. 3



POPULARES NACIONALISTAS E DEMOCRATAS

Mourão Filho e Hércules Corrêa dos Reis, dois dos candidatos indicados pelos comunistas na Guanabara...

Hércules é o deputado operário que o povo carioca reconduziu ao Palácio Tiradentes, onde sua atuação tem-se caracterizado pela defesa a mais consequente dos interesses dos trabalhadores...

Candidatos Populares no Rádio e Televisão: Hoje e Amanhã

Marco Antônio Coelho e Sinval Palmeira falarão hoje, às 16 horas, na TV Rio. As 17,15 horas, pelo microfone da Rádio Roquete Pinto...

Amãnhã, segunda-feira, Marco Antônio Coelho e João Massena Melo apresentar-se-ão perante as câmaras da TV Continental...

SÃO PAULO: CANDIDATOS POPULARES REALIZARÃO COMÍCIOS DA VITÓRIA

Grandes comícios em Rio Claro, Marília, Ribeirão Preto e Santos encerrarão a campanha dos candidatos populares apoiados pelos comunistas em São Paulo...

GRANDE COMÍCIO EM NITERÓI DOS CANDIDATOS POPULARES

Um grande comício de encerramento da campanha eleitoral dos candidatos populares, será realizado em Niterói, na próxima terça-feira, dia 2 de outubro...

Falarão no ato: Luiz Carlos Prestes, Tenório Cavalcanti, Demistocleides Baptista, Afonso Celso, Aristoteli Miranda, Francisco Alves da Costa, Adão Pereira Nunes...

ESTE É JURACI

Excepcionalmente, o leitor encontrará nesta edição a seção "ESTE É JURACI" na página 3. Também na mesma página, ainda sobre o candidato que chamou de "cafajestes" o povo carioca...

HOJE — DOMINGO — GRANDE COMÍCIO

Largo do Machado — às 20 horas

Oradores: Marco Antônio Coelho, João Massena Melo, Sinval Palmeira, Hércules Corrêa dos Reis

Artigo de MARCO ANTÔNIO COELHO

Salário Mínimo e Carestia

De janeiro a julho deste ano o custo de vida subiu 25% na Guanabara (segundo a Fundação Getúlio Vargas) e 33% em S. Paulo (segundo a "Revista de Estudos Sócio-Econômicos")...

A inflação explora brutalmente os grupos assalariados da população, particularmente a classe operária. O que faz hoje a inflação com o salário do operário que recebe salário mínimo é o mesmo que um roubo mensal de Cr\$ 3.900,00 ou seja, a diferença entre o salário nominal de Cr\$ 13.440,00 e o salário real...

Além disso, mostram os cálculos de especialistas que o pagamento de salários representa apenas cerca de 10% do custo total da mercadoria, no qual pesam muito mais itens como matérias-primas, energia, transportes, amortização do equipamento, etc. Dessa forma, ainda admitindo essa hipótese absurda de que é a elevação do salário mínimo que dá o impulso ao processo inflacionário...

ferida da camada da população que recebe salário mínimo para os grupos latifundiários, imobilitários, banqueiros e industriais.

O processo de exploração é evidente. Sobem os preços de todas as mercadorias menos da força de trabalho. E com essa diferença de preços, dá-se uma transferência de rendas de bilhões e bilhões de cruzeiros. Ainda que o custo de vida estabilizasse a partir de agora, somente com a atual diferença entre salário nominal e real haverá, até o fim do ano, uma transferência de quase 30 bilhões de cruzeiros do bolso dos que ganham o mínimo para os cofres dos grupos econômicos. E ainda há quem tenha o desplaneje de afirmar que é o aumento do salário mínimo que provoca a inflação! Se tudo isso, o que pode fazer a classe operária sendo exigir elevação do salário mínimo?

Já é tempo, igualmente, que a classe operária exija um aumento de sua participação na renda nacional. Se toda a nossa riqueza, se todo o desenvolvimento dos últimos anos é resultado, fundamentalmente, do trabalho dos operários brasileiros, por que devem eles limitar-se somente a exigência de novos mínimos que mal restabelecem o poder de compra do salário mínimo anterior?

Os novos salários mínimos deverão representar não somente um restabelecimento do poder aquisitivo dos mínimos anteriores, mas também um aumento da participação da classe operária na renda nacional.

De fato, aumenta a renda nacional mas não a participação dos operários nessa renda. O mínimo de Cr\$ 3.800,00 decretado em julho de 56, aos cruzeiros de 1954, representou um salário real de Cr\$ 2.550,00, ou seja, mal restabeleceu o poder de compra do salário mínimo de Cr\$ 2.400,00 decretado em maio de 1954.

O salário mínimo de Cr\$ 6.000,00 de janeiro de 59, aos cruzeiros de 1954, significou um salário real de Cr\$ 2.371,00. Dessa vez, portanto, não foi nem sequer restabelecido o poder de compra do mínimo de 1954. O salário mínimo de 1959, portanto, comprava menos do que o salário mínimo de 1954. Houve uma diminuição da participação dos operários na renda nacional. Essa diminuição foi ainda mais acentuada em 1960, ao decretar-se o mínimo de Cr\$ 9.500,00 que, aos cruzeiros de 1954, representava um salário real de Cr\$ 2.227,00. Somente o mínimo de Cr\$ 13.440,00 restabeleceu novamente o poder de compra do mínimo de 1954. Pois, aos cruzeiros desse ano, representou, no mês em que foi decretado, um salário real de Cr\$ 2.840,00. Contudo hoje, 8 meses depois, este salário tem um poder de compra já mais do que 30% menor.

Os novos salários mínimos deverão representar não somente um restabelecimento do poder aquisitivo dos mínimos anteriores, mas também um aumento da participação da classe operária na renda nacional.

Pressão lanque Sobre OEA: Agressão a Cuba

Texto na 3ª página

TRABALHADORES PAULISTAS: CONCENTRAÇÃO HOJE PARA LUTAR PELO NOVO MÍNIMO

Texto na 2ª página

PROGRAMA PARA O POVO

Circula hoje, juntamente com esta edição de NR, um tabloide de 16 páginas, contendo as resoluções do IV Encontro Sindical Nacional, da III Convenção Nacional dos Bancários, da II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo e do I Encontro de Libertação Nacional.

Este tabloide, "Programa Para o Povo", não poderá ser vendido separadamente.

Roteiro dos candidatos

HOJE:

10 hrs. — Visita a Escola de Samba Império Serrano — Rua Licurgo, 139 — Marco Antônio Coelho e João Massena

11 hrs. — Visita a Escola de Samba União de Jacarepaguá — Rua Bruges, 162 — Hércules Corrêa dos Reis e Marco Antônio Coelho

12 hrs. — Churrasco na Associação de Camponezes de Santíssimo — Marco Antônio Coelho e Hércules Corrêa dos Reis

14 hrs. — Churrasco com motoristas — R. General Camoerá, 556. Realengo — Marco Antônio Coelho, Hércules Corrêa dos Reis e Mourão Filho

15,30 hrs. — Visita ao Clube Oit em Vasconcelos — Hércules Corrêa dos Reis

17,45 hrs. — Centro Espírita Suricê. R. Francisca Manuel, 119. Sampaio — Marco Antônio Coelho e João Massena Melo

18,30 hrs. — Comício no Largo da Fontinha, Oswaldo Cruz — João Massena Melo e Mourão Filho

19 hrs. — Igreja Católica Apostólica Brasileira — Hércules Corrêa dos Reis

20 hrs. — Largo do Machado — Comício — Marco Antônio Coelho, João Massena Melo e Mourão Filho

AMANHÃ: 11,30 hrs. — Operários da Casa da Moeda — Sinval Palmeira e Marco Antônio Coelho

Oeste

TODOS UENISTAS

"Forças federais para o pleito na Bahia, Pernambuco e Alagoas", é o título de uma matéria publicada ontem em "O Globo", na qual dá conta de que o Tribunal Superior Eleitoral decidiu intervir naqueles Estados, a fim de garantir a tranquilidade das próximas eleições.

ERA ESTELIONATARIO

Milton Nissa, cujo verdadeiro nome é Carlos V. de Lacerda, era candidato a prefeito da cidade de Mendes, no Estado do Rio. Pela legenda da União Democrática Nacional, segundo dizem os jornais. Mas, agora, já não é mais candidato, pois acaba de ser preso como estelionatário.

OUTRO ?

Diz "O Globo" que o capitão de fragata Luis Augusto de Moraes Rego, candidato a deputado federal pelo PSD do Paraná, encontra-se preso desde 18 de junho último por solicitação do então ministro da Viação, em virtude de suas atividades como diretor do Serviço de Navegação da Baía do Prata.

PEGA O LADRAO...

Moisés Lupion, muito conhecido no Paraná, está fazendo sua campanha eleitoral à base do anticomunismo. Todo o país conhece esse marginal da política brasileira, e também da sociedade. Tão súo é o seu nome e tantas as falcatruas que ele praticou quando esteve à frente do governo daquele Estado, que os seus correligionários do PSD deixam expulsá-lo das fileiras do partido.

"MURO DA VERGONHA"

"O Globo" vinha patrocinando um "concurso" de monografias sobre o que os imperialistas chamam de "muro da vergonha". Prêmios cobardes. Concorrentes tinham de ser universitários. O prazo se esgotou, e nenhum pretendente aos prêmios se apresentou. "O Globo" prorrogou o prazo. E nada. Durante mais de um mês o vespertino do "comendador" publicou diariamente o edital do concurso. Nada.

BELEZAS DA DEMOCRACIA

Mas "O Globo" não desiste. Fracassado em seu intento de envolver jovens universitários em suas provocações contra o mundo socialista, "O Globo" volta à carga com novo concurso. Monografias sobre a superioridade do "regime democrático". Todo mundo sabe o que o jornal do sr. Roberto Marinho entende por "regime democrático".

EXEMPLO

Prosegue a "guerra" no Mississippi. O negro John Meredith deseja matricular-se na Universidade local. O governador racista e as leis não o permitem fazer isso. Mas ele insiste. Afinal, há ou não há democracia? O governador mandou centenas de soldados embaldados com máscaras contra gases, metralhadoras, capacetes de aço, e outros apetrechos de guerra, cercarem a Universidade. Um verdadeiro muro da vergonha. Será esse o tema do curso de "O Globo"? Será essa a democracia objeto de outro concurso daquele vespertino?

PORTUGAL CONTRA SALAZAR

"A desumanidade do acadêmico Portugal, de serviço no Hospital Souza Aguiar, diz o matutino "Luta Democrática", trouxe em consequência a morte de Salazar, um mendigo. O pobre homem começou a passar mal no interior de um bar. Foi solicitada uma ambulância. O chefe da equipe, o acadêmico Portugal não quis atendê-lo. O moribundo morreu.

IRONIA...

Noticiam os jornais que o dr. Homero Pinho manteve entendimentos com as autoridades policiais tendo em vista a garantia do pleito e dos resultados eleitorais. Mas como? Se o próprio presidente do TRE manda destruir cartazes e faixas de propaganda eleitoral de candidatos da oposição? Se o próprio presidente do TRE fecha os olhos às violências policiais e à intervenção aberta do governador na campanha eleitoral?

DIA 2: GRANDE COMÍCIO EM MAGÉ

MAOIS (Do correspondente) — Prosseguem intensos nesta cidade os preparativos para o grande comício nacionalista e democrático do dia 2 de outubro, na praça Magé. Na grande concentração popular, cujo início está marcado para as 20 horas, falarão o candidato a governador Tenório Cavalcanti, o líder ferroviário e candidato a deputado federal Demisthóclides Baptista, o candidato a deputado estadual Afonso Celso Nogueira Monteiro e os candida-

tos a vereador Irup Santana, médico, e Manoel Ferreira Lima, líder camponês. Hoje Irup Santana e Manoel Ferreira Lima farão comícios relâmpagos em Piabetá, às 10 horas; em Frago, às 18 horas; e em Inhomirim, às 18 horas. No dia 1 de outubro os dois candidatos populares realizaram um comício, às 20 horas, no bairro do Poço Esral. No dia 2, durante o dia, percorrerão as fábricas de tecido do município.

EMPREGADOS HOTELEIROS COM TENÓRIO E GERALDO

SÃO PAULO, 29 (Da sucursal) — Assinado pelos mais resistentes líderes dos empregados em hotéis e similares, está sendo divulgado um manifesto de apoio às candidaturas de Geraldo Rodrigues dos Santos a deputado federal e Luiz Tenório de Lima a deputado estadual. O manifesto denuncia a manobra dos tubarões que financiam grande número de candidatos a deputado estadual a fim de com eles formar «dobradinhas». «Fomos procurados para fazer esse jogo, mas jamais seremos degra para que os tubarões possam subir», afirmam. E prosseguem: «O

dever de nossa consciência sindicalista faz com que apenas apoiemos os que realmente têm condições de se eleger e que estejam ligados ao movimento sindical, para que tenhamos a voz do trabalhador no Parlamento». O documento é assinado por Luiz Cristofolletti, José Ferreira Neves, Osmar Venâncio de Melo, Geraldo F. de Campos, José Wilson Soares, Silvério V. Rodrigues, Luiz Fonseca, Benedito Silveira, José Luiz da Silveira, Terezinha Pimentel, Antônio Mazo, Nair V. de Lima, Purcina de Campos, Francisco da Solidade, Waldir Martins Viana.

REUNIÕES DE FISCALIS: SÃO PAULO

SÃO PAULO, 29 (Da sucursal) — A fim de preparar os fiscais que participarão da realização e da apuração das eleições, realizaram-se duas grandes reuniões em São Paulo. A primeira no dia 5 de outubro, sexta-feira, às 9 horas da manhã, no Comitê Eleitoral dos Candidatos Populares, à rua Asdrubal Nasci-

mento, 160. Dessa reunião deverão participar elementos de Santos, do ABC, de Sorocaba, Jundiaí, Campinas, Osasco, Guarulhos, Mogi das Cruzes, Taubaté e outros municípios vizinhos da capital. No dia 6, às 15 horas, terá lugar uma reunião dos fiscais da capital, no Parque Pedro II, 992, 2.º andar.

Nilópolis Faz Hoje Grande Comício: Candidatos Populares

NILÓPOLIS (Do correspondente) — Grande comício será realizado no dia 30, domingo, às 18 horas, na Praça Paulo de Frontin, de apoio aos candidatos nacionalistas e democráticos. Em todo o município foi realizado, nos últimos dias, intenso trabalho de preparação da dessa manifestação. Bairros e fábricas foram visitados, e os comitês eleitorais foram, de casa em casa, convidando os eleitores para o comício.

O povo de Nilópolis tem demonstrado grande entusiasmo com os nomes de Tenório, para governador, Antônio Lopes Gonçalves para vereador, Iracydes Lima, para prefeito do município, Eizio Ramalho para deputado estadual e Adão Pereira Nunes e Demisthóclides Batista para deputados federais.

BELO HORIZONTE: FEIJÃO JÁ CHEGOU A CR\$ 210

BELO HORIZONTE, 29 (Transpress) — Uma onda altista, considerada sem precedentes, está assolando esta capital, incrementada com a notícia de extinção da COFAP. Como exemplo basta dizer que o feijão passou de 90 para 210 cruzeiros o quilo, enquanto o arroz foi majorado em 80 cruzeiros.

A mesma exploração se verifica em relação à carne e ao açúcar que, apesar de existirem em abundância, são, também, vendidos por preços muito superiores aos da tabela. A COAP e a Delegacia de Ordem Econômica estão inteiramente alheias à situação.

ROTEIRO DE BATISTINHA

NITERÓI — É o seguinte o roteiro de Demisthóclides Batista, candidato nacionalista e democrático a deputado federal, nos próximos dias: Hoje, às 14 horas, em Sacramento, distrito de Caxias; às 18 horas, receberá na casa de sua família, em Caxias, o candidato a vereador Adherbal Custódio de Melo e o candidato a governador Tenório Cavalcanti.

Amanhã, em Caxias, pela manhã, visitará, em companhia dos candidatos a vereador Crassine de Almeida e Jarbas Amorim, os principais bairros operários da cidade; às 19 horas estará em São João de Meriti, no grande comício da praça da Matriz, onde falará também o candidato a deputado estadual Eizio Ramalho, o candidato a vereador Adherbal Custódio de Melo e o candidato a governador Tenório Cavalcanti.

Brasil. Século XX em russo

Acaba de ser posto à venda em Moscou a edição russa do livro de nosso companheiro Rui Facó — *Brasil século XX*. O livro foi lançado pela Editora de Literatura Estrangeira, numa tradução de Diákonov e Stóliarov, trazendo um prefácio de Chulkóvski em que o leitor soviético é colocado a par dos acontecimentos dos dois últimos anos no Brasil, posteriores à publicação do livro em português. É esta a quarta tradução do livro de Facó, depois da espanhola, tcheca e italiana. O autor acaba de receber proposta para uma tradução alemã e reedição (atualizada) na Argentina e Itália. A edição russa é de 30 mil exemplares.

São Paulo: Campanha Eleitoral Sob o Signo da Corrupção

Mais de dez bilhões de cruzeiros estão sendo torcidos nesta campanha eleitoral, em São Paulo, pelos três grandes grupos capitalistas que, ajudados também pelas grandes empresas e bancos estrangeiros aqui instalados, disputam o governo de São Paulo. Esta a conclusão a que chegou um grupo de publicitários depois de analisar o volume da propaganda que está sendo empregada tanto pelo sr. José Bonifácio quanto pelos senhores Ademair de Barros e Jânio Quadros. As despesas diárias da campanha do candidato do governo são estimadas em 30 milhões de cruzeiros, no mínimo. Cada hora de emissão de televisão custou, durante todo o período anterior à vigência da lei eleitoral, três milhões de cruzeiros. As despesas dos candidatos Ademair e Jânio são um pouco menores, mas apenas um pouco.

dr. recebe a seguinte notificação: «O sr. fica responsável por conseguir 500 votos para o nosso candidato, senhor Fulano de Tal». A partir de então todos os negócios de desonras de luto são submetidos a mais uma condição. Além daquelas que normalmente constam dos cadastros bancários. Qualitos votos pode o sr. garantir?

MONOPÓLIO DO TRIGO
Entre os tubarões que se candidataram às eleições deste ano destaca-se o nome do sr. Adib Chammas, proprietário do Molino São Jorge e de várias outras empresas. Ele ganha dinheiro a rudo com a farinha de trigo, que é um verdadeiro monopólio dele. Já enguliu até o Belmi Dal Mas, não se trata apenas de nomes e hemens. Há também o assalto à mão armada. O preço de uma saca de farinha de 50 quilos é de 1.850 cruzeiros. Mas, ninguém é capaz de encontrar alguém, aqui em São Paulo, que consiga retirar farinha por esse preço do molino São Jorge (também nos outros, está claro).

nome-financeiro de então presidente e hoje candidato. Abreu Sodré é outro que está gastando milhões. De onde sai todo esse dinheiro? Do seu rico bolachão? Não há de ser. Pois não é apenas a sua própria campanha que ele financia, mas também a de grande número de outros candidatos que, tidos como homens puros aparecem de uma hora para outra com ricas propagandas, como acontece com o sr. Rocha Mendes.

Mas, ultimamente, o feliz negociante deu de fazer outras exigências antes de entrar sua mercadoria: quantos votos o senhor me garante? Quais as provas que terá dessa promessa? Tais são as perguntas feitas por Adib Chammas aos que o procuram para comprar sua farinha. Farinha não tem nada a ver com votos, mas às vezes tem.

Que relação existe entre isso e o anticomunismo sistemático que passou a ser o centro da propaganda do sr. Abreu Sodré? Os fundos do Banco Brascon podem explicar apenas parte desse turbilhão de dinheiro jogado pela janela pelo sr. Abreu Sodré. O resto só encontra explicação como investimento político da chamada Aliança para o Progresso.

Scarpa, Morganti e outros nomes luzem também nas ruas. O primeiro joga todo o peso de sua indústria de cervejas de Rio Claro para se eleger, pressionando principalmente os pequenos comerciantes. Morganti, obriga os distribuidores do seu açúcar a garantir-lhe votos, uma vez que já se convenceu de que lá na Usina a turma vai mesmo é votar no Geraldo Rodrigues dos Santos para deputado federal.

TUBARÕES

É preciso ter em conta ainda as despesas de alguns candidatos milionários a vice-governador, como o sr. Laudo Nautel, a senador e deputado federal. Os srs. Abreu Sodré e Moura An-

Não há dúvida de que a propaganda eleitoral desses candidatos está custando ao povo cerca de 10 bilhões de cruzeiros.

TRABALHADORES PAULISTAS: CONCENTRAÇÃO HOJE PARA LUTAR PELO NÓVO MÍNIMO

SÃO PAULO, 29 (Da sucursal) — Convocada por federações, delegacias das confederações nacionais e sindicatos paulistas, realiza-se hoje, às 9 horas da manhã, no Largo São José do Belém, grande assembleia inter-sindical que determinará os rumos da batalha salarial que já começou a ser travada pelo proletariado paulista.

para a campanha salarial, decisão essa que, além de perfeitamente consonante com as determinações legais, reforçará intensamente a unidade dos trabalhadores e permitirá a conquista dos aumentos que estão sendo exigidos pelos trabalhadores de cada categoria em luta. As assembleias sindicais já decidiram dar plenos poderes a suas entidades para realizar acordos com sindicatos irmãos.

Na ordem-do-dia da grande concentração operária, destacam-se: a) balanço da greve geral de 14 de setembro, a ser discutido com os representantes do Comando Geral dos Trabalhadores que participaram da manifestação; b) campanha pela conquista do novo salário mínimo a partir do próximo dia 16 de outubro. O nível de aumento exigido pela maioria das entidades sindicais paulistas é de 100%; c) reajustamento salarial das categorias em luta, na capital e no interior do Estado.

Em relação ao último item, os sindicatos que têm os seus contratos salariais vencidos entre 1.º de outubro e 1.º de novembro discutiram e aprovaram um pacto de ação

Estudantes vão ocupar «night club»

SALVADOR, 29 (Transpress) — Em conversações que se prolongaram até à manhã de hoje, o X Congresso dos Estudantes Secundários deliberou a invasão pacífica do prédio onde está instalado o "Tabaris Night Club", para que ali seja construída a Casa do Estudante, segundo compromisso assumido pela Prefeitura e até agora não cumprido. Os secundaristas guardam sigilo sobre os detalhes da operação-invasão.

PROTESTO CONTRA O ATENTADO A HERCULES CORRÊA

O presidente do Sindicato dos Rodoviários, sr. Mequendo Rachid, em telegrama ao presidente da República ao presidente do TSE e do TRE da Guanabara, protestou em nome da organização que dirige, contra o monstruoso atentado à segurança e à vida dos participantes do comício da Central do Brasil, no qual foi seriamente ferido o deputado Hércules Corrêa.

HERBERT LEVY

Todo mundo sabe aqui em São Paulo que com a decretação da portaria 204 o sr. Herbert Levy ganhou mais de um bilhão de cruzeiros. Ele tinha em caixa, como todo bom banqueiro, imensa quantidade de dólares, e esses dólares da noite para o dia passaram de 180 para 280 cruzeiros. Bom negócio feito com cartas marcadas, uma vez que ele próprio fora um dos grandes eleitores do sr. Jânio Quadros, e era um dos inspiradores da política eco-

OUTROS

Que relação existe entre isso e o anticomunismo sistemático que passou a ser o centro da propaganda do sr. Abreu Sodré? Os fundos do Banco Brascon podem explicar apenas parte desse turbilhão de dinheiro jogado pela janela pelo sr. Abreu Sodré. O resto só encontra explicação como investimento político da chamada Aliança para o Progresso.

Scarpa, Morganti e outros nomes luzem também nas ruas. O primeiro joga todo o peso de sua indústria de cervejas de Rio Claro para se eleger, pressionando principalmente os pequenos comerciantes. Morganti, obriga os distribuidores do seu açúcar a garantir-lhe votos, uma vez que já se convenceu de que lá na Usina a turma vai mesmo é votar no Geraldo Rodrigues dos Santos para deputado federal.

Essa gente imenso de dinheiro que produz de um lado alguns resultados entre os setores mais atrasados da população, contribui também para despertar outros setores que compreendem melhor agora o verdadeiro caráter destas eleições e a necessidade de lutar por uma verdadeira liberdade eleitoral, em que todos os partidos possam apresentar suas legendas, os candidatos tenham igualdade de oportunidades, e seja assegurado o direito de voto aos analfabetos e soldados.

RODOVIÁRIOS DA GB: APOIO AOS CANDIDATOS POPULARES

Líderes dos rodoviários da Guanabara acabam de dirigir-se a seus companheiros, através de um manifesto, recomendando o apoio aos candidatos populares. Ao mesmo tempo, alertam seus colegas contra o uso indevido de seus nomes na propaganda de outros candidatos.

AJUDANDO A COLHEITA

Milhares de empregados das repartições estatais e trabalhadores da República Democrática Alemã, participam voluntariamente, todos os fins de semana, durante essa época, da colheita ameaçada pelas más condições atmosféricas. Entre outros! mais de 2.000 empregados da Prefeitura de Berlim ajudaram os camponeses da região de Neubrandenburgo a armazenar a colheita de cereais deste ano. Sómente no distrito de Potsdam, de 15.000 a 16.000 trabalhadores participam semanalmente da colheita nos campos próximos.

PRESTES EM SANTO ANDRÉ: ELEGIR DEPUTADOS NACIONALISTAS E VOTAR EM BRANCO PARA GOVERNADOR!

SANTO ANDRÉ, 29 (Do enviado especial) — Milhares de pessoas compareceram ao comício realizado ontem, nesta cidade, enfrentando a chuva que caía no local, não negando aplausos aos candidatos nacionalistas e democráticos. Fizeram uso da palavra os dirigentes sindicais da região da Borda do Campo, os candidatos populares Geraldo Rodrigues dos Santos, a deputado federal e Oswaldo Lourenço, a deputado estadual e o líder comunista Luiz Carlos Prestes.

COZINHA

A profissão de mestrecuca é das mais consideradas na China Popular. Em cada região do país há um estilo próprio para a cozinha, de acordo com a variedade dos produtos agrícolas. Assim, são grandes as possibilidades para o conhecimento e aperfeiçoamento da arte do mestre cuca, que o governo satisfaz dando toda a assistência às numerosas escolas já existentes e criando outras que prepararão os grandes mestres da cozinha chinesa.

FALA PRESTES

Aguardado com ansiedade por todos os presentes, Luiz Carlos Prestes, começou seu discurso lembrando aos presentes o avanço da consciência política do proletariado, refletido nas recentes greves políticas. Em seguida, analisou os governos que se sucedem em curto prazo, não resolvendo os problemas nacionais. Recordou, ainda, a atitude do sr. Jânio Quadros, enganando seis milhões de eleitores, elegendo-se presidente da República, para depois entregar o governo a três ministros militares fascistas. O povo — continua Prestes — nesta ocasião levantou-se sob o comando dos comunistas, exigindo a posse do sr. João Goulart na alta magistratura nacional.

DE CUBA PARA O BRASIL (ondas curtas)

Diariamente, entre 20.15 e 21.00 horas, a Rádio Havana — Cuba transmite programação especial em português. Faixa de 25 metros, 11.970 kc.

Leste

AUTOGESTÃO SOCIAL

Segundo os últimos dados oficiais soviéticos, três milhões e meio de cidadãos integram atualmente comitês permanentes de sovietes (assembleias de deputados). Alguns milhões de operários, empregados, estudantes, donos de casa e aposentados trabalham nos comitês de rua, de quarteirão ou de casa, ou realizam algum outro trabalho social.

TEMPORADA TEATRAL

Em 15 de setembro inaugurou-se na Rumânia a temporada teatral (22.63). Os 39 teatros do país apresentaram nesta temporada numerosas peças originais, a metade das quais são textos nacionais apresentados pela primeira vez.

Nos repertórios dos teatros figuram peças da literatura universal clássica e contemporânea: Shakespeare, Molière, Schiller, Beumarchais, Ostrovski, Ibsen, Gorki, B. Shaw, Tennessee Williams, Arthur Miller, Eduardo de Filipe, J. B. Priestley, etc. Muitas das peças nacionais que estrearam, são de autoria de jovens autores rumos.

MAQUINAS PARA CUBA

A fábrica «Krasni Proletari», de Moscou, enviou para Cuba recentemente uma nova partida de máquinas para lavar a terra. Atualmente, a fábrica «Krasni Proletari» exporta esse tipo de máquinas para 70 países.

AJUDANDO A COLHEITA

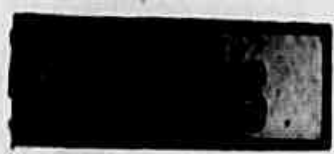
Milhares de empregados das repartições estatais e trabalhadores da República Democrática Alemã, participam voluntariamente, todos os fins de semana, durante essa época, da colheita ameaçada pelas más condições atmosféricas. Entre outros! mais de 2.000 empregados da Prefeitura de Berlim ajudaram os camponeses da região de Neubrandenburgo a armazenar a colheita de cereais deste ano. Sómente no distrito de Potsdam, de 15.000 a 16.000 trabalhadores participam semanalmente da colheita nos campos próximos.

NOVOS RUMOS

Diretor Orlando Buntim Júnior
Diretor Executivo Fraymon Borges
Redator Chefe Luiz Gonzaneiro
Gerente
Gutierrez (Cavalcanti)
Rua 11 de Novembro, 228
237, 17º andar 8/1112 — Tel: 42-7844
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 8º andar 8/905
STRETA DE SÃO PAULO
Rua 11 de Novembro, 228
6º andar 8/827
Tel: 35-8453
ENERGIA TELEGRÁFICA «NOVOS RUMOS» ASSINATURAS:
(Somente a edição semanal)

Assinatura Anual	1.900,00
Semestral	900,00
Trimestral	250,00
ASSINATURA AGREFA	
Anual	2.300,00
Semestral	1.200,00
Trimestral	600,00
Número avulso	20,00
Número atrasado	30,00

DE CUBA PARA O BRASIL (ondas curtas)
Diariamente, entre 20.15 e 21.00 horas, a Rádio Havana — Cuba transmite programação especial em português. Faixa de 25 metros, 11.970 kc.



MULETA

Pode ser tido como um modelo de mistificação o comunicado distribuído pelo sr. Amaral Neto e divulgado ontem por quase todos os jornais. O líder lacerdistas — que vivia fazendo bravatas, mas correu do conflito da Central direto para as mãos dos cardiólogos do Souza Agular, enquanto os agredidos eram socorridos no ambulatório — diz que não pode manter-se em pé devido a uma pedrada que recebeu no joelho. Pedrada de efeito estranhamente retardado, pois na mesma noite do conflito o sr. Amaral Neto teve pernas para ir à Tijuca e aparecer sorrindo no lado de seu pai, Lacerda, e seu sócio de aventura eleitoral, Lopo Coelho. Recordamos, aliás, que os jornais do IBAD andaram publicando fotografias de Amaral com as pernas de fora

— lúgubre e asquerosa réplica de Mistinguete. O que há, em tudo isso, é uma farsa, primária e inútil. Amaral está definitivamente caracterizado como um badernete e, mais, chefe de badernes do MAC. Foi para a Central como instrumento de uma provocação, embora confessasse na Assembleia, no dia seguinte, trêmulo e inseguro, que tem medo de morrer. Agora, diante da repulsa unânime à sua desesperada provocação, quer passar por vítima: o pobre homem (pobre, é claro, no sentido de infeliz, pois riqueza mesmo ele já fez, com a ajuda de Lacerda e dos exportadores de café) já não pode andar. Precisa de muleta, e pede aos eleitores carícosos que lhe dêem essa muleta...

MANGABEIRA

O entreguista Juraci Magalhães vem tentando explorar, em suas mistificações ao povo carioca, a memória do sr. Otávio Mangabeira, ex-governador baiano. É mesmo inacreditável a desfaçatez do padrinho de Mister Link, tão sombria e lútuosa é a história das relações entre Mangabeira e Juraci na Bahia. Quem quiser conhecê-la bem que leia os discursos pronunciados na época por Néson Carneiro, Neator Duarte ou Afonso de Carvalho Filho. Ou leia o livro de J.J. Seabra: "A Escola de um Mentroso". Ou procure a coleção do jornal baiano "A Tarde", cujo diretor (Si-

mões Filho) e redator-chefe (Wenceslau Galo) foram covarde e selvemente tapaçados por policiais de Juraci. Isto, antes do Estado Novo. Após o interregno da ditadura, não houve mais espantamento de mangabeiristas, mas continuaram as trações. Conhecemos perfeitamente os episódios — a trama que Juraci pretendeu urdir, por exemplo, para torpedear a candidatura Mangabeira, em seu favor, no ano da graça de 1946. Desejara ele que lembremos tudo, tim-tim por tim-tim?

ASSIM É DEMAIS

O governador Juraci Magalhães, notícia "O Globo", figurou na inauguração de um centro de reabilitação de incapacitados no Jardim Botânico. Por quê? Governador da Guanabara não é e sua incapacidade de reabilitação eleitoral não pode ser removida em centro nenhum. Esse fato estranho, o governador da Ba-

hia inaugurando obras no Rio, teve honras de alto de primeira página na folha do ladino comendador Marinho, com clichê de quatro colunas. Juraci começou a aparecer naquela página em uma coluna. Passou para duas, três e agora está em quatro. A medida que vão minguando suas possibilidades eleitorais, o clichê de "O Globo" vai crescendo.

O VIGARISTA INAUGURA

Os moradores do Morro do Borel organizaram-se, conseguiram a canalização de água abundante do alto da montanha para suas casas, montaram um transformador que está fornecendo luz a todo o bairro, alinharam as ruas e limpam as casas. Alguém perguntou aos habitantes daquele

morro como tinham conseguido os melhoramentos. Eis a resposta: — Isso tudo é trabalho nosso. É fruto de um longo trabalho. Agora, depois de tudo pronto, sobemos que Lacerda vem aqui para a "inauguração".

INCOMPATIBILIDADE

O juiz eleitoral de Mogi Mirim está impedido de funcionar nas eleições de sete de outubro porque tem um irmão candidato a deputado federal. O TRE de São Paulo de-

signou o juiz José Antônio de Almeida para substituir o irmão do candidato. Que dizer do presidente do TRE da Guanabara, irmão-siamês de Lacerda e primo carnal de Juraci, o Porco que Ri?



PETRÓLEO E LIBERDADE

O Iêmen é um pequeno Estado do Oriente árabe, com menos de 200 mil quilômetros quadrados e cerca de 5 milhões de habitantes. Sua população é de muçulmanos. Capital Sana (30000 habitantes). Era uma espécie de principado — imano — ligado politicamente à Arábia. Por que, com tais proporções territorial e demográfica, ocupa hoje a primeira página dos grandes jornais do mundo? Porque o Iêmen é rico em petróleo. Por isso mesmo, objeto da cobiça das potências imperialistas. Os grandes trusts internacionais é que na realidade dominavam o Iêmen, exaurindo suas fabulosas reservas de ouro negro. Internamente, dominam alguns senhores feudais, que submetem os trabalhadores a um

regime semiescravidão. A sublevação que acaba de irromper, eliminando fisicamente o soberano — o imã El Badr — é parte, tudo o indica, do movimento de libertação nacional dos povos árabes neste após guerra. Diz uma proclamação do alto comando militar que derrubou o regime e proclamou a República: "Resistiremos ao imperialismo e à ingerência estrangeira, estabeleceremos relações amistosas com todos os povos que respeitem nossa independência". A União Soviética e a República Árabe Unida reconheceram o novo governo do Iêmen. Foram os primeiros países a fazê-lo, numa boa indicação do caráter progressista da transformação operada no Iêmen.

ESTRADA DA LIBERDADE

A Argélia iniciou uma nova etapa em sua existência de país independente. Por um momento, pairou sobre o novo Estado da África o perigo da guerra civil. Forças políticas e sociais que se haviam unido para a luta pela independência — desde a burguesia nacional até os latifundiários, desde o proletariado industrial até os trabalhadores agrícolas — uma vez conquistada a vitória e alcançado este objetivo, entraram em choque. Era um choque inevitável. A luta de classes que se havia amainado ao fogo da guerra de libertação, retomou seu curso normal. Tratava-se de levar a cabo reformas de profundidade na estrutura econômica da Argélia — e enquanto certas forças são partidárias e vitalmente interessadas nessas reformas, outras forças, defendendo também seus interesses, procuram obstá-las. Vieram há poucos dias as eleições nacionais na Argélia. E as principais forças políticas unidas na Frente de Libertação Nacional se apresentaram ao eleitorado com estas reivindicações vitais: 1) Por um Estado republicano que garanta a justiça, a segurança e a liberdade; 2) Pela independência econômica e a justiça social; 3) Pela vitória dos sagrados anseios do povo argelino, que exige uma verdadeira reforma agrária, a industrialização do país, o respeito à dignidade humana; 4) Pela manutenção e consolidação da independência nacional; pela liberdade e o florescimento da Argélia.

pendência, em torno de um dos grandes líderes do povo argelino: Ahmed Ben Bella. Na última semana, Ben Bella foi eleito primeiro-ministro da nova República, que se denominou oficialmente de República Popular e Democrática da Argélia. O novo governo argelino tem diante de si grandes e angustiosos problemas: aqueles resultantes de 132 anos de domínio colonial estrangeiro e os dos países subdesenvolvidos. O mais imediato, segundo critério do governo argelino, é da Assembleia Nacional, é a reforma agrária. Nela, pela sua enorme importância e urgência — advertiu o governo argelino — não devem interferir os acordos existentes com a Europa, ou melhor, com a França, segundo o tratado de Evian. Da reforma agrária, compreendem os jovens dirigentes argelinos, vai depender vitalmente o futuro econômico do país, sobretudo sua capacidade de industrializar-se, a meta mais importante para a sua independência econômica.

As resistências, naturalmente, não estão eliminadas, dentro da Argélia mesmo, às reformas projetadas na estrutura do país. É provável que novas lutas ainda venham a eclodir. Mas o povo argelino está consciente dos grandes objetivos que é necessário alcançar para afirmar sua independência. Os sete anos de guerra sangrenta e sem quartel que lhe impuseram os colonizadores europeus ensinou-lhe os caminhos da vitória: vigilância e luta, através da unidade de todas as forças interessadas em que a Argélia seja efetivamente livre e soberana.

Policiais de Cid Atacam a Tiros Comício de Arrais

RECIFE, 29 (Do correspondente) — Capangas do sr. João Cleofas e policiais do governador Cid Sampaio, atacaram a tiros os participantes de um comício pro-candidatura Miguel Arrais, ferindo duas pessoas, Haroldo Andrade de Moraes e José Reis de Barros, este último funcionário de "Última Hora". O comício se realizava em frente à Sulacap, na Pracinha, com grande assistência, que ovacionava o can-

didato nacionalista Miguel Arrais, quando chegaram vários carros conduzindo os desordeiros. Após o atentado, os capangas e policiais de Cid perseguiram-se em fuga, tendo a reação da grande massa presente.

DENÚNCIA À NAÇÃO: LACERDISTAS TÊM PLANO PARA FRAUDAR O PLEITO

Fazemos aqui à Nação uma grave denúncia e para ela chamamos a atenção das autoridades e de todo o povo: está em andamento um plano para fraudar as eleições na Guanabara. Trata-se de uma manobra diabólica, articulada por especialistas em terrorismo e fraudes, sob o comando direto do IBAD e do Governo do Estado. Com ele estaria convenientemente o presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco Homero Pinho. O plano já está sendo executado, encontrando-se na fase chamada de «preparação psicológica». Nessa fase, duas são as linhas de ação fundamentais: a) a) anti-comunismo e realizar provocações terroristas com o objetivo de intimidar os candidatos nacionalistas e o eleitorado independente. O massacre da Central do Brasil, com o líder lacerdistas Amaral Neto à frente, estava rigorosamente previsto nesse plano. A segunda fase, a ser desencadeada nos dias imediatamente anteriores ao pleito, consistirá numa campanha de descrédito dos candi-

datos populares — difundindo-se inclusive, com a maior insistência, a falsa notícia da desistência de suas candidaturas — e em atribuir a esses candidatos pronúncias mentes forjadas, visando-se com isso, de um lado, diminuir o interesse popular pelas eleições e, de outro lado, criar animosidade de alguns setores (sobretudo, a opinião católica e de círculos militares) contra os candidatos nacionalistas e democráticos. Haverá aqui inclusive uma intensa campanha de estúpias por telefone, missão atribuída ao conhecido ás «senhoras» do ALEP. A terceira fase refere-se ao próprio dia das eleições, 7 de outubro. Dois tipos de atividade devem ser aqui desenvolvidas pelos lacerdistas, e especialmente nas circunscrições eleitorais onde é indiscutível a ampla vitória dos candidatos nacionalistas. Turmas de choque estão sendo organizadas com a tarefa de perturbar o pleito nessas zonas, criando conflitos, com o fim de intimidar o eleitorado e atugentá-lo

das urnas. Além disso, deverá ser executada a "operação moeira" na votação — isto é, o deliberado retardamento dos trabalhos eleitorais, a fim de impacientar os eleitores e, do mesmo modo, aumentar a abstenção. Os lacerdistas (IBAD, MAC, ALEP) orientam a sua gente no sentido de que todos devem ir bem cedo para as seções eleitorais com o objetivo de serem os primeiros a votar e de criar embarços para o grosso do eleitorado. A esse respeito, gravíssima revelação nos foi feita, e nós a transmitimos às autoridades federais: o sr. Homero Pinho teria reunido os juizes eleitorais fazendo-lhes recomendação no sentido de que "não se apressassem" no atendimento aos eleitores. Sabese que alguns juizes protestaram energeticamente. Conhecendo-se o o facciosismo doitudo do sr. Homero Pinho, percebe-se facilmente que sentido teria essa sua "recomendação". A quarta e última fase seria, afinal, a das manobras na coleta das urnas e na apuração dos votos. As pessoas de sua confiança, os chefes lacerdistas desse plano dão a orientação de que, em toda parte onde isso se torne possível, as urnas desfavoráveis sejam substituídas. Estudam também as medidas para fraudar na confecção dos mapas, após a apuração. Quanto a esse ponto, lembramos o que ocorreu nas últimas eleições.

Canto de Página As balas

Comecei a contar ontem a história que até parece estória das crianças que andaram pela cidade pedindo balas em homenagem a Cosme e Damião. No final, achei que o leitor me perguntaria: — e tu, também destes balas aos pequeninos? Eis a resposta: Dei amigos, dei. E contei-lhes: a funcionária de minha casa, a quem chamo com orgulho de minha assistente técnica (do que seria de mim sem ela?) não é de muita religião. Ora se diz protestante, ora afirma que na vida só acredita no Papa. Combate os seus conhecidos ou amigos que frequentam macumba, mas em se tratando de Cosme e Damião é fielíssima. Vivemos juntas há dez anos, porém só em 1961 começou ela a me pedir dignamente que mandasse balas para umas crianças do morro em que mora. — "Não imagina — contou-me ela — como as crianças que moram perto de mim no morro ficam doídas para ganhar balas no dia de Cosme e Damião. Acho que não seria nada de mais se a senhora mandasse um pacote para elas." Tentei explicar-lhe que não tenho amigos entre os santos, mas sua argumentação foi justa: — "Não tem importância; a senhora gosta muito de crianças; não há nada melhor do que alegrá-las nesse dia." Assim, Cosme e Damião, ou melhor, o dia 27 de setembro há dois anos entrou para o meu calendário de deveres. Na véspera ele lembra: — Olhe amanhã o doce das crianças! Jamais poderia fugir a esse apelo. São tão desgraçadas as crianças pobres deste país, tão famintas, tão sem infância, que não me custa nada mandar-lhes balas que farão muito mal aos seus pobres dentes sem trato, que talvez lhes façam mal aos estômagos, porque um estômago vazio de comida comendo balas não se comporta bem, sei todos os contra, todo o mal que posso fazer mandando doces para os pequeninos do morro, mas que ao menos me reste o consolo de saber que elas naquele dia, estão se divertindo muito, comendo balas e mais balas, famintas de tudo, até mesmo de amor, divertindo-se elas a quem é negado o direito ao divertimento.

Faço mal? Desculpem mas faço conscientemente mal, o que já é uma dignidade.

ENTUSIASMO EM PETRÓPOLIS COM CANDIDATOS POPULARES

PETRÓPOLIS, 29 (Do correspondente) — Grandes comícios foram realizados na última quinta-feira, dia 27, pelos candidatos populares, na Cascadilha. Alto da Serra e Centro. Usaram da palavra os candidatos: Tenório Cavalcanti, governador; Demistóclides Baptista deputado federal; Aristóteles Miranda, deputado estadual; e os candidatos à Câmara dos Vereadores deste município, Saul Quadros, Francisco Ximenes, Rubens Xavier e Saturnino da Silva. Cerca de 10 mil pessoas participaram desses comícios, cujos discursos foram transmitidos pela Rádio Di-

fusora desta cidade, até quase 1 hora da madrugada. ENTUSIASMO Em toda a cidade há grande entusiasmo com os candidatos nacionalistas e democráticos. O nome de Demistóclides Baptista vem encontrando grande receptividade, bem como a do candidato a prefeito Flávio Castrioto. Este, como se sabe, é um dos diretores da Cia. Nacional de Alcaçis, sendo conhecido nessa empresa e pela população de Cabo Frio por suas posições democráticas e nacionalistas.

Partido Socialista Brasileiro Rompe Com Gal. Macêdo Soares

Em reunião, com o dr. Israel Jacob Averbach, conhecido dirigente socialista, os presidentes dos diretórios do P.S.B. de S. João de Meriti, Nova Iguaçu, São Gonçalo, Nilópolis, Paracambi, Casimiro de Abreu, Macaé, Barra Mansa, Niterói, Caxias e Petrópolis resolveram apoiar a candidatura vitoriosa de Tenório Cavalcanti ao governo fluminense, afirmando que o líder nacionalista

é o único candidato que empunha a bandeira das reivindicações socialistas. Aquêles dirigentes do P.S.B. no âmbito municipal fizeram ao mesmo tempo um apelo ao general Edmundo Macêdo Soares para que desista de sua candidatura, destinada a fracassar, em favor do sr. Tenório Cavalcanti, que conta com o apoio do operariado fluminense.

ESTE É JURACI

Voltemos a edição de quinta-feira do "Jornal do Brasil". Diz o seguinte (10.ª página) um telegrama do seu correspondente em Salvador: "Os funcionários públicos de Lacerda, em assembleia-geral, deliberaram declarar greve provavelmente antes das eleições, a fim de forçar o pagamento imediato das vantagens da Classificação, devidas pelo governo estadual". O governo estadual a que al se refere é o de Juraci Magalhães — para quem os trabalhadores carícosos são cafajestes. O candidato de Lacerda e o alioz dos funcionários balanos. Sempre foi e jamais deixará de ser, porque é um sibarita para quem as aflições dos humildes são apenas tema para demagogia eleitoral. Na Bahia, cerca de 80 por cento do funcionalismo percebem apenas o salário mínimo de 10080 cruzeiros. E suas dificuldades são ainda maiores devido a que o Estado paga invariavelmente com atraso, embora não haja atraso no aumento da fortuna dos parentes do governador. Estão, por exemplo, há meses sem receber vencimentos os funcionários da Estrada de Ferro de Nazare e da Viação do São Francisco. Por sua vez, as professoras do interior do Estado encontram-se há 9 meses sem receber vencimentos e são entregues à usura dos agiotas que proliferam na própria Secretaria da Fazenda da Bahia.

Em sua recente ida à Bahia, Juraci recebeu uma numerosa comissão de professores primários do Estado. Pediram os atrasados. O jornal "A Tarde", noticiando o fato, informou que Juraci interrompeu as palavras da representante das mestras com um brusco e insultuoso "Cale-se!" — o que é, aliás, freqüente nas atitudes de Juraci sempre que se trate de uma reivindicação popular. Este é Juraci — o entreguista, o corrupto, o estomodeador do povo, o espancador dos trabalhadores, desses mesmos trabalhadores que ele, em seu nojo de aristocrata do dólar chama de "cafajestes".

DADOS OFICIAIS PROVAM: SALÁRIOS NO BRASIL SÃO EXTREMAMENTE BAIXOS

Table with 4 columns: Ramos industriais, Salários dos operários, Valor da produção industrial, % dos salários sobre o valor da produção. Rows include Metalúrgica, Mecânica, Alimentação, etc.

No momento em que os trabalhadores brasileiros estão empenhados em campanha nacional pelo aumento do salário mínimo e pelo reajustamento geral dos salários, é oportuna a transcrição de dados oficiais sobre a remuneração dos operários industriais no Brasil. Os dados mais recentes publicados referem-se ao ano de 1958, quando foi feito o último registro industrial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No quadro que damos a seguir, em bilhões de cruzeiros, de 1958, podemos verificar o que representam os salários, em termos percentuais relativamente ao valor da produção industrial, nos ramos mais importantes da indústria de transformação. Como se vê, a parte correspondente aos salários no valor da produção industrial brasileira, em 1958, era de menos de 10%, em média. Desde então, devido ao processo inflacionário, os números absolutos indicadores tanto de salários como dos valores industriais aumentaram consideravelmente, mas a relação proveniente piorou contra os salários. Isto porque os aumentos de salários concedidos situaram-se em geral abaixo da elevação dos preços. E, no que refere a certos ramos monopolizados pelo capital estrangeiro, como o automobilístico, o químico e farmacêutico, o de material elétrico, a situação relativa dos trabalhadores é pior ainda: af os aumentos de preços sobrepujaram a elevação verificada no nível geral de preços. Outro aspecto curioso revelado pelo Registro Industrial é que tanto na indústria de alimentação, como na química e farmacêutica, as despesas com embalagem são maiores do que o total dos respectivos salários pagos aos operários. A remuneração extrema, muito baixa dos operários brasileiros, que, em 1958, na indústria de transformação não chegava sequer à média mensal de 6 bilhões de cruzeiros é objeto das mais torpes mistificações pelos

EXPULSO DAS FILEIRAS COMUNISTAS

Recebemos com pedido de publicação a seguinte nota: "Os comunistas do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo comunicam que foi expulso do movimento de vanguarda do proletariado o sr. Jethero Faria Cardoso. Jethero aderiu ao grupo fractionista de Amazonas, Pomar e Arroyo e sua atuação política desde então tem sido orientada por eles. Apesar dos esforços feitos para mostrar-se o erro que vinha cometendo, Jethero não só manteve sua posição como também candidatou-se a deputado federal, procurando dividir os votos dos nacionalistas e democratas e levar confusão às massas. Alertamos, assim, os funcionários públicos em geral e em particular os do DER, os intelectuais, os trabalhadores, os estudantes para a necessidade de repelir a ação divisionista e confusionista de Jethero Faria Cardoso."

OEA SOB PRESSÃO CERRADA DOS IANQUES: AGRESSÃO A CUBA

Toda a trama dos imperialistas norte-americanos em relação a Cuba, para ter prosseguimento, depende em grande parte, de agora por diante, da Organização dos Estados Americanos (OEA). Ali se encontra a chave da decisão final dos Estados Unidos: prosseguir ou sua aventura guerreira contra a República socialista das Antilhas, ou recuar senatamente. Os governantes americanos já avançaram demais em sua mais recente ofensiva contra Cuba. Submetidos à pressão das forças mais reacionárias da sociedade americana, dos representantes dos monopólios e dos trustes no Senado e na Câmara, que começaram por autorizar o presidente Kennedy a convocar 150 000 reservistas — fato inédito em tempo de paz nos EUA — os governantes americanos ultrapassaram os limites do bom senso e criaram uma situação que o finado chanceler Foster Dulles chamaria de "à beira da guerra". Nisto querem envolver, à viva força, a OEA. Que é a OEA? A representação dos governos dos países latino-americanos sob a batuta do governo de Washington. Nada mais, nada menos. Nada mais, nada menos. Quer dizer, um órgão a serviço dos objetivos imperialistas dos Estados Unidos. É verdade que ultimamente se

observam resistências saudáveis no seio da própria OEA, de que é exemplo o mesmo caso cubano. A esta altura, porém, a maioria dos membros da organização já se rendeu, já capitulou vergonhosamente ante a monstruosa pressão norte-americana. Restam como pontos de resistência na OEA, o Brasil, o México e mais dois ou três países, alguns em posição já abalada pelas mais recentes chantagens do Departamento de Estado, em que se combinam sanções de caráter econômico, pressões diplomáticas e ameaças militares. Em que se levanta continuamente a bandeira esfarrapada da "ameaça comunista" ao Hemisfério. Funcionam também, internamente, nos Estados Unidos, os mais sórdidos interesses eleitorais relacionados com o pleito de 6 de novembro. O Partido Republicano joga inescrupulosamente uma cartada eleitoral à custa do Partido Democrata, ameaçando Kennedy com uma derrota caso não adote medidas para conter a ameaça cubana! Kennedy e os democratas se alarmam com a possibilidade da derrota nas urnas e não vacilam em seguir a reboque dos belicistas republicanos — a mesma canaíha que engen-

drou a fúria de Foster Dulles. Quer dizer, um problema interno, de mesquinhos interesses de hegemonia partidária da grande burguesia imperialista dos Estados Unidos, pretende-se transformar num problema continental. Envolver neste problema — que é um falso problema — os 20 países da América Latina. Não, senhores imperialistas. Não é Cuba que nos atemoriza. Cuba, através da revolução a mais avançada já realizada na América, é farol e guia para os povos latino-americanos. A ameaça aos nossos povos tem a mesma origem histórica que conhecemos há mais de um século: o imperialismo yanque. O imperialismo yanque, internamente, nos Estados Unidos, os mais sórdidos interesses eleitorais relacionados com o pleito de 6 de novembro. O Partido Republicano joga inescrupulosamente uma cartada eleitoral à custa do Partido Democrata, ameaçando Kennedy com uma derrota caso não adote medidas para conter a ameaça cubana! Kennedy e os democratas se alarmam com a possibilidade da derrota nas urnas e não vacilam em seguir a reboque dos belicistas republicanos — a mesma canaíha que engen-

Estes São os Candidatos Apoiados Pelos Comunistas no Estado do Rio

Para Governador - Tenório Cavalcanti
Para Vice-Governador - João Batista da Costa
Para Senadores - Vasconcelos Torres
Aarão Steinbruch

Para Deputado Federal

DEMISTHOCLIDES BAPTISTA — Ferreiroário (em Niterói 504)

ADÃO PEREIRA NUNES — Médico (em Niterói 501)

Para Deputado Estadual

AFONSO CELSO N. MONTEIRO — Advogado (em Niterói 1.002)

ARISTÓTELES MIRANDA DE MELLO — Ferreiroário (em Nit. 2.008)

ELZIO RAMALHO — Funcionário público (em Niterói 2.011)

FRANCISCO ALVES DA COSTA — Estivador (em Niterói 1.015)

ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA (Zé Nabo) — Ferreiroário

Para Vereadores

EM NITERÓI:

José Maria Cavalcante — Marítimo (2.613)
 Irene Wanderley — Jornalista (2.610)

EM SÃO GONÇALO:

Nilo Canela — Metalúrgico
 Dr. José Eugênio da Costa — Médico
 Horst José Bezerra — Operário naval
 Laurival Pinto Garcia — Rodoviário
 Pedro Cabral Machado — Operário
 José Batista da Costa — Marítimo

CAXIAS:

Crassine de Almeida — Rodoviário
 Jarbas Amorim — Metalúrgico
 Manoel Escobar — Líder camponês

EM NOVA IGUAÇU:

Luiz Gonzaga de Macedo — Operário
 Imael Ramos — Comerciante
 Nilo Dias Teixeira — Metalúrgico

EM CAMPOS:

Jacyr Barreto — Ferreiroário
 Delson Gomes de Azevedo — Rodoviário

EM VOLTA REDONDA:

Heliciano Eugênio Neto — Metalúrgico

EM M. DE VALENÇA:

Servásio Gomes de Azevedo — Ferreiroário

EM ANGRA DOS REIS:

Luiz Lobato Vieira — Dirigente sindical
 José da Silva Gambarro — Dirigente sindical

EM NILÓPOLIS:

Antônio Lopes Gonçalves — Dirigente sindical

EM BARRA MANSÁ:

Valdemar Argolo — Comerciante
 Oswaldo Carminatti — Líder sindical

EM ITAGUAÍ:

Francelino Ferreira França — Servidor público

EM FRIBURGO:

Francisco de Assis Bravo — Dirigente sindical

EM PETRÓPOLIS:

Francisco Guimarães Ximenes — Dirigente sindical
 Rubens Xavier — Pequeno industrial
 Saturnino da Silva — Ferreiroário
 Saul Quadros — Comerciante
 Alencar Thomaz Gonçalves — Dirigente Sindical

EM C. MACACU:

Anézio Dias de Freitas — Lavrador

EM MERITI:

Adherbal Custódio de Mello — Operário

EM BARRA DO PIRAI:

José Rodrigues — Marceneiro
 João Assis de Jesus — Ferreiroário
 Adamastor Soares — Ferreiroário
 Lael D'Aulizio Zazá — Pintor
 Geraldo A. Nascimento — Pedreiro
 José Espíndola da Silva Filho — Lavrador
 Leovegildo Régis da Silva Filho — Pintor
 Odilon da Silva Oliveira — S. público
 Geraldo da Silva — Metalúrgico

EM REZENDE:

José Hugo Milan — Dirigente sindical

EM RIO BONITO:

José Lima da Silva — Operário
 João Barbosa dos Santos — Lavrador
 Everaldo Viana de Abreu — Operário
 Mário Campos Dias — Lavrador

EM MAGÉ:

Darcy Câmara — Dirigente sindical
 Astério dos Santos — Dirigente sindical
 Dr. Irun Santana — Médico
 Manoel Ferreira Lima — Líder camponês
 José Dutra — Portuário
 Francisco Batista Lopes — Operário
 Hilda Pereira Cândido — Tecelã

EM MACAÉ:

Walter Quaresma — Ferreiroário
 Alberto Ramires — Ferreiroário
 Waldir Curvelo — Líder sindical

EM SÃO JOÃO DA BARRA:

Jorge Batista Meireles — Operário

EM CASIMIRO DE ABREU:

Custódio Gomes da Silveira — Lavrador
 Waldemar Josué de Miranda — Lavrador

EM ITAPERUNA:

Francisco Arrabal — Comerciante

EM MIGUEL PEREIRA:

José Goda — Ferreiroário

EM TERESÓPOLIS:

José Maria — Operário

EM VASSOURAS:

Sebastião Mendes — Operário

EM CABO FRIO:

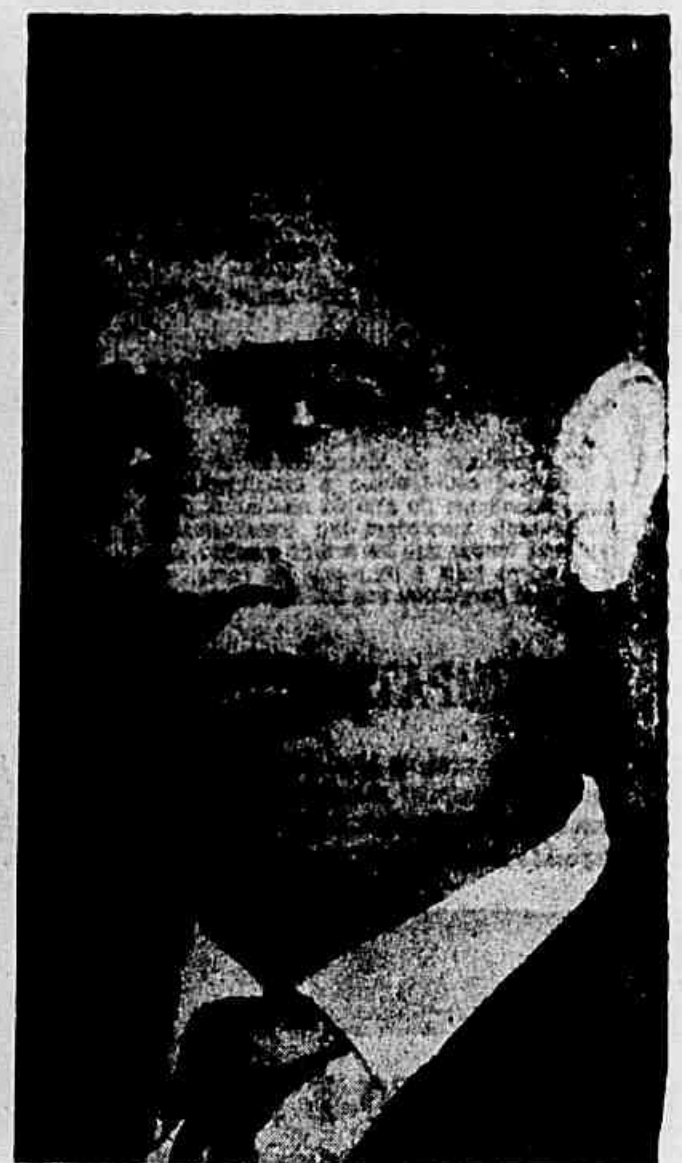
Aldir José de Souza (Didio) — Dirigente sindical
 Altamiro Inácio de Oliveira — Dirigente sindical
 Francisco Ribeiro de Almeida — Arrumador
 Aspino da Cunha Mendes — Arrumador
 Derly Corrêa — Comerciante
 Deoclácio Avelino da Silva — Lavrador
 Alberto da Cunha Andrade — Alfaiate
 José Rodrigues de Souza — Operário
 Jairo Layola — Dirigente sindical
 Luiz Alves de Carvalho — Marítimo
 Venâncio Teixeira de Mello — Estivador
 Walter Trindade — Dirigente sindical



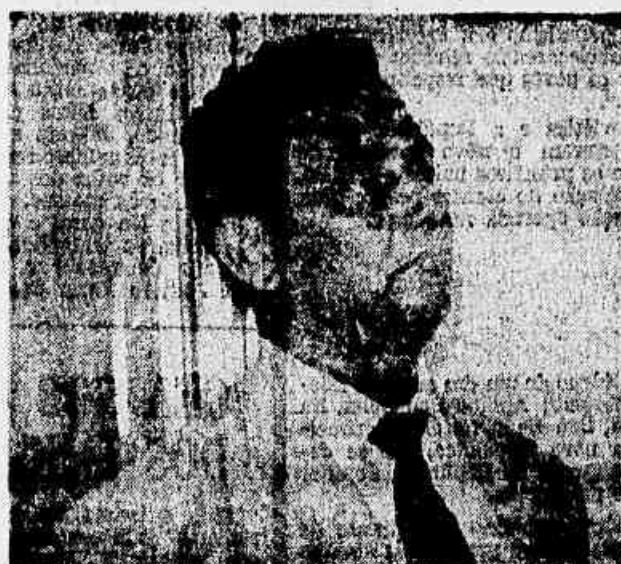
DEMISTHOCLIDES BAPTISTA
 Líder ferroviário da E. F. Leopoldina
 Candidato a Deputado Federal



ADÃO PEREIRA NUNES
 (médico)
 Candidato a Deputado Federal



FRANCISCO ALVES DA COSTA (Zizinho)
 Líder estivador
 Candidato a Deputado Estadual



ARISTÓTELES MIRANDA DE MELO
 Líder ferroviário da E. F. Leopoldina
 Candidato a Deputado Estadual



ELZIO RAMALHO
 Líder do funcionalismo público
 Candidato a Deputado Estadual



AFONSO CELSO N. MONTEIRO
 Advogado trabalhista
 Candidato a Deputado Estadual

Govêrno Dos EUA Faz Comércio Com Terror Atômico: Histeria

Angel Bean
Especial da Prensa Latina

Em meados de 1961 a companhia norte-americana Shelters for Living, Inc. inaugurou no salão de espera da Estação Central Ferroviária de Nova York a exposição de um modelo de refúgio contra a precipitação radiativa que, segundo foi anunciado, seriam vendidos ao público a partir da "módica soma de 693 dólares e com facilidades de pagamento".

ACESSÓRIOS

No dia 14 de novembro de 1961, o "New York Times" publicou na página 23, seção "C", de sua edição correspondente a esse dia, um anúncio em que se recomendava ao público a aquisição de um "dosímetro" — maravilhoso instrumento de medir radiação; simples e ao alcance da bolsa de qualquer família.

Vejamos algumas frases utilizadas na redação do referido aviso comercial: "Tenha sempre com você um dosímetro... Você precisará dele". "Faça com que sua esposa tenha um". "Após um ataque atômico o dosímetro indicará a voz a quantidade de radiação que há na atmosfera". "Faça do dosímetro seu melhor amigo". "Não esqueça: o dosímetro é parte fundamental do programa para sobreviver".

HISTERIA OFICIALIZADA

Quatro ou cinco semanas antes de surgir este anúncio, e outros muitos nesse estilo, o Departamento de Defesa norte-americano contribuiu para o recrudescimento da histeria bélica, fazendo executar a operação "Escudo Celeste Número 2". Durante 12 horas — entre 11 da manhã e 11 da noite — foram suspensos totalmente todos os vôos comerciais e particulares sobre os territórios do Canadá e dos Estados Unidos. Mais de 250 superbombardeiros atômicos e aviões pertencentes ao Comando Aéreo Estratégico, procedentes da Europa e de regiões asiáticas, via Arctico, efetuaram um ataque simulado contra os Estados Unidos. Mais de 2.000 caças realizaram incursões sobre supostos bombardeiros atacantes.

Alto Negócio

O exemplo novalorquino contaminou todo o país, e nas principais cidades dos Estados Unidos — Washington, Boston, Chicago, São Francisco, Denver, Los Angeles — apareceram dezenas de firmas construtoras de refúgios antiatômicos, com agentes vendedores que iam de casa em casa oferecendo exibições de filmes sobre explosões atômicas e suas consequências, com o fito de terrorizar as famílias e levá-las a comprar o refúgio.

Escândalo

Por detrás dessa complicada teia de refúgios, simu-

lados, créditos e mobilizações, surgiu a mão enfiada e voraz do capitalismo.

A medida que se desenvolvia a campanha destinada a promover o histerismo bello foi vindo a tona o funil turvo do escândalo, seu negócio.

Soubese, por exemplo, que Nelson Rockefeller, multimilionário governador do Estado de Nova York, era vice-presidente da companhia Lencor Industries, Inc. construtora de refúgios antiatômicos.

O sorridente político não estava ao no logo, e claro, Joseph Carlino, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Nova York, foi nomeado por Rockefeller diretor da Lencor Industries, Inc.

O próximo passo foi verdadeiramente audacioso: Rockefeller e Carlino pressionaram a Assembleia Legislativa para que esta aprovasse um crédito de 100 milhões de dólares destinados à construção de refúgios antiatômicos em escolas e edifícios públicos.

O "Journal American" denunciou o escândalo e assinalou que na relação de propinas a serem distribuídas figuravam também o tenente-general Clarence Huebner, ex-diretor do Escritório de Defesa Civil do Estado de Nova York, e amigo íntimo de Rockefeller, John R. Steelman, ex-adjunto do presidente Truman, e George N. Graig, ex-governador do Estado de Indiana.

ALTO NEGÓCIO

O exemplo novalorquino contaminou todo o país, e nas principais cidades dos Estados Unidos — Washington, Boston, Chicago, São Francisco, Denver, Los Angeles — apareceram dezenas de firmas construtoras de refúgios antiatômicos, com agentes vendedores que iam de casa em casa oferecendo exibições de filmes sobre explosões atômicas e suas consequências, com o fito de terrorizar as famílias e levá-las a comprar o refúgio.

Foi então que o "Wall Street Journal", porta-voz das grandes corporações lanqueadas, publicou uma informação na qual assegurava que a construção de refúgios antiatômicos estava se convertendo numa das primeiras indústrias do país. "Calcula-se — dizia — que para fins de 1963 os donos das empresas dedicadas a esse ramo de negócio, terão obtido um lucro líquido de 200 bilhões de dólares".

O escândalo cresceu quando o diretor do Escritório

de Mobilização para a Defesa Civil de Nova York, Robert E. Condon, declarou que se uma bomba de 50 megatons caísse sobre a cidade, "o sistema atual de refúgios não serviria de nada".

No dia seguinte, o governador Rockefeller nomeou Benjamin Oliver — vice-presidente da "New York Telephone Company" — para chefe de um comitê especial encarregado de formular planos "para a reconstrução do Estado, depois de um ataque atômico".

A questão atingiu seu clímax quando mais de 300 firmas manufatureiras de aço, alumínio, cimento, concreto, tubulações, material elétrico, etc. triplicaram sua produção para atender os pedidos das companhias construtoras de refúgios antiatômicos.

Para lançar mais lenha na fogueira, o magnata norte-americano Edward Rickenbacker — caso típico de troglodita capitalista — declarou num banquete do Rotary Club de Siracusa, que "unicamente o efetivo e oportuno uso das armas nucleares nos oferece oportunidade de triunfo sobre a chamada filosofia comunista".

No dia 29 de novembro o jornal "Iowa City Press-Citizen" publicou uma carta do famoso cientista norte-americano James Van Allen. Na qual assegurava o seguinte: "Não é verdade, como disse o governo, que 90 por cento da população norte-americana sobreviveria a uma guerra atômica se lhes for proporcionada a devida proteção em refúgios adequados".

"Essa forma de propaganda, que oferece um falso senso de segurança a população — disse Van Allen — favorece a atividade dos círculos belicistas norte-americanos, que especulam com medo coletivo".

FOMENTADOR

O formidável escândalo dos refúgios antiatômicos fez-se crítico quando o presidente Kennedy — um dos mais caracterizados animadores da histeria belicista — se viu obrigado a anunciar um programa de refúgios "financiados pelo governo federal".

Se o sistema de refúgios familiares fracassara rudemente porque favorecia os ricos em relação aos pobres, ou ao habitante de uma casa em relação ao de um apartamento, o plano "estatal" anunciado por Ken-

nedy estava destinado a correr a mesma sorte. Todo o mundo está de acordo em que a histeria belicista foi, nesse caso, fomentada deliberadamente pela administração a fim de facilitar sua política armamentista e de agressão.

PLANO SINISTRO

A ideia dos refúgios antiatômicos individuais; os "planos familiares" para financiá-los; as contínuas e dramáticas referências da imprensa ao "perigo da radiação"; os espetaculares simulacros de "como comportar-se no caso de um ataque atômico", que são efetuados periodicamente nas grandes cidades dos Estados Unidos, organizados pelo Escritório de Mobilização para a Defesa Civil, os vultosos créditos aprovados pelo Congresso norte-americano para financiar os planos de guerra do Pentágono, e outras muitas patrañas e embustes deste tipo, não são mais que partes componentes de um sinistro plano perfeitamente delineado e cuidadosamente desenvolvido pelos monopólios imperialistas dos Estados Unidos, encaminhado no sentido de obter dois objetivos fundamentais:

1 — Criar na população civil norte-americana um estado de terror que justifique a venda de refúgios, a elevação dos impostos, ou a adoção de medidas repressivas de caráter político, como a "lei Macarran" que visa o Partido Comunista e os setores mais progressistas do país.

2 — Preparar a opinião pública dos Estados Unidos para intensificar a política de agressão internacional que o imperialismo desenvolve no sudoeste da Ásia, no norte da África, no ocidente da Europa, e em muitas outras regiões, com a finalidade de manter vigente a velha tese "foeterdullista" do "equilíbrio à beira do abismo".

É fácil deduzir que o imperialismo se vale de toda essa situação, criada artificialmente, para prosseguir na militarização da indústria norte-americana, salvando-a momentaneamente de uma crise e inclusive fabricar, paulatinamente, os pretextos e explicações com os quais se possa "justificar" uma agressão em grande escala contra a União Soviética, China e os demais países socialistas, que seria, por outro lado, catastrófica para os Estados Unidos e seus aliados da OTAN.

THE LANDSVERK FALLOUT RADIATION MEASUREMENT SET NOW BEING OFFERED DIRECT FROM THE MANUFACTURER

... (text describing the device) ...

LE LANDSVERK ELECTROMETER COMPANY

INDÚSTRIA DA HISTERIA

O anúncio acima foi publicado nas páginas do "New York Times". Fazia publicidade de um pequeno instrumento de uso pessoal para medir a precipitação radiativa após um ataque atômico. Com a cobertura e

o incentivo do governo dos Estados Unidos, a indústria da histeria atômica tornou-se um dos grandes negócios para as companhias norte-americanas.

Teoria e Prática

Apelo de Carvalho

«Operário, proletário e trabalhador são a mesma coisa?»

(PERGUNTA DO LEITOR J. GALVAO, DE FORTALEZA, CEARÁ)

Proletário e operário têm hoje o mesmo significado. A palavra trabalhador tem aceção mais ampla.

Os trabalhadores formam a massa da população, em todas as sociedades, pois o trabalho é o criador do homem e marca sua trajetória e sua existência através das épocas. Já o operário, o proletário, tem um lugar particular no conjunto das massas trabalhadoras: está ligado à mais avançada forma de produção — a grande indústria; e pertence a uma classe de características bem definidas, que surge e cresce com a sociedade capitalista moderna.

Em uma de suas notas a edição inglesa do "Manifesto do Partido Comunista", Engels define por proletários "a classe dos trabalhadores assalariados modernos que, privados de meios de produção próprios, se vêem obrigados a vender sua força de trabalho para poderem existir". "Com a manufatura nascente — acrescentava ele — as ferramentas transformam-se em máquinas, as oficinas em fábricas e, em consequência, a classe trabalhadora em proletariado trabalhador".

Essa definição de Engels conserva, em essência, seu valor. Mas necessita ser atualizada. Ela nos dá as raízes do proletariado moderno: o campesinato trabalhador e o artesão. Mostramos o processo de absorção com que o desenvolvimento capitalista desliga o proletariado de suas raízes — e, com elas, de toda propriedade artesanal ou rural. Ajuda-nos a compreender a continuidade e o agravamento da proletarização das classes médias e dos setores intermediários. Define, enfim, as características comuns que aproximam o operário, o proletário, do trabalhador em geral, na qualidade de assalariados, face aos meios de produção e ao sistema social vigente entre nós.

O capitalismo é, porém, um regime econômico que tem na extorsão da mais-valia sua lei fundamental. O proletariado é uma das classes fundamentais desse regime. Para defini-lo, é necessário tomar como centro a esfera da produção material, cujo objetivo é a mais-valia. Para distingui-lo dos demais trabalhadores, é indispensável ter em conta as relações existentes entre o processo produtivo e o domínio crescente

dos serviços, do aparelho do Estado e de todos os que vivem de salários. O problema está, pois, em definir em que medida e dentro de que limites a classe operária moderna abrange essa massa de assalariados, ocupados no trabalho físico e intelectual.

A revista "Problemas da Paz e do Socialismo" abriu esse debate, há dois anos. Seus números 5, 9 e 12 (1960) e 4, 8 e 6 de 1961 expõem o resultado desse intercâmbio de opiniões. A maioria delas toma por base a ampla definição de Engels. Outras situam as fronteiras da classe operária na empresa industrial, como criadora direta de mais-valia.

Creio que a interpretação mais justa é a da redação da Revista. Leva em conta os fatores atuais de aumento do número de trabalhadores na esfera improdutiva: o capitalismo monopolista de Estado, o crescente parasitismo capitalista, a moderna produção mecanizada e automatizada. E define a classe operária à base do trabalho assalariado que visa obter os meios mais-valia para o capitalismo. Reconhece ao proletariado fabril o esqueleto da classe operária, seu setor central e mais poderoso, em seu processo produtivo de modo mais amplo. A classe operária inclui, assim, os que produzem mais-valia diretamente — como massa material de mercadorias — e indiretamente, através da criação, em seu campo econômico de atividade, das condições necessárias à redistribuição da mais-valia estorquida em outros setores. Com isso, incluem-se na classe operária os trabalhadores de transporte e embalagem, do comércio em geral, da publicidade, dos estabelecimentos de crédito, os técnicos, engenheiros e cientistas ligados à produção.

A definição dos limites econômicos e sociais da classe operária é, como se vê, um problema complexo. Mas está longe de ser um simples tema acadêmico. Ela é necessária para o combate às falsas concepções burguesas das "classes médias" e da "mobilidade social"; para compreender a classe operária como uma classe avançada e, também, como uma classe em constante desenvolvimento. Ela é necessária, também, para ter-se uma noção mais exata da amplitude da base social do movimento operário — e, com ela, do nape e do campo de ação dos comunistas, como dirigentes políticos da classe operária em seu conjunto.

Pentágono Fabrica Assassinos Para Reprimir as Lutas de Libertação

Alguns leitores escreveram no jornal para perguntar se era lícito que as pessoas que não dispunham de refúgio próprio, em virtude de habitar em apartamentos, recorressem ao de algum vizinho no caso de um eventual ataque atômico.

PREGANDO A VIOLÊNCIA

Temoseros de que a ideia de dividir o refúgio entre várias famílias tomasse corpo na população e prejudicasse a procura, as grandes companhias construtoras realizaram uma campanha-relâmpago destinada a demonstrar, entre outras coisas, os perigos que poderiam advir do fato de "mais de uma família alojarem-se em cada refúgio".

Essa campanha atingiu seu ponto culminante quando o padre L. C. McHugh, pertencente à Companhia de Jesus e diretor da revista católica "América" declarou publicamente que os vizinhos que tentem irromper no refúgio de uma família, no momento de um ataque atômico, devem ser considerados agressores e repellidos pela violência se for necessário".

Poucos dias depois a revista "Times" publicou uma entrevista com o milionário Rundbaken, residente em Fire Island, Nova York, na qual este afirmava o seguinte: "Assim que meu refúgio estiver pronto, colocarei uma metralhadora na porta para que os vizinhos não se metam quando começarem a cair as bombas".

Outro entrevistado pela referida revista, um David de Tali, da cidade de Austin, Estado de Texas, declarou: "Tenho preparadas várias pistolas calibre 38 para distribuí-las entre meus familiares na hora do ataque atômico, para que nosso refúgio não se encha de vizinhos".

D. Beneslavski

Os "boinas verdes" têm atualmente suas bases em três pontos principais: o 77º grupo está acantonado em Forte Bragg; o 10º em Bad Toelz (Alemanha Ocidental), e o 1º na ilha de Okinawa (Japão).

Cada um desses grupos tem sua "esfera de atividades": a América Latina, os países socialistas da Europa, China e outros países asiáticos.

O Pentágono procura utilizar "unidades essenciais" toda a escuridão da sociedade: delinquentes comuns, transfugas dos países socialistas e elementos semelhantes.

BANDOS ASSASSINOS

Pode-se avaliar a envergadura da preparação dos "rangers" mesmo em seu momento pelos seguintes dados:

A primeira escola de terroristas militares norte-americanos foi aberta no polígono de 82ª milhas de para-quedistas, em Forte Bragg (Estado da Carolina do Norte). Ali, numa superfície de 500 km, os "rangers" aprendem a estrangular o inimigo com auxílio apenas das mãos, a eliminá-lo com flechas envenenadas (silenciosamente), a orientar-se nos bosques, na selva e no deserto, a encontrar meios naturais de sustento, a passar sem fôstoros, sem busca, etc.

destino de seu teste-de-ferro

Ngo Dinh Diem. O presidente dos Estados Unidos ordenou a Rossion formar a toque de caixa uma unidade especial de "rangers", cujos efetivos somaram 4.500 homens.

Os "rangers", apolados por grandes forças do exército do Vietnã do Sul, começaram a dar batidas nos bosques guerrilheiros situados 50 km ao norte de Saigão. Os repressores levavam mastins alemães especialmente adestrados para a luta anti-guerrilha.

Aviões norte-americanos lançavam produtos químicos que faziam cair as folhas das árvores. As aldeias eram incendiadas e imbedonadas com gases irritantes, sob ameaça das armas, transportados para outras zonas.

A "Operação Amanhecer" causou numerosas vítimas entre a população. E apesar de contra os guerrilheiros, deploravelmente armados, terem sido lançadas grandes forças armadas norte-americanas e de Ngo Dinh Diem, estas não conseguiram quebrar a resistência dos patriotas sul-vietnamitas.

A revista da Alemanha Ocidental "Der Spiegel", ao falar dessa operação, terminou o artigo com a melancólica observação de que "as armas não podem reconquistar o que caiu sacrificado pela ideologia".

Que os "sacrifícios" fiquem na consciência dos autores. Mas o certo, sem dúvida, é que a vontade de libertação dos povos, seu desejo de derrotar os odiosos mercenários estrangeiros, não se podem destruir. Não o conseguirão os tanques, nem os aviões, nem os "navios de Troia" enviados dos nortistas da Carolina do Norte.



JUNTO A RDA

Na foto acima vêm-se "rangers" recebendo instrução num bosque em Bad Toelz, que não fica distante das fronteiras da República Democrática Alemã. As fotos que ilustram a matéria são da revista "Der

Spiegel", da República Federal Alemã, e mostram os bandidos comandados pelo general William Rossion em sua atividade terrorista e criminosas.

NR Mostra Como Votar a 7 de Outubro Como Votar

1. Na porta da sua seção ou no próprio recinto de votação, você receberá uma ficha — a chamada senha — que constituirá, além de seu título, o documento credencial para a sua votação.
2. Depois, pela ordem, será feita a chamada. Quando for chamado, você mostrará ao presidente da Mesa a sua senha e o seu título, para a conferência.
3. Então, estando tudo em ordem, você será autorizado a assinar a folha de votação.
4. Depois da assinatura, você receberá a cédula única (vide foto nesta página).

A Cédula Única

— A cédula única conterá no seu verso a rubrica da Mesa e o número correspondente e não poderá conter no seu texto qualquer sinal, mancha, traço, ponto ou qualquer rasura que a torne identificável.

5. Ao ser-lhe entregue a cédula única, você verificará se ela está em perfeito estado, isto é, se não contém nenhuma irregularidade das assinadas acima. Contendo, você a devolverá ao Presidente que, na frente de todos, a inutilizará e lhe dará outra.

— Na cédula única, estão escritos os cargos: SENADORES, VICE-GOVERNADOR, DEPUTADO FEDERAL e DEPUTADO ESTADUAL.

6. Com a cédula única na mão, você se dirigirá à cabina indepassável.

Uma Vez Só

7. Na parte relativa a SENADORES você fará um traço cruzado (x ou +), nos quadriláteros que antecedem o nome de MOURÃO FILHO e o nome de AURÉLIO VIANNA, a tinta ou lápis-tinta.
8. A mesma coisa você fará (X ou +) na parte relativa a vice-governador, no quadrilátero que antecede ao nome de ELOY DUTRA.
9. Para DEPUTADO FEDERAL, você escreverá na primeira linha, acima das palavras nome do candidato, o nome de MARCO ANTONIO COELHO, ou escreverá na segunda linha, em seguida às palavras número do candidato, o número 215, sem ser necessário escrever a sigla do Partido (PST). Escrevendo apenas o número ou o nome do candidato, o seu voto também estará válido.
10. Para DEPUTADO ESTADUAL, você poderá, procedendo da mesma maneira que o fez para deputado federal, escolher entre HÉRCULES CORREIA DOS REIS, JOÃO MASSENA ou SINIVAL PALMEIRA, ou se quiser: 2.117, 1.533 ou 1.561. Também não sendo necessário escrever a sigla do Partido. Se você só escrever a sigla, você estará apenas votando na legenda.

Observações Finais

1. Para SENADORES, portanto, você fará o traço cruzado para DOIS NOMES (MOURÃO e AURÉLIO) nos DOIS QUADRILÁTEROS.
2. Os nomes, tanto do deputado federal como o do estadual, deverão ser escritos em LETRA LEGÍVEL (como a de imprensa, por exemplo) para que não haja qualquer possibilidade de anulação do seu voto ou troca de candidatos.
3. Em caso de dúvida sobre qualquer número ou nome dos candidatos, você poderá consultar a lista oficial afixada no interior da cabina e no recinto da Seção.
4. A ELEIÇÃO COMEÇA ÀS 8 HORAS E É ENCERRADA ÀS 17 HORAS, quando, então, serão distribuídas senhas para os eleitores presentes no recinto e que ainda não a tenham recebido.
5. Após a votação, saindo da cabina com a cédula na mão você a colocará na urna, não a dando para ninguém, nem mesmo para o Presidente da Mesa. Após a colocação da cédula na urna, você receberá o seu título das mãos do Presidente.
6. Não se reunindo a mesa de sua seção, você poderá votar na seção mais próxima da mesma zona.

ONDE E QUEM

Os fiscais de Partido e os mesários votarão no lugar onde estão servindo. Ninguém mais pode votar fora de sua seção da zona onde está inscrito.

QUEM TEM PREFERÊNCIA

As mulheres grávidas, os funcionários da Justiça Eleitoral, os eleitores de idade avançada têm preferência para votar, mas somente em sua seção respectiva.

SE ESQUECEU O TÍTULO

Se acontecer o caso de esquecimento de título eleitoral, ou se o perdeu, você poderá votar desde que na folha individual de votação, o seu nome e a sua inscrição — coisas que já estão em poder dos mesários — lá estejam. Só é necessária a prova de sua identidade.

PARA SENADOR

(Vote para dois Senadores, assinalando dois quadriláteros)

GILBERTO MARINHO — Suplente Helio Damasceno

MOURAO FILHO — Suplente Arnosto Semeraro

JURACY MAGALHAES — Suplente Helio Beltrão

AURELIO VIANNA — Suplente Adamastor Lima

PARA VICE-GOVERNADOR

MARIO MARTINS

LOPO COELHO

ELOY DUTRA

PARA DEPUTADO FEDERAL

MARCO ANTONIO COELHO

Nome do Candidato

ou

Número do Candidato 215

Iniciais do Partido ou da Coligação **PST**

PARA DEPUTADO ESTADUAL

JOÃO MASSENA

Nome do Candidato

ou

Número do Candidato 1533

Iniciais do Partido ou da Coligação **PST**

O VOTO CORRETO

Na foto o leitor vê um modelo da cédula única preenchida, com o voto correto nos candidatos populares. Para deputado estadual está lá indicado João Massena, mas os

eleitores poderão escolher também para esse cargo Sinival Palmeira ou Hércules Corrêa dos Reis, ambos igualmente nacionalistas e democráticos.

Leve esta cédula de votação para a eleição, no dia de votar, e copie os nomes ou números.

PARA SENADOR

PARA DEPUTADO FEDERAL

Geraldo Rodrigues dos Santos

NOME DO CANDIDATO

Nº DO CANDIDATO 449

INICIAL DO PARTIDO OU COLIGAÇÃO

PARA GOVERNADOR

PARA DEPUTADO ESTADUAL

Luis Tenório de Lima

NOME DO CANDIDATO

Nº DO CANDIDATO 2291

INICIAL DO PARTIDO OU COLIGAÇÃO

PARA VICE-GOVERNADOR

Em São Paulo será assim

O modelo acima, e o da cédula única paulista. Naturalmente, estão faltando os nomes dos candidatos a governador, vice e senador. Mas, isso não tem importância para você que vai votar em branco. Os

nomes em que você deve votar estão ao lado: Geraldo para deputado federal e Luis Tenório para estadual. Se não for em 7 de outubro, para estadual você poderá votar então em Schenberg, Lourenço ou Lepera.

Lepera Continuará no Palácio 9 de Julho

No último número do jornal «A Palavra», de Ribeirão Preto, o seu diretor, jornalista Divó Marino, escreve um artigo sob o título — «O Autêntico» — em que diz, entre outras coisas:

«Num julgamento da JUC sobre candidatos que mereciam o voto, Lepera foi escolhido como um homem limpo que merece o voto do povo. E isto aconteceu no seio de uma organização católica. Na mesma aferição, foi reprovado um conhecido deputado católico. Por que tal fato ocorreu? Os jovens podem ser enganados. Entretanto, depois de perceberem que estavam sendo vítimas de clichês».

Impostos pelo ritual (como por exemplo: «Fulano é comunista», ou «Sicrano é um aproveitador de idéias» ou «Beltrano ligado a grupos econômicos, é rico, não pode defender ideais socializantes»). «Clichês que apelam para o raciocínio patológico, ou para a emoção, o jovem tem reservas para uma reação contra o preconceito. E, num segundo movimento percebendo o erro em que caiu, faz novo juízo, e reconhece publicamente as qualidades do homem autêntico. Isto ocorre com o jovem, pois ele não tem as reservas táticas da idade adulta que muitos chamam simplesmente de maquiavelismo...»

«Visível, há dias, três famílias de classe média. De casais de professores públicos. Gente vivaz, uma vez que a professora primária conhece no concreto a miséria do povo. Principalmente da zona rural. Nas três famílias, um nome já estava escolhido como candidato a deputado estadual: Luciano Lepera. Eram famílias que cultuavam ideologias radicais? Não. Gente simples, honesta, patriota, bons cristãos. Por que votariam em Lepera? Por uma razão simples: — a sua verdade, o que ele afirma na Assembleia Legislativa. Lepera vive na própria vida.

«Neste país de minorias privilegiadas encasteladas na estrutura estatal, de minorias de sofredores mudos, sem direitos, vítimas da fome e da doença, um homem autêntico é alguma coisa insólita. Seria, portanto, esperada a impugnação de sua candidatura no Tribunal Regional Eleitoral.

«E esta medida foi tomada com base em quê? Num informe policial. Os intelectuais do DOPS devem ter informado o seguinte, mais ou menos: durante o ano de 1960 tomou parte em todos os movimentos grevistas,

dos metalúrgicos, dos empregados em alimentação, em construção civil, dos gráficos e dos empregados da CMTC; durante 1961, cerca de 1.500 greves abalaram São Paulo. Lepera participou de quase todas, inclusive no interior (Santo André, São Caetano, Campinas, Sumaré, Barretos) para não falar dos movimentos da zona rural como o de Santa Fé do Sul. Em agosto do mesmo ano, defendeu a legalidade... Assim por diante. Com base no «informe», fez-se a «impugnação». Tudo muito jurídico, Democrático.

«Os jornais não autênticos abriram manchetes: «LEPERA NÃO PODE SER CANDIDATO». Foi interposto um mandato de segurança. Lepera venceu liminarmente. PODE SER CANDIDATO. Os jornais silenciam o fato e continuam pedindo votos para os Pais de Almeida dos grupos econômicos. Tudo em nome da Democracia. O povo, porém, hoje muito mais politizado do que ontem, espera 7 de outubro: — elegerá Lepera. O voto é a voz da Nação, entidade de direito natural. Terá mais força, portanto, que bizantismos jurídicos. E o povo terá outra vez no Palácio 9 de Julho a voz de Lepera, voz incômoda para os donos da vida.»



NOVOS RUMOS DIÁRIO: ÊXITO

As edições diárias de NOVOS RUMOS têm atingido plenamente seu objetivo de esclarecer os trabalhadores nessa fase difícil da vida política do País, principalmente no que se refere às próximas eleições, quando o povo deverá mudar a composição do Parlamento nacional e de vários outros órgãos político-representativos, elegendo homens verdadeiramente nacionalistas e democratas.

As vendas comerciais e os comandos realizados na Guanabara e São Paulo têm esgotado as edições, tal a sua aceitação entre as massas populares.

O clichê acima nos mostra um operário em construção quando lia, no intervalo para almoço, NOVOS RUMOS numa de suas edições diárias.

São Paulo: PRESTES Indica Seus Candidatos

PARA GOVERNADOR
PARA VICE-GOVERNADOR
PARA SENADOR

VOTAR EM BRANCO

POR QUÊ?

Adhemar, Jânio e José Bonifácio são todos vilões da mesma pipa.

Adhemar foi governo: deu carestia, aumento de impostos, assassinato de camponeses de Tupã, pata de cavalos contra os trabalhadores que lutavam por melhores salários.

Jânio foi governo: deu carestia, aumento de impostos, jogou a polícia contra os que lutavam pela paz e por melhores condições de vida. Eleito para a presidência da República, contribuiu para a elevação dos preços com a portaria 204. Depois, abandonou o cargo nas mãos de um grupo de generais fascistas.

José Bonifácio é governo: pertence ao governo do sr. Carvalho Pinto. O que está dando esse governo? Carestia. Falta de feijão e de açúcar. Aumento de impostos. Cadeia para os democratas que lutaram contra os golpistas a 25 de agosto de 1961 e para os trabalhadores que, no fim desse mesmo ano, pleiteavam abono de Natal. Dá mais: reprime selvagemmente lutas por aumento de salário e vai até

ao assassinato de grevistas na polícia, como aconteceu com o padeiro Agapito.

A candidatura do sr. Cid Franco não exprime os sentimentos democráticos e nacionalistas do nosso povo e por isso mesmo não polariza as forças que se opõem àquelas candidaturas reacionárias.

Os candidatos a vice-governador e a senador estão todos eles ligados aos diversos grupos antina-cionais que se disputam o governo do Estado e não merecem, assim, o apoio do povo.

POR ISSO OS COMUNISTAS CONCLAMAM OS TRABALHADORES E O POVO A VOTAREM EM BRANCO PARA GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E SENADOR. NENHUM SINAL DEVE SER FEITO NOS QUADRINHOS AO LADO DOS NOMES DOS CANDIDATOS A GOVERNADOR, VICE-GOVERNADOR E SENADOR, NA CÉDULA ÚNICA. ESCREVER APENAS DO LADO DIREITO, O NOME OU O NÚMERO DO CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL E O DE UM DOS CANDIDATOS A DEPUTADO ESTADUAL APOIADOS PELOS COMUNISTAS.



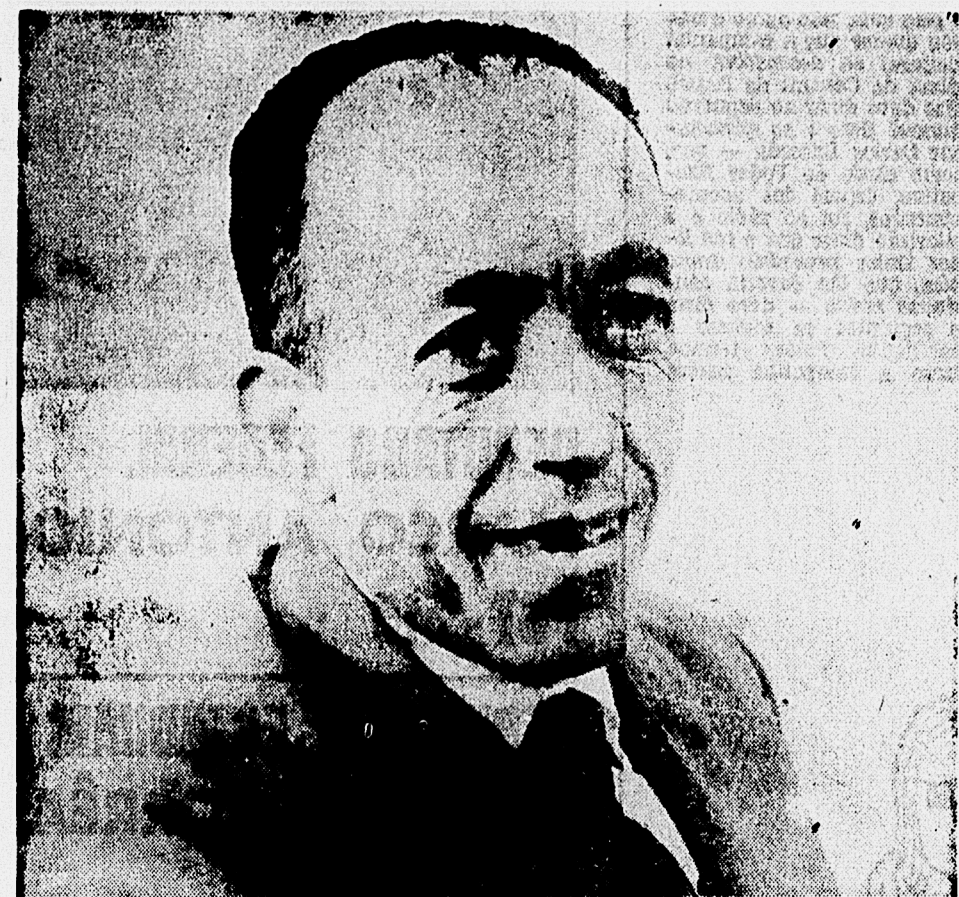
Lepera

Deputado Estadual

PTB — 2289

Luciano Lepera participou ativamente de todas as grandes greves ocorridas na capital e nas cidades interioranas, usando suas imunidades parlamentares em defesa do direito de greve e contra as violências e arbitrariedades. Contribuiu para o movimento reivindicatório dos ferroviários, marítimos, portuários, estivadores, gráficos, motoristas, metalúrgicos, trabalhadores da construção civil, padeiros, cobradores e motoristas, ambulantes, cortadores de cana de todo o Estado, trabalhadores agrícolas em geral e muitas outras categorias. Deu importante contribuição à luta dos jornalistas, no ano passado, por ocasião de me-

morável greve feita pela categoria, sofrendo com seus colegas de jornais a repressão que a polícia empreendeu contra os profissionais da imprensa. Deu também sua solidariedade à greve dos radialistas e bancários, e destacou-se no apoio ao movimento eclodido na Força Pública e Corpo de Bombeiros. Vem lutando também em defesa das reivindicações estudantis e universitárias, além de sua notável atuação parlamentar, onde se tem destacado em defesa dos interesses populares, democráticos e nacionalistas, sendo autor de numerosos projetos que beneficiaram vastos setores da população.



Tenório

Deputado Estadual

PTB — 2291

Luís Tenório de Lima, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias do Estado de São Paulo e membro do conselho de representantes da CNTI, é conhecido em todo o Estado, por trabalhadores das cidades e do campo, como um dos mais capazes e destemidos dirigentes operários, com

larga fôlha de serviços prestados ao movimento sindical, nacionalista e democrático em nosso país. Como presidente da importante categoria da alimentação, Tenório de Lima contribuiu notavelmente para o prestígio que a entidade goza atualmente entre os associados, mantendo contato permanente com

os sindicatos do Interior e orientando suas lutas salariais, que muitas vezes foram vitoriosas através de memoráveis greves, particularmente dos trabalhadores de usinas. Elegendo-o deputado estadual a classe operária terá um digno representante na Assembleia Legislativa.

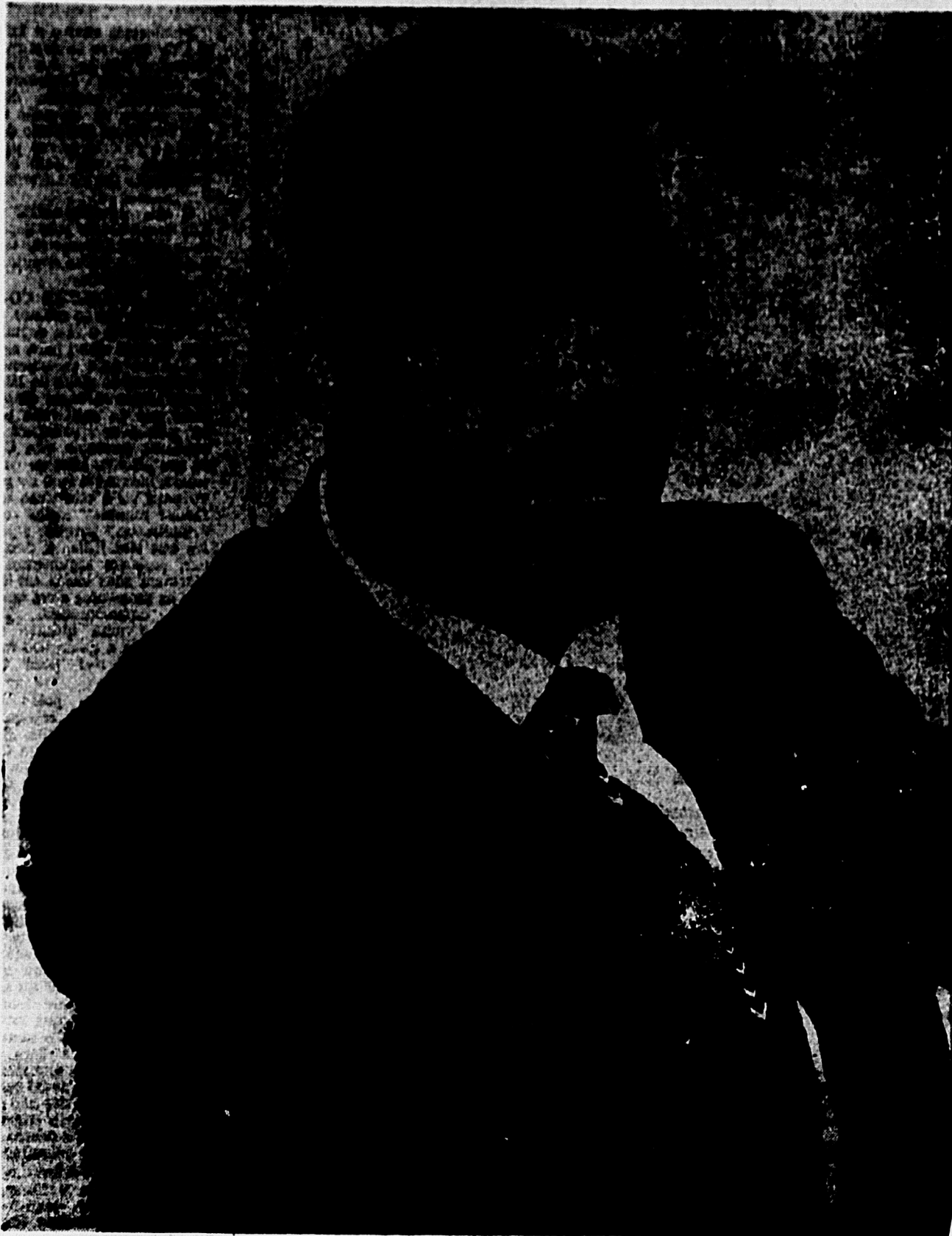
Geraldo

Deputado Federal

PTB — 449

Geraldo Rodrigues dos Santos, portuário das Docas de Santos, militou no movimento sindical santista durante muitos anos, onde foi diretor da Associação das Docas. Participou ativamente das lutas em defesa do nosso petróleo e dos movimentos reivindicatórios de sua classe. Como combativo ativista, entrou-se ao movimento sindical paulista e nacional, tomando parte em todos os grandes movimentos operários. Ajudou a organizar numerosos sindicatos, nas cidades e no campo, bem como na realização de todos os encontros e congressos

sindicais destes últimos doze anos. Na Câmara Federal contribuirá muito para as lutas da classe operária e do povo, formando com outros trabalhadores, patriotas e democratas, uma poderosa bancada parlamentar.

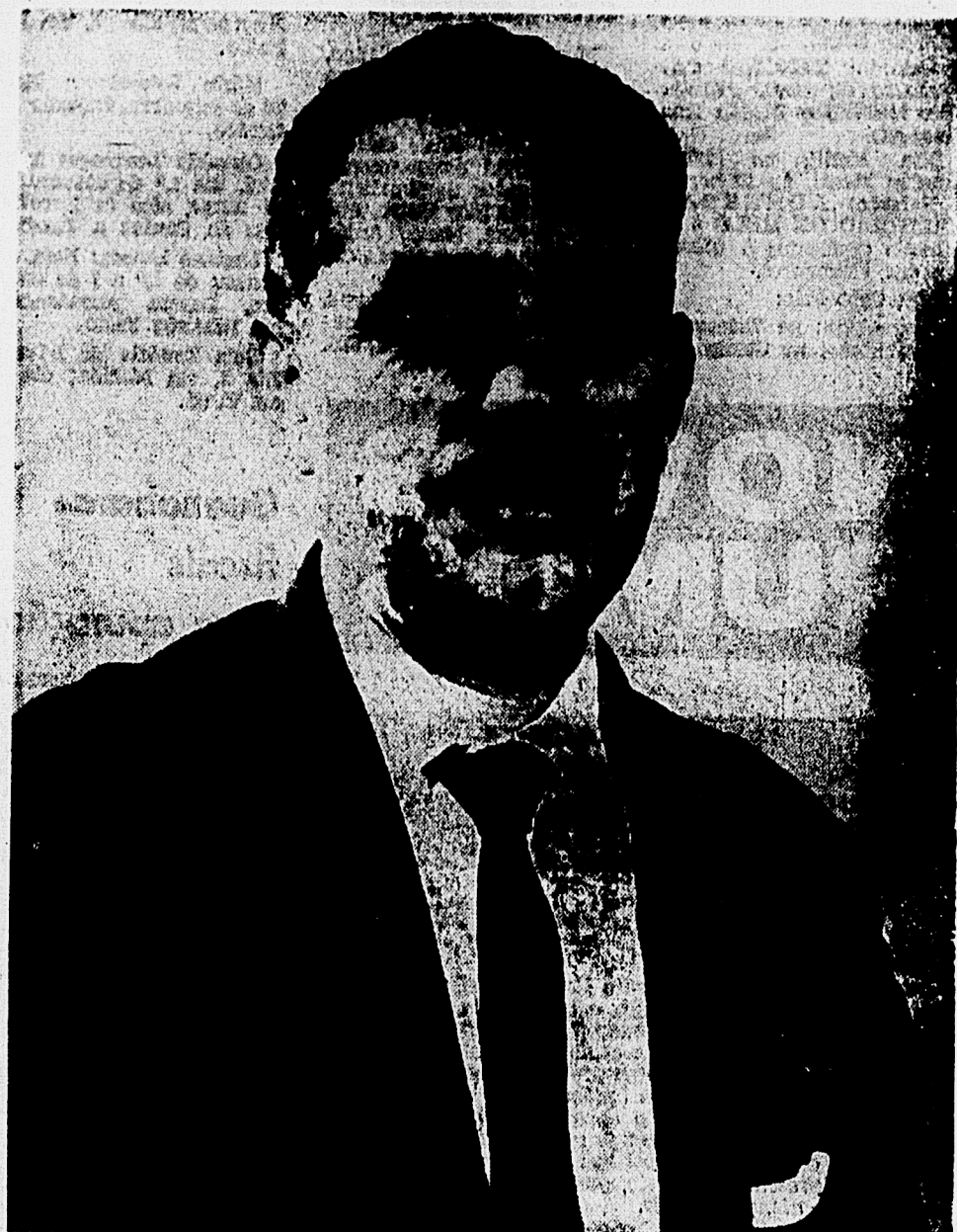


Schenberg

Deputado Estadual

PTB — 2292

O professor Mário Schenberg, cientista e catedrático de renome, é formado pela Escola Politécnica em 1935 e pela Faculdade de Filosofia da USP em 1936. Vem trabalhando e ensinando na Universidade de São Paulo desde 1936. Em 1944, ganhou o concurso para a Cadeira de Mecânica Racional e Celeste da Fac. de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Foi diretor do Departamento de Física da mesma Faculdade, de 1953 a 1961. Trabalhou no Instituto de Física da Universidade de Roma e na Escola Politécnica Federal de Zurich, em 1938. Em 1939, trabalhou em Paris, no Collège de France. De 1940 a 1942, trabalhou nas Universidades de George Washington e de Chicago e no Institute for Advanced Study of Princeton. De 1948 a 1953, trabalhou na Universidade de Bruxelas e no Centro de Física Nuclear. É membro da Academia Brasileira de Ciências desde 1942 e autor de uma centena de trabalhos originais sobre Física, Matemática e Astronomia. Lutador incansável pela paz e contra as armas atômicas, foi um dos fundadores do Movimento Brasileiro dos Partidários da Paz e é membro do Conselho Mundial da Paz. Na Câmara Estadual, muito contribuirá para a elevação da cultura e da ciência, contra as guerras e pelo bem-estar de nosso povo.



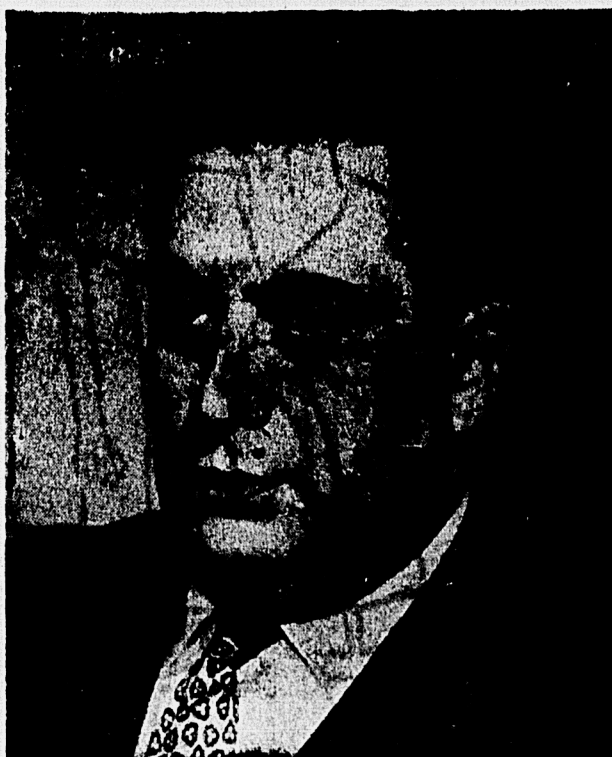
Lourenço

Deputado Estadual

PTB — 2293

OSVALDO LOURENÇO — Três vezes durante o ano de 1962 os trabalhadores de Santos tiveram de recorrer à arma da greve geral. A primeira, em defesa dos operários da indústria petroquímica de Cubatão, contra os quais se desencadeava a brutalidade das violências da polícia dos senhores Carvalho Pinto e José Bonifácio. A segunda quando, a 5 de julho, o comando geral dos trabalhadores decretou a greve em defesa das liberdades democráticas e pela conquista de um governo nacionalista e democrático. A terceira em solidariedade aos trabalhadores em bondes, contra os

quais se desencadeara a fúria do prefeito de Santos e de seus aliados, os beaguins do sr. Carvalho Pinto, estendendo-se depois até a greve geral de 14 de setembro. Entre os que comandaram estas lutas, muitos líderes se destacaram. E foram eles mesmos, foi o proletariado e o povo de Santos que resolveram eleger um dos seus para a Assembleia Legislativa do Estado. Osvaldo Lourenço ira para a Assembleia Legislativa representando os combativos portuários e doqueiros, estivadores e carregadores, jornalistas e donas-de-casa da heroica cidade de Santos.



HÉRCULES NA ASSEMBLÉIA DESMASCARA PROVOCAÇÕES DE AMARAL

Lacerda é Responsável Pelo Terrorismo Político

Publicamos abaixo a íntegra do discurso do deputado Hércules Corrêa dos Reis na Assembleia Legislativa, quinta-feira passada, dois dias depois da agressão de que foi vítima por parte do deputado Amaral Neto e o governador Carlos Lacerda:

O SR. PRESIDENTE — Em tempo cedido pelo deputado Naird Laranjeira, tem a palavra o nobre deputado Hércules Corrêa.

O SR. HÉRCULES CORRÊA (Em tempo cedido) — Sr. presidente e srs. deputados, quando eleito para esta Casa, não logo reconheci o resultado do pleito de 1960, certa imprensa desta cidade disse que eu aqui viria para promover barbúria e conflitos, tornando esta Casa um inferno. Mas, ao contrário, busquei o voto do povo para vir a esta Casa de lutar minhas ideias com argumentos, porque aqueles que têm ideias a defender, possuem argumentos e discutem suas ideias em todos os momentos e em qualquer circunstância. Ter ideias é uma questão de consciência e quem não tem consciência não pode ter ideias.

Lamento não possa eu neste instante dizer aquilo que é preciso seja dito, mas com o respeito que esta Casa me merece, na medida do possível, vou relatar o que ocorre neste instante no Estado da Guanabara em relação à campanha eleitoral.

Terça-feira, comunicava eu a essa Casa, numa questão de ordem, que elementos civis haviam ameaçado aturar num posto eleitoral que tenho em Vicente de Carvalho. Fiz uma comunicação à Casa, citando que iria informar o líder do Governo sobre o que estava ocorrendo — e o que informei a s. excia. foi o mesmo que havia dito à Casa na questão de ordem que levantei — e disse que se tal ocorresse, o primeiro tiro não seria nosso, mas que iríamos revidar à altura e dentro da serenidade que possuímos.

O líder do Governo ocupou em seguida a tribuna e justificou outra ocorrência verificada em Campo Grande de s. excia. Lá pelas tantas, o deputado Amaral Neto diz exatamente o que saiu publicado no «Diário da Assembleia», hoje entregue aos srs. deputados. (Lendo)

«Sei que há bandidos como sei que vou falar na Central, às 6 horas, embora me tenham informado de que há bandidos à minha espera. Val então, empatar, somos os dois, o deputado Hércules Corrêa de um lado e eu do outro. De qualquer maneira, aqui dentro usamos da boa amizade, embora ferrenhos adversários políticos. Na rua a coisa é outra».

(Interrompendo a leitura) sr. presidente, como não ando de má intenção com quem quer que seja, não percebi o que queria dizer com isso o deputado Amaral Neto. Naquele instante, declarava eu à deputada Adalgisa Nery que, se eu soubesse que iria haver comício do deputado Amaral Neto na Central, não teria programado o meu ou o marcaria para outro dia e hora. Entendo que, em circunstâncias como estas, homens que de-

fendem ideias opostas não podem falar num mesmo local, sob pena de se verificarem conflitos. Entretanto, a fala do deputado Amaral Neto se processou quase às 18.30 horas. Terminada a votação do veto, fui à Central. Lá encontrei o deputado Amaral Neto num caminhão, gritando, enquanto a sua frente uma multidão o via. Também já levei valias; isto não é privilégio do deputado Amaral Neto nem de quem quer que seja. Não me estranhei falar de tal coisa, porque os homens, no exercício de suas funções, cometem erros. Que há a fazer e que, quando reconhecermos erros em nossa conduta, procuramos corrigi-los. Assim não o faz, porém, o deputado Amaral Neto.

Muito bem. A massa que valava o deputado Amaral Neto erguia um cartaz do governador Leonel Brizola. Sabe s. excia. que não estou fazendo campanha do sr. Leonel Brizola para deputado federal. Ninguém ignora isso. Os acontecimentos, e não o, se processaram. Quando eu tomava providências no sentido de que um emissário conversasse com o deputado Amaral Neto, para encontrarmos uma fórmula de fazer os dois comícios, eis que, tivesse ou não recebido uma pedrada, o deputado Amaral Neto — não posso afirmar — cerca de 30 ou 40 indivíduos armados de porrete, de canos de ferro, de revólveres, invadiram o caminhão onde eu me encontrava.

Ora, sr. presidente, quem atirou a pedra no deputado Amaral Neto não foi o deputado Hércules Corrêa. E se o deputado Amaral Neto tinha levado à Central 30 ou 40 homens para agredir alguém, deveriam esses homens dirigir-se aqueles que atiraram a pedra em s. excia. Ao contrário, esses 30 ou 40 homens dirigiram-se à pessoa do deputado Hércules Corrêa, não para dissentir, mas para empurrar pelas costas o deputado Hércules Corrêa, que se encontrava em cima de um caminhão, e depois para desferir pauladas, golpes de cassetetes e porretadas.

Confesso que não tive outra solução a não ser aplicar uma autodefesa para me livrar dos golpes que, se me passassem, pela forma por que estavam sendo desferidos, estaria eu morto e hoje talvez os deputados estivessem se preparando para mandar rezar missa de sétimo dia por mim, porque as pessoas, neste País, são muito boas depois que morrem. Então, daí se conclui o seguinte: o deputado Amaral Neto foi preparado para fazer arruaças na Central e que o deputado Hércules Corrêa não foi. Se eu fosse preparado para fazer arruaças, eu faria mesmo, porque tenho condições para colocar não 30 mas 200 ou 500 homens armados. E está aqui o deputado Danilo Nunes que sabe disso. Mas não fiz porque estou acostumado a defender as minhas ideias pública e democraticamente, pois confio nas minhas ideias e não tenho nada a perder, pois não tenho privilégios, e, mesmo, posso ser derrotado nas próximas eleições. Não estou vinculado a ninguém, sr. presidente. Por isso não temo o debate público, democrático e não sinto necessidade de levar à Central do Brasil quem quer que seja para me dar cobertura. Mas isso aconteceu

e, quem tiver dúvidas, por mais que a imprensa do Estado da Guanabara tenha tumultuado o noticiário, basta que olhe as fotografias do deputado Amaral Neto e as minhas, para saber quem foi preparado para fazer arruaça. Isto basta. Não precisará outro julgamento.

Conclui-se, então, que se o conflito se tivesse processado depois da pedrada que recebeu o deputado Amaral Neto, quem deveria ser atingido pelos cartazes do sr. Amaral Neto não era o deputado Hércules Corrêa, porque este não precisaria utilizar-se da via pública para qualquer discussão com s. excia. Não necessário disso. Não preciso disso, tenho bastante educação para não jogar pedras e posso dizer as verdades ao sr. Amaral Neto utilizando a tribuna desta Casa.

Sr. presidente, quero dizer ao deputado Amaral Neto que também como ele, sou casado e tenho dois filhos. E a minha esposa frequenta a mesma igreja a que pertence o deputado Souza Marques, com o meu filho, de 11 anos. Não procurei e nunca procurei fazer com que minha esposa e meus filhos adotem as ideias que tenho porque acho que as minhas ideias deverão amanhã, se ou não acolhidas por meus filhos, se assim quiseram, se assim desejarem.

Mas, sr. presidente, jamais colocaria o meu filho numa batalha política a pretexto de minha defesa. Considero isso uma atitude criminosa e quero declarar ao deputado Amaral Neto, apesar de tudo, que se eu estivesse armado, naquele instante, não atiraria no filho do deputado Amaral Neto, que reconheci.

É preciso, deputado Amaral Neto, ter um pouco mais de coragem e não colocar seu filho como escudo numa batalha como esta.

Devo declarar à Casa que reconheci grande parte dos elementos que me agrediram; alguns convim com o deputado Amaral Neto, alguns deles assessoram nesta Casa o deputado Amaral Neto. Mas aguardarei que o sr. presidente desta Casa tome uma atitude, aguardarei que o deputado Amaral Neto tenha também coragem e dignidade para tomar uma atitude, porque ele sabe que lá estava, porque éle comandava, sabia quem tinha mandado para lá.

Sr. presidente, não sou homem corajoso na expressão da valentia de que muitos se arrogam aqui no Plenário mas também não tenho medo. Não ligo muito para a vida. Por isso não confio o sustento da minha família somente aquilo que recebo; minha esposa também com tribui e arca com encargos da família porque amanhã posso desaparecer num conflito como este.

Não quis, não quero e não vou querer que a campanha eleitoral se desenvolva no clima da Central do Brasil. Mas devo dizer ao deputado Amaral Neto e ao governador Carlos Lacerda — que, como chefe do Poder Executivo, depois dos acontecimentos, foi ao rádio e à televisão dizer que o seu líder tinha procedido muito bem, que ele deveria continuar assim — devo dizer o seguinte: se querem a campanha nesses termos, terão a campanha nesses

térmos. Sei, sr. presidente, o que significa, sei que a fala do governador, apolando os atos do seu líder, é a fala de um irresponsável. E por que? Porque amanhã funcionários da polícia vão ter que entrar em choque numa luta violenta e perder a vida cumprindo ordens de um homem que não tem qualidades para dirigir um Estado como este, porque se tivesse qualidades, se fosse um homem de sensibilidade, não tomaria a posição que tomou, instigando mais o que houver na Central do Brasil e amanhã? e que poderá advir disso? Não são os bandidos armados do deputado Amaral Neto que vão perder a vida. Eu poderei perder a minha. Já sei que o objetivo na Central do Brasil foi o de me liquidar. Talvez, por azar deles e sorte minha, isso não aconteceu. Mas quem vai sofrer são aqueles homens que têm família a sustentar e que ganham para manter a ordem no Estado da Guanabara. Já disse: se perder as eleições amanhã não vou morrer de fome. Sou leal e voltarei ao meu trabalho, pois tenho consciência para isso. Agora, se o deputado Amaral Neto perder as eleições não sei o que vai ser dele. Talvez vá negar um avião e viajar para o exterior.

Mas eu, não. Voltarei para o meu trabalho porque estou acostumado a ganhar a vida trabalhando. Diz o deputado Amaral Neto que foi agredido violentamente. Nunca vi uma pessoa agredida violentamente ter a possibilidade de dar entrevista, por escrito, à imprensa, depois de um conflito como aquele. E uma coisa rara. Mas isso aconteceu, isso se processou, e devo dizer que o que houve lá fora não tem nenhuma relação com a nossa convivência nesta Assembleia. Declarei na televisão e digo aqui: esta Casa para mim é sagrada e não a transformarei num ringue. Aqui defenderei as minhas ideias até o final de meu mandato. Se for reeleito continuarei defendendo as minhas ideias. Lá fora vamos ver como fica isso. Dependendo muito da atitude do deputado Amaral Neto e dos seus partidários. Dependendo muito da atitude do governador. Uma coisa devo declarar: até 3ª-feira estava fazendo uma campanha eleitoral num alto sentido democrático, num sen-

tido de discutir ideias. De terça-feira para cá resolvi continuar fazendo a minha campanha, mas, desta feita prevenido, porque tratar com pessoas desonestas é muito desagradável; pessoas que afirmam uma coisa e lá atrás fazem outra. Isto é falta de caráter, e falta de moral. Craso estivesse armado — e foi bom que eu não estivesse — hoje teríamos um conflito de maiores proporções. Felizmente o que houve comigo não sei ainda bem a extensão da gravidade porque, amanhã, vou ao hospital para submeter-me a novo exame, pois estou com deficiência da visão. Mas devo declarar ao deputado Amaral Neto que a luta vai continuar, dependendo da posição, da conduta do governador Carlos Lacerda, da conduta do deputado Amaral Neto e seus partidários porque bater, atrair os meus partidários também sabem como fazê-lo. Agora, não queremos agir dessa maneira porque entendemos que a campanha eleitoral deve ser feita para esclarecimento de ideias e para transmitir ao povo as ideias que possuímos. E gostamos de ouvir o governador falar e gestos quando o líder do governo fala porque, a medida que eles fazem, a medida que eles realizam alguma coisa o povo pode julgar, como também podem influir as nossas ideias. Nos termos, senhor presidente, pelo debate amado e franco e também democrático nesta campanha eleitoral.

Agradeço, sr. presidente, a solidariedade que me foi prestada por muitas pessoas no dia de hoje, por civis e militares. Agradeço a todos os trabalhadores que me visitaram ontem no Sindicato do qual sou presidente. Agradeço aos parlamentares que me procuraram para me prestar a sua solidariedade. E devo dizer à Casa que continuarei sendo aqui no plenário o mesmo homem de sempre. Não quero mal a nenhum colega meu. Mas, traído, covardia, desonestidade, não foram feitas para Hércules Corrêa. Lamento muito que, da bancada da UDN, só estejam dois homens aqui no plenário. Espero que lá fora mudem de conduta, porque se não mudarem vamos ter um final de campanha eleitoral triste e doloroso. Muito obrigado. (Palmas em retorta). (Sem revisão do orador).



DENÚNCIA NA ASSEMBLÉIA

Dois dias depois de sofrer a agressão brutal promovida pelo deputado Amaral Neto na Central do Brasil, agressão que bem pode ser caracterizada como tentativa de homicídio, o deputado Hércules Corrêa dos Reis

(na foto logo após as violências do líder do governador Carlos Lacerda) denunciou na Câmara Estadual dos Deputados os métodos eleitorais dos lanterneiros.

ESTADO DO RIO: ROTEIRO DA CAMPANHA ELEITORAL

Hoje, dia 30 — Grande Comício de Encerramento. Em Nova Iguaçu — na Praça da Liberdade, às 19 horas.

Tomarão parte: TENÓRIO CAVALCANTI, ELZIO RAMALHO, ADÃO PEREIRA NUNES, e os candidatos a vereadores NILO DIAS TEIXEIRA, ISMAEL RAMOS, LUIZ GONZAGA DE MACEDO.

Em Nilópolis — As 18 horas em frente à Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Falarão: TENÓRIO CAVALCANTI; ADÃO PEREIRA NUNES e ELZIO RAMALHO.

Em Meriti, no Bairro Jardim Meriti, às 19 horas.

Falarão: ADHERBAL CUSTÓDIO DE MELLO e os demais candidatos à Câmara dos Vereadores.

Em Cabo Frio: 3 comícios: na Passagem, às 18 horas; no Cortiço, às

18 horas e na Praça Pórtico do Rocha, às 20 horas.

Grande Comício em que falarão candidatos a vereadores. Aldir José de Souza, Altamiro Inácio de Oliveira e Francisco Ribeiro de Almeida; e o candidato a vice-prefeito.

Churrasquinho em Realengo

Moradores de Realengo, estão sendo convidados para um churrasquinho promovido pelo Círculo da Vizinhança, hoje, dia 30 de setembro, ao qual comparecerão os candidatos nacionalistas e populares Eloy Dutra, Aurélio Vianna, Marco Antônio Coelho e Hércules Corrêa dos Reis.

O churrasquinho será oferecido na Estrada General Canrobert da Coeta, 556.

SÃO PAULO: ROTEIRO DA CAMPANHA

Geraldo Rodrigues dos Santos: — Hoje, dia 30, em São Paulo, dia 1.º de outubro, nas Oficinas da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí, das 11 às 13 horas; às 20.30 horas num programa da Rádio Nacional; dia 2, visita a trabalhadores de diversos setores e comício, à noite; dia 3, em Ribeirão Preto, e à noite, às 20 horas, num programa da Rádio Tupi; dia 4, comício em São Paulo e em Santos; dia 6, em São Paulo.

Mário Schenberg: Hoje, 30 de setembro, feijoada em Osasco.

Oswaldo Lourenço: Amanhã, dia 1.º de outubro, às 11 horas, com os ferroviários da Santos a Jundiaí.

Luciano Lepera: Hoje, em Bauri; de 1.º a 7 de outubro, Lepera permanecerá em Ribeirão Preto.

Luiz Tenório de Lima: Dia 2, em Marília; dia 4, em Tupã.

Guanabara fiscais para apuração

A comissão responsável pela campanha dos candidatos populares Marco Antônio Coelho, João Massena Melo, Hércules Corrêa dos Reis e Sinval Palmeira, comunica a todos os interessados que está recebendo pedidos de inscrição para fiscais no pleito de 7 de outubro e na apuração dos resultados eleitorais.

Esse comunicado é também um apelo a todos os simpatizantes e amigos dos candidatos populares.

O local de inscrição: Avenida Rio Branco, 183, sala 2.116, telefone: 32-8683. Horário: das 17 às 19 horas com Laura ou Agenor.

FERROVIÁRIOS PAULISTAS CONQUISTAM AUMENTO E 13º SALÁRIO

SÃO PAULO, 29 (Da sucursal) — Ferroviários paulistas conquistaram um aumento de 8 mil cruzeiros, bem como o compromisso do governo estadual de pagar o 13.º salário. A medida atinge 45 mil trabalhadores, de sete ferrovias, que estavam mobilizados e prontos para entrar em greve, se o governo não atendesse a essas reivindicações. Contudo, no entanto, a luta pela obtenção do salário família de Cr\$ 2.500,00, tendo as autoridades estaduais afirmado que estão estudando o assunto.

NOVOS RUMOS



Astrofódo Pereira

O tabloide "Programa Para o Povo", distribuído por intermédio deste jornal em duas edições desta semana (iniciando na edição de hoje), reúne em suas páginas um material de grande importância como contribuição à solução democrática e nacionalista dos problemas políticos, econômicos e sociais que estão na ordem do dia em nosso País. A evidência que o exame e o debate dos documentos nele contidos podem influir de maneira considerável no processo de elevação da consciência política das grandes massas. Sobretudo no presente momento, quando a campanha eleitoral ocupa as atenções gerais.

A característica dominante desses documentos se define, a meu ver, pela seriedade e o senso de responsabilidade com que foram elaborados. Não são documentos improvisados por amadores de gabinete, mas resultam de experiências amadurecidas e de estudos que as organizações operárias vêm realizando desde muito. São também uma demonstração positiva do grau de capacitação política já atingido pela classe operária brasileira. São por tudo isso uma demonstração inegável do fenômeno social de ascensão da classe operária e sua disposição de participar, como força ativa, da condução dos negócios públicos do País. Sua viabilidade lhes confere o peso específico de base programática para todo um período de governo, tendo em vista os reais interesses da Pátria e do Povo. E nêles encontramos, finalmente, o mais contundente desmentido aos que pretendem negar, às organizações sindicais, qualquer competência para intervir na política nacional. Os retrógrados que insistem nisto, apegados a meros formalismos legais, estão cada vez mais atrasados em relação às realidades do tempo presente. Estão superados — e serão varridos, como tais, do cenário político.

Penso que os candidatos populares e seus propagandistas podem utilizar, com grande vantagem, na sua campanha eleitoral, as ideias e reivindicações formuladas pelas organizações sindicais. É só trocá-las em miúdos, ponto por ponto, sistematizando uma argumentação que será não só convincente mas igualmente irresponsável. "O Programa Para o Povo" constitui uma arma poderosa para enfrentar os inimigos da classe operária e do povo.



PRESTES INDICA

DEPUTADO FEDERAL MARCO ANTÔNIO PST - 215

DEPUTADOS ESTADUAIS HÉRCULES CORRÊA PTB - 2117

JOÃO MASSENA PST - 1533

SINVAL PALMEIRA PST - 1561

Candidatos dos Comunistas



REFORMA AGRÁRIA

LIMITAÇÃO DE REMESSA DE LUCROS

REFORMAS DE BASE

FORA OS TRAIADORES

GOVERNO DEMOCRÁTICO E SOCIALISTA

Programa

CONTRA A CARESTIA

Para AS CAMPONESAS

O POVO

SUPLEMENTO ESPECIAL

NOVOS RUMOS

Rio, setembro de 1962

IV Encontro Sindical Nacional

Vitória da Unidade Dos Trabalhadores Brasileiros

Mais de três mil trabalhadores reunidos dia 17, 18 e 19 de agosto em São Paulo fizeram do IV Encontro Sindical Nacional uma vigorosa demonstração de unidade, independência e clareza de objetivos do movimento operário em sua luta por melhores condições de vida e de trabalho e pelo fortalecimento da frente única nacionalista e democrática na luta pelas reformas de base.

Durante os três dias de debates o local do Encontro — Cine São José — ficou superlotado pelos representantes de centenas de sindicatos, federações e confederações, que formavam um plenário atento e entusiasmado, cuja vibração traduzia os anseios de milhões de trabalhadores, e várias comissões, cujos membros, eleitos, trabalharam arduamente para

coordenar as muitas propostas apresentadas pelos convencionais e transformá-las em decisões do IV Encontro.

Em sua fase preparatória, o IV Encontro Sindical Nacional atingiu centenas de milhares de trabalhadores, pois foram realizados congressos e conferências regionais em inúmeros setores e categorias profissionais.

Durante esse período de preparação, milhares de opiniões se fizeram ouvir sobre problemas como as liberdades e autonomia sindicais, a luta por um governo nacionalista e democrático, campanha por melhores salários, regularização do abastecimento de gêneros alimentícios, contra a carestia, pelas reformas de base, e muitos outros, discussões que enriqueceram os argumentos e

idéias dos delegados eleitos e fizeram das decisões do conclave decisões democráticas, de enorme parcela do proletariado.

Além, só os signatários da convocação do Encontro já servem para mostrar a amplitude do conclave. Assinaram o documento dirigentes da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos, Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito (CONTEC), Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Estado da Guanabara (CPOS), Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aéreos, Federação Nacional

dos Trabalhadores Ferroviários, Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos e Fluviais, Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Telegráficas, Radiotelegráficas e Radiotelefônicas, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas, Federação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas, Federação Nacional dos Empregados no Comércio Armazenador, Federação Nacional dos Portuários, Federação Nacional dos Trabalhadores no Grupo de Máquinas da Marinha Mercante, Federação Nacional dos Radialistas, Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, União dos Portuários do Brasil, Pac-

to de Unidade Inter-sindical de São Paulo.

Presentes à reunião encontravam-se os representantes da Federação Sindical Mundial, Henry Vernier, do Sindicato dos Marítimos da República Popular da China, Tang Chang, do Departamento Internacional da Federação dos Sindicatos da República Popular da China, Mo Chen Chia, e da CIOSL-ORIT, sr. Samuel Powell.

O representante da CIOSL-ORIT tentou pregar o «apolitismo» sindical, mas recebeu a reprovção do plenário, primeiro, e depois do secretário da FSM, Henry Vernier, que em discurso aplaudidíssimo fixou a atitude da Federação Sindical Mundial, que está disposta a dialogar com os dirigentes da CIOSL-ORIT em benefício da unidade sindical em todo o mundo.

Manifesto à Nação

“Os trabalhadores e suas organizações sindicais, reunidos em São Paulo no seu IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL, com cerca de 4.000 delegados de todo o país e todas as categorias profissionais, reafirmam a sua firme disposição de lutar, com apoio de todas as forças nacionalistas e democráticas, contra o imperialismo e o latifúndio — causas essenciais da crise em que vivemos.

Coerentes com os pronunciamentos assinados pelos dirigentes sindicais definindo a posição dos trabalhadores face aos problemas que afligem a nação, reafirmamos mais uma vez que não haverá solução favorável ao povo pela forma como procedem as cúpulas partidárias e o governo, com conciliações que atendem aos interesses e monopólios e seus agentes, inimigos de nossa pátria.

Só com a participação dos trabalhadores, dos patriotas civis e militares, derrotaremos nossos inimigos.

Examinando profunda e coletivamente a situação econômica, política e social do nosso país, concluímos que não houve, que não se tomou nenhuma medida eficiente para enfrentar as

causas do atraso e da miséria em que vive o nosso povo. Por isso estamos convencidos de que se não lutarmos com energia, essa situação se agravará muito mais.

Concluimos também, que apoiados na opinião e ação de todo o povo, afirmamos nossa disposição de nos manter unidos, vigilantes e organizados para prosseguir, sem desfalecimento, nossa luta, para tornarmos realidade o programa de 18 pontos que constitui nossa bandeira de luta. Ao denunciarmos a conciliação que se realiza contra os interesses da nação e do povo, conclamamos a todos os nacionalistas, democratas, patriotas, pois agora necessitamos multiplicar nossas energias, nossa mobilização e nossa organização. Este é um momento que exige de todos nós, maior esforço porque, assim, unidos, conquistaremos nossas reivindicações e direitos. Mantemos as nossas organizações em Assembléias Permanentes. Organizemos comissões nos locais de trabalho; multipliquemos os nossos efetivos sindicais. Discutamos nossas resoluções e decisões para aplicá-las.

Lutaremos com energia

para que as forças imperialistas e dos latifundiários não continuem a espoliar e roubar o povo brasileiro.

Defendamos com energia as liberdades democráticas e sindicais. Lutaremos pelo direito de voto para os soldados e analfabetos. Exigimos a democratização da Lei eleitoral e legalização de todos os partidos políticos. Lutaremos contra a Lei de Segurança Nacional, pela ampla liberdade de imprensa falada e escrita.

Não aceitaremos o substitutivo Jefferson de Aguiar e exigimos a imediata aprovação do projeto de lei originário da Câmara dos Deputados sobre o Direito de Greve.

Exigimos medidas reais contra os trusts e os monopólios. Lutemos pela Reforma Agrária Radical, com acesso à terra aos camponeses pobres e medidas complementares de amparo ao trabalhador rural.

TRABALHADOR: Consideramos justas todas as reivindicações que os participantes do IV ENCONTRO, com tanto calor e firmeza defenderam no decorrer dos debates, condenando todas as formas de exploração e opressão. Reivindicamos, além de outras, a revisão imediata do salá-

rio mínimo atual, aumentando como está o custo de vida, pugnamos pelo aumento geral dos salários, o salário família, contra qualquer tentativa de congelamento de salários e vencimentos de civis e militares.

Reclamamos medidas imediatas e eficientes do governo contra a insuportável alta constante do custo de vida e contra os exploradores do povo.

Lutaremos pela aplicação integral de todas as conquistas das leis sociais e trabalhistas e da Lei Orgânica da Previdência Social, bem como das resoluções que tomamos no nosso IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL.

Enquanto as cúpulas partidárias e homens do governo dissociados do povo, dos supremos interesses da nação, conciliam e tentam enganar a nação com falsas medidas, que agravam ainda mais a situação do país, os trabalhadores demonstram com a greve de 5 de julho último e por outras formas de luta e ainda com as suas decisões em nosso conclave que nossa batalha vai se estendendo por todo o país, formando uma frente única que cada vez mais vai se tornando invencível.

Agora, mais do que nunca lutaremos pela constituição de um governo nacionalista e democrático capaz de executar as REFORMAS que o país exige.

Firmes, unidos e mobilizados derrotaremos a conciliação dos que não querem a solução dos problemas vitais do nosso país e do nosso povo e dos que querem impedir e retardar a execução do programa nacionalista e democrático, e tentar anular as liberdades democráticas.

Para alcançar estes objetivos que são de todo o povo, conclamamos a preparação de uma greve geral para ser deflagrada quando o determinar o Comando Geral dos Trabalhadores, sem prejuízo de continuarmos lutando pelas nossas reivindicações.

Levemos com entusiasmo as justas resoluções do IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL para os locais de trabalho e as Assembléias sindicais.

Conclamamos toda a nação, civis e militares, camponeses, estudantes, homens e mulheres e ao povo em geral, para unidos lutarmos pela emancipação da nossa pátria.

São Paulo, 19 de agosto de 1962.”



Reformas de Base

Elevação do Custo de Vida

Os representantes da classe operária tomaram enérgica posição de combate à constante elevação do custo de vida, consubstanciada no seguinte documento.

"O IV ENCONTRO NACIONAL SINDICAL DOS TRABALHADORES apreciou o Relatório da 1.ª Comissão sobre a POSIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA FACE A ELEVAÇÃO CONSTANTE DO CUSTO DE VIDA e:

RESOLVE

RATIFICAR todas as resoluções já aprovadas em Congressos, Conferências e Encontros Nacionais de Trabalhadores, até a presente data realizados e, como resultado dos trabalhos apresentados neste IV ENCONTRO, consignar mais as seguintes medidas em reforço daquelas resoluções:

1.º — Requerer dos poderes públicos a mobilização de todos os meios de transportes para o transporte de gêneros essenciais dos centros produtores até os mercados consumidores, chegando-se até o confisco dos estoques existentes, com encaminhamento à Justiça e prisão dos sonegadores;

2.º — Exigir do governo a ampliação da rede de armazéns gerais e silos, para estocagem de gêneros alimentícios dentro de um pla-

no nacional de abastecimento que vise a estabilização dos preços no mercado consumidor;

3.º — Lutar pela criação imediata de postos de emergência, onde se fizer necessário, para venda de gêneros alimentícios diretamente ao povo;

4.º — Encampação, pelos governos Federal e Estaduais, quando se fizer necessário, dos frigoríficos e invernadas bem como de empresas produtoras de gêneros alimentícios, tais como a SANBRA, ANDERSON CLAYTON etc., tendo em vista a proteção do pequeno criador e a defesa da bolsa do consumidor;

5.º — Controle, pelo governo, das empresas que exploram a indústria da pesca, visando ao seu desenvolvimento e aprimoramento, tendo em vista sua importância no abastecimento popular.

6.º — Insistir junto ao governo na reestruturação dos organismos controladores do abastecimento e fixação de preços, com a participação dos trabalhadores em seus plênarios;

7.º — Recomendar ao governo o afastamento da direção dos órgãos oficiais que superintendam a produção e a fixação dos preços, dos elementos pertencentes ou ligados a grupos econômicos;

8.º — Solicitar ao Congresso Nacional a aprovação imediata do projeto 850-55, que afasta os intermediários do serviço de entrega, tendo em vista o barateamento das mercadorias transportadas por via marítima;

9.º — Solicitar do governo federal sejam as caixas econômicas obrigadas a criar uma carteira de empréstimos simples aos trabalhadores, a juros módicos com desconto em "fôlha de pagamento";

10.º — Recomendar aos prefeitos do interior o estímulo e assistência ao produtor, com vistas à melhoria do abastecimento em geral, bem como para que colaborem com subsídio de ordem técnica, na fixação de preços mínimos, junto aos organismos controladores."

A solução dos principais problemas que afligem a Nação nos dias que correm foi objeto de intensos debates pelos trabalhadores, que chegaram à conclusão de que apenas com reformas básicas podem ser resolvidos esses problemas. Publicamos abaixo o documento aprovado a esse respeito no IV Encontro:

"Os representantes sindicais ao IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL, reunidos em São Paulo, diante da gravidade da situação brasileira e cientes das suas responsabilidades na vida econômica, social e política, assumem compromissos de defender as seguintes medidas para a solução dos problemas nacionais:

1 — Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais, dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, caso necessário, até ao confisco dos estoques existentes, com encaminhamento à Justiça e prisão dos açambarcadores;

2 — Reforma urbana, como única solução para o problema da casa própria;

3 — Reforma bancária, com a nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos e companhias de investimentos e financiamentos, e aplicação dos recursos em benefício de atividades genuinamente nacionais. Enquanto não for concretizada a reforma bancária, os poderes executivos deverão baixar instruções contendo medidas eficazes para impedir que o sistema bancário continue a conceder privilégios às firmas controladas pelos trustes, principalmente internacionais.

4 — Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das forças armadas, aos marítimos em viagem ou trânsito e instituição de cédula única para as eleições de 7 de outubro.

5 — Ampliação da atual política externa do Brasil, pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desarmamento total e da autodeterminação dos povos;

6 — Aprovação da Lei que assegura o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em suas conferências e Congressos;

7 — Encampação, com tombamento físico e contábil, de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;

8 — Controle da inversão de capitais estrangeiros no País e limitação da remessa de lucros de acordo com o projeto aprovado pela Câmara Federal;

9 — Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, com fiscalização dos empregados;

10 — Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;

11 — Fortalecimento da Petrobrás, com o monopólio estatal do óleo bruto da distribuição dos derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;

12 — Nacionalização dos frigoríficos estrangeiros e seus campos de invernadas e defesa intransigente do pequeno criador, do pecuarista e do consumidor de carnes;

13 — Nacionalização das empresas estrangeiras de pesca e sua indústria;

14 — Monopólio estatal das indústrias químicas e farmacêuticas;

15 — Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;

16 — Encampação das empresas estrangeiras de publicidade;

17 — Criação da AEROBRAS, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;

18 — Federalização dos portos, assegurando-se os direitos adquiridos pelos trabalhadores, inclusive o de sindicalização;

19 — Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se-lhes o percentual de 50% das cargas transportadas na importação e exportação, às embarcações mercantes nacionais e afretamento de navios a casco nu, ao mesmo tempo com o incremento da construção naval.

20 — Apoio à SUDENE e à SPEVEA como passo inicial para liquidar o desequilíbrio progressivo entre o Nordeste, a Amazônia e a região centro-sul do País, pugnando por uma política que remova as causas fundamentais daquele desequilíbrio;

21 — Monopólio estatal do câmbio e restauração do chamado "Confisco Cambial", de maneira a incrementar uma política de desenvolvimento econômico através da crescente industrialização do País, em bases nacionalistas;

22 — Controle efetivo, por parte do Estado, sobre as comunicações telegráficas, radiotelegráficas e radiotelefônicas em todo o território nacional;

23 — Amparo efetivo ao produtor de trigo, mediante o financiamento total das safras, a armazenagem e silagem nas fontes de produção e nas zonas de embarque e desembarque, além da fiscalização da fronteira;

24 — Exigir imediatas medidas dos poderes públicos visando a erradicação do analfabetismo no Brasil;

25 — Defesa intransigente das liberdades democráticas e sindicais;

26 — Monopólio estatal da exportação do café;

27 — Reforma agrária radical e imediata, com extensão da legislação trabalhista e da assistência social ao homem do campo;

28 — Reforma universitária, participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários, Defesa da escola pública e democratização do ensino;

29 — Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional, e dos planos da "Aliança Para o Progresso";

30 — Desenvolvimento da indústria brasileira de extração e beneficiamento dos minérios atômicos, propondo como solução o monopólio estatal e combate ao contrabando;

31 — Defesa da indústria nacional de álcalis, mediante o monopólio estatal e controle da importação de barrilha e soda cástica e

32 — Incentivo e defesa da Cia Siderúrgica Nacional, Fábrica Nacional de Motores e demais empresas de economia mista e autárquicas que operam nos ramos básicos da economia nacional."



Aspecto do plenário do IV Encontro Sindical Nacional

Onze Pontos de Ação Imediata: Programa

Para as questões mais urgentes, que não admitem esperas e planificações demoradas, os trabalhadores aprovaram um "Programa de Ação Imediata", que consta dos seguintes pontos:

"O IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL DOS TRABALHADORES, reunido em São Paulo nos dias 17, 18 e 19 de agosto de 1962, interpretando o desejo de milhares de Delegados que representam os anseios de milhões de trabalhadores da cidade e do campo, empregados e servidores, resolve:

a) Lutar pela imediata revisão dos níveis salariais.
b) Lutar pela imediata aprovação dos projetos de salário-família, aposentadoria aos 30 (trinta) anos de trabalho e pelo Direito de greve, conforme aprovação da Câmara Federal com as emendas apresentadas pelos trabalhadores.

c) Lutar pela aprovação do Projeto da Jornada de seis horas de trabalho para a mulher e o de autoria do dep. Sérgio Magalhães que estende esse direito a todos os trabalhadores.

d) Lutar pela imediata aprovação do projeto do dep. Federal Ferro Costa

que eleva a porcentagem de juros de 6% para 12% sobre processos na Justiça do Trabalho.

e) Impulsionar a luta para que o Ministério do Trabalho reconheça imediatamente os sindicatos de trabalhadores rurais.

f) Lutar para que os sindicatos sindicalizem no mínimo mais 20% de seus efetivos entre o período do término deste Encontro Sindical e a realização do IV CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES, ativando os associados já existentes e organizando-se nos locais de trabalho.

g) Organizar para o mês de setembro próximo — entre 24 e 30 — semana da luta contra a carestia pela Reforma agrária radical e limitação da remessa de lucros para o exterior.

h) Organizar a Conferência Nacional da mulher trabalhadora onde serão discutidas as questões pertinentes à jornada de trabalho das 6 horas e suas reivindicações para o próximo mês de outubro na cidade de São Paulo, sob a responsabilidade do Pacto inter-sindical de São Paulo.

Novos Salários

1 — Organizar a divulgação e intensificar a luta pela aplicação das resoluções do IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL, ficando o Comando Geral dos Trabalhadores responsável pela entrega das resoluções ao presidente da República, ao primeiro ministro e ao Parlamento Nacional.

j) Intensificar todos os esforços em defesa das liberdades democráticas e sindicais, da unidade e da solidariedade dos trabalhadores, no sentido de atender concretamente à manutenção-de-ordem do Comando Geral dos Trabalhadores para a ação em defesa das reivindicações econômicas, políticas e sociais.

k) O Comando Geral dos Trabalhadores acompanhado do maior número de dirigentes sindicais, deverá neste período de esforço concentrado do Parlamento se dirigir a Brasília para gestionar junto aos poderes competentes nossa opinião sobre o direito de greve e as reivindicações aprovadas no IV ENCONTRO SINDICAL NACIONAL.

Para os itens a, b, c e d deve-se iniciar por todo o País a partir de 1.º de setembro próximo a realização de Assembléias sindicais enviando-se telegramas e, cartas e centenas de milhares de assinaturas ao Parlamento Nacional sobre as reivindicações ali expostas.

SÃO PAULO (SP), 19 de agosto de 1962."

Melhorar Estrutura Sindical Para Fortalecer as Lutas

Os trabalhadores reunidos em São Paulo deram grande atenção à questão da organização sindical, indispensável para garantir o êxito em suas lutas. Assim, para adaptar a estrutura sindical brasileira às atuais necessidades, foram aprovadas as seguintes resoluções:

ESTRUTURA SINDICAL

"Dos trabalhos apresentados a consideração do IV ENCONTRO sobre a questão de Estrutura sindical, constatou-se a preocupação salutar de todos os convenionais com a organização estrutural dos nossos organismos.

Assim que esta Comissão, apreciando o material, constatou que a ESTRUTURA SINDICAL DO BRASIL já não corresponde ao avanço do movimento sindical. Devemos ter em conta que a própria luta dos trabalhadores, os grandes movimentos

reivindicatórios, a conquista e a defesa dos direitos da classe operária, foram modificando a antiga estrutura, introduzindo medidas democráticas, consagradas pelos próprios trabalhadores.

Um exame mais profundo da atual estrutura sindical se fará durante a preparação do IV CONGRESSO NACIONAL SINDICAL que poderá então apresentar um estudo completo das conquistas já efetuadas e as que iremos reivindicar.

Apresentamos, entretanto, os seguintes pontos e resoluções:

1.º — Apoio à ação exercida pelo Comando Geral dos Trabalhadores, integrada pelas Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais, por sua orientação firme e decidida nos últimos acontecimentos políticos, especialmente na direção da greve política de 5 de julho de 1962.

— Diante do prestígio e respeito pela massa traba-

lhadora e as organizações sindicais do nosso País, o Comando Geral dos Trabalhadores é transformado, com aprovação do IV ENCONTRO NACIONAL SINDICAL, em órgão de orientação, coordenação e direção do movimento sindical brasileiro.

2.º — O Comando Geral dos Trabalhadores será composto de dois representantes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais e das C.P.O.S. da Guanabara, com sede no Rio de Janeiro, tendo sua secretaria funcionando na Sede da CNTL.

3.º — Em cada Estado ou Município serão organizadas direções idênticas, tendo em conta a diversidade de sistemas em funcionamento em cada local, de Comissões, Conselhos, Pactos, etc.

4.º — Os comandos em cada Estado se ligarão e se representarão no Comando Geral dos Trabalhadores, assim como os Municípios terão sua ligação com órgãos Estaduais.

5.º — Intensificar as organizações de direções estaduais e com base nas Federações Estaduais e nos organismos atuantes nas capitais dos Estados, onde de-

teria, do comando sindical de cada Estado;

6.º — Tornar obrigatória a organização sindical à base dos órgãos nos locais de trabalho. Enviar a todos os organismos sindicais, as instruções como funcionam as representações nas empresas, incluindo seu regulamentamento nos Estatutos Sindicais.

Lutar com toda a energia para que a Câmara dos Deputados aprove sem demora o projeto de lei, em tramitação, que assegure a estabilidade de representação sindical nos locais de trabalho.

7.º — Convocar o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, para meados do ano de 1963, dando ao Comando Geral dos Trabalhadores a incumbência de organizá-lo, podendo criar para cumprimento de suas tarefas, as comissões de trabalho que forem necessárias.

Este IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, será precedido e baseado nas realizações dos Congressos, Conferências, e Convenções, tanto em âmbito Estadual como Municipal, assim como de várias categorias profissionais.

O que os trabalhadores recebem mensalmente já não basta para comprar os gêneros de primeira necessidade. É muito menos para outras necessidades, menores mas também indispensáveis. O IV Encontro resolveu aprovar nesse sentido as seguintes medidas:

"Sobre as REIVINDICAÇÕES SALARIAIS, este ENCONTRO, examinando a situação dos trabalhadores brasileiros face à desvalorização progressiva do valor aquisitivo, resolve tomar as seguintes medidas, recomendando a todas as organizações sindicais sua imediata aplicação:

1.º — Revisão imediata dos atuais níveis de salário mínimo, terminando com a discriminação arbitrária do zoneamento em vigor a fim de que o critério estabelecido seja de que o SALÁRIO MINIMO para qualquer localidade de um Estado se iguale aquele percebido nas respectivas capitais, eliminando-se, assim, as injustas subdivisões existentes.

a) que nos cálculos para a sua revisão sejam incluídos gastos com educação e cultura;

b) que seja aplicado imediatamente após a sua decretação, revogando, em consequência, os artigos da CLT que impedem essa medida;

c) que seja intensificada a fiscalização por parte dos organismos sindicais, a fim de impedir a burla dos empregadores que não pagam o salário mínimo de maior aos menores que não estão sujeitos ao apremiado;

2.º — Redução do prazo dos acordos salariais estabelecidos em lei, a fim de aproximar os seus níveis com a constante elevação do custo de vida, passando a vigorar no máximo de seis em seis meses.

a) que os próximos acordos salariais sejam estabelecidos nessa forma e os que estejam em vigor sejam revistos de forma a se enquadrarem no período de seis meses.

3.º — Que se preste toda a solidariedade e apoio à luta dos servidores civis e militares pela justa elevação dos seus vencimentos.

4.º — Que as diferenças existentes dos salários acima do mínimo sejam mantidas quando da elevação dos níveis do salário mínimo, mantendo-se, assim, a hierarquia salarial.

5.º — Que se intensifique a luta pela conquista do salário mínimo profissional, do salário profissional e salário móvel.

6.º — Que se lute e se reclame pela imediata aprovação do projeto que instaura o salário família para todos os trabalhadores do nosso país, tanto ativos como inativos.

a) Recomenda-se que se enviem todos os esforços para que seja concedida urgência a esse projeto de lei em tramitação no Parlamento Nacional, no período de seu "esforço concentrado", enviando telegramas, abaixo-assinados, comissões, etc., para reclamar dos parlamentares essa medida.

7.º — Lutar pelo integral cumprimento da lei que estabelece o 13.º mês de salário e que se lute, também, por sua extensão aos aposentados.

8.º — Apoio decidido aos projetos que asseguram férias de 30 dias e jornada de seis horas de trabalho para as mulheres, criando-se assim, as condições para que a jornada de seis horas de trabalho seja extensiva a todos os trabalhadores."

A comissão organizadora deverá imediatamente tomar todas as medidas para que a convocação do IV Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores seja publicada no dia 15 de setembro deste ano.

8.º — Dar todo o apoio e meios técnicos para a organização sindical dos trabalhadores rurais, sob a responsabilidade direta da direção sindical de cada Estado.

9.º — Prestar toda solidariedade à sindicalização dos funcionários públicos, servidores do Estado.

10.º — Realizar uma campanha planificada Nacional, Estadual e Municipal de sindicalização, sob o compromisso de aumentar os efetivos atuais de cada Sindicato, a partir desta data, de 20%, cujo resultado deverá ser apresentado ao IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores a ser realizado em 1963.

11.º — Recomendar a unificação dos DIESES já existentes em todo o território Nacional em um único órgão coordenador.

12.º — Recomendar que sejam criados em todos os Sindicatos e Federações, além das Confederações, cursos de capacitação político-sindical."

III Convenção Nacional Dos Bancários

Durante três dias, de 14 a 16 de agosto último, representantes de bancários e securitários estiveram reunidos em São Paulo, na III Convenção Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito, convocada pela CONTEC, órgão sin-

dical máximo dessas duas categorias profissionais.

Não se ativeram os delegados ao debate dos seus problemas específicos, tais como melhoria de salários, previdência social, respeito às leis trabalhistas. A obsoleta estrutura

sindical, que não mais atende às atuais necessidades do desenvolvimento das organizações de trabalhadores, também foi objeto de discussões e resoluções do conclave, bem como os problemas políticos, nacionais e internacionais, que tão

de perto interessam aos trabalhadores.

Os convencionais aprovaram, nesse sentido, importantes resoluções, apoiando igualmente o informe apresentado pela direção da CONTEC, que expressou o ponto de vista dos tra-

balhadores a respeito da situação internacional e, particularmente, dos povos da América Latina.

As principais resoluções da III Convenção Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito são divulgadas neste tablóide.

Problemas da América Latina

O informe apresentado pela CONTEC à III Convenção Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito — e aprovado pelo plenário do conclave — depois de discorrer sobre as atividades daquele órgão dirigente, passa a analisar importantes problemas internacionais e da América Latina.

Divulgamos a seguir um resumo das considerações da CONTEC sobre essas relevantes questões.

SITUAÇÃO INTERNACIONAL

Terminada a Segunda Guerra Mundial — hecatombe que sacrificou milhões de trabalhadores. — e consumada a derrota militar do fascismo, que dominava principalmente a Alemanha, Itália e Japão, e, conseqüentemente a vitória das Nações Unidas, onde se destacavam a França, a Inglaterra, os Estados Unidos e a União Soviética, grandes e justificadas esperanças surgiram para a Humanidade. Perspectiva de paz duradoura, de grandes projetos de realizações no campo da ciência e do trabalho, visando à solução de problemas chamados eternos, eram aspirações acalentadas por todos os povos, na busca de uma vida tranqüila e feliz. Toda-

via, em muitos países, o povo era impedido de levar avante esse desejo criador, por força de uma estrutura econômica arcaica, que impossibilitava essa manifestação progressista, e da exploração imperialista e colonialista por parte de outras nações. Essas nações exploradoras do trabalho de outros povos vêm na libertação e desenvolvimento dos países escravizados uma ameaça a suas posições de privilégio, que procura manter até com o recurso odioso da intervenção armada. Nesse sentido, procuram mesmo impedir que nações menos poderosas, semi-independentes, se ajudem mutuamente ou mantenham relações com outras nações que sejam do seu agrado.

Verificamos, assim, que os povos derrotaram militarmente o fascismo, mas não liquidaram definitivamente a sua manifestação econômica. Esta situação levou a que, um par de anos após o término da guerra, nações, antes aliadas, se desviassem, colocando a Humanidade em face do perigo de uma nova guerra, que agora seria levada a efeito com armas atômicas poderosíssimas.

Em nosso país, dentro dos limites geográficos de um dos campos antagônicos da política internacional, os re-

flexos imediatos dessa situação tornam os mais negativos, com os sindicatos sob intervenção e os trabalhadores impedidos de reivindicar, restrição à liberdade de pensamento e à profissão de credos políticos que contrariassem os poderosos da época. Não se tratava de mera coincidência nem podemos estranhar que tal tenha se passado. A necessidade de manutenção dos privilégios, por parte dos trustes e monopólios internacionais, impõe aos seus prepostos internos essas medidas obscurantistas, buscando manter o povo surdo às palavras esclarecedoras, pois, sabe-se que os grandes grupos financeiros internacionais organizam quarteladas, nomeiam e destituem governos títeres, adulteram livros técnicos e didáticos, subornam e corrompem veículos de divulgação e subvencionam as universidades que mantêm mestres submissos à volúpia daqueles que exploram inescrupulosamente, os povos economicamente fracos.

Contudo, a vitória militar contra o fascismo deu nova consciência aos povos de todo o mundo, inclusive ao brasileiro.

Assistimos daí para cá surgimento de várias nações

independentes na Ásia e na África, sendo que muitas delas com a adoção de métodos políticos administrativos que se contrapõem frontalmente aos interesses dos países que antes as dominavam. A par da constatação da derrocada do sistema colonialista, verificamos que muitos povos também se livram da dominação dos trustes econômicos que os subjagam. Todos esses acontecimentos, são interdependentes e têm influência na luta de outros povos. Na medida em que nações independentes política e economicamente avançam para o progresso, suas vitórias trazem reflexos a toda a Humanidade.

A conclusão que nós trabalhadores devemos tirar desses sucessos é a de que tudo devemos fazer no sentido da preservação da paz entre as nações, paz consqüente, não passiva, onde haja respeito à autodeterminação dos povos. Na luta pela paz, aos trabalhadores cabe um papel decisivo e de liderança, e se bem soubermos compreender nossas responsabilidades, nações serão impedidas de escravizar nações, populações inteiras serão poupadas, e o trabalho humano bem como os vultosos gastos com armamentos serão aplicados em benefício

material e cultural da Humanidade.

Os bancários e securitários brasileiros devem estar sempre em dia com os acontecimentos internacionais e debater com os colegas e demais trabalhadores as causas fundamentais das rivalidades entre os governos das nações e os motivos reais que os levam a desencadear guerras. No mesmo sentido, nossa atuação deve ser de exigir do governo brasileiro caminhar sempre na direção de uma política internacional independente, não se subordinando a quaisquer blocos e procurando ampliar cada vez mais suas relações políticas e culturais com todos os países, indistintamente. Outrossim, as entidades sindicais devem aperfeiçoar suas relações com entidades congêneres de outros países, dentro dos princípios de independência, sempre enviando esforços para a união dos trabalhadores em torno de um programa que aglutine a massa trabalhadora de todo o mundo.

A AMÉRICA LATINA

A luta dos povos latino-americanos tem características que se assemelham, dadas as suas condições de habitantes de países subdes-

Volvidos em seu conjunto de estrutura agrária arcaica, em que predominam o latifúndio, industrialização incipiente ou de industrialização feita na base de concessões ao capital estrangeiro e domínio dos mercados de trocas internacionais pelos círculos imperialistas, que são os principais responsáveis pela miséria e pela fome dos povos subdesenvolvidos.

Apesar disso, ou por isso mesmo, amplia-se aqui a grande frente comum de todos os que almejam para esta parte do mundo uma situação de paz e progresso. Em toda a América Latina, lutam os trabalhadores por melhores salários e contra a exploração dos trustes internacionais, tendo como aliado nessa luta a indústria nacional inopetente que sofre a concorrência e a pressão do capital estrangeiro e todos os demais setores patrióticos que desejam o progresso do país; lutam os camponeses para se verem livres de exploração semi-feudal e pela posse da terra; lutam os trabalhadores agrícolas por melhores condições de trabalho, por uma legislação trabalhista e previdenciária que os proteja. Os estudantes, aliados aos trabalhadores da cidade e do campo, têm participação destacada em todas essas lutas. Assim, como as lutas de todos os povos têm reflexos mútuos, isto também se evidencia nesta região. Formação étnica, costumes, semelhanças, pressões externas da mesma origem, a tendência cada vez maior de união dos povos latino-americanos na luta comum pela independência econômica e política, pela liberdade e democracia, pela superação do subdesenvolvimento e pelo progresso geral.

Movimentos de libertação nacional surgiram no passado, como foi o caso da Guatemala, logo sufocados por mercenários a serviço da United Fruit, empresa norte-americana, que tivera seus interesses de grande proprietária de terras prejudicados pelo governo que ali se instalara; como na Venezuela e na Argentina e recentemente no Peru, sufocados por golpes militares.

Esses movimentos emancipadores tendem a crescer, e o caso recente da nação cubana é uma prova de que os povos latino-americanos já compreenderam que sua luta comum e o movimento de solidariedade tem sido altamente positivo, apesar de toda a propaganda contrária dirigida pelos ex-dominadores de Cuba, até hoje inconformados. Em Cuba realmente venceu o povo, e medidas tomadas em defesa de sua economia popular, tais como a reforma agrária, a reforma urbana, a campanha contra o analfabetismo, a encampação das empresas estrangeiras, a nacionalização da indústria e dos bancos, etc. Entendemos ser altamente positivo o debate dessas questões com toda a corporação, a fim de que possam realmente compreender a importância das conquistas do povo cubano do ponto de vista dos interesses dos povos da América Latina, e para que a solidariedade aquela valorosa nação irmã não fique restrita ao pronunciamento apenas das cúpulas sindicais.



Pedro Iovine, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo. Ao lado, sentado, Huberto Menezes Pinheiro, presidente da Confederação Nacional dos Bancários

Problemas Nacionais

A propósito da situação política nacional e da participação dos trabalhadores no plano dos problemas nacionais, aprovada a 14 de Novembro a seguinte resolução:

SITUAÇÃO POLITICA NACIONAL

Os bancários e securitários brasileiros, representados por suas delegações a III Convenção Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, reunida na cidade de São Paulo de 14 a 16 de agosto, sentem ser parcela de seu programa sindical a formulação da participação dos trabalhadores, ao lado de outras forças democráticas, no Governo da República, no processo de libertação das enormes forças produtivas, hoje vinculadas a um sistema agrário e social retrógrado.

As Reformas de Base, que são, já agora, uma das tábuas nacionais de consensualização das massas proletárias e camponesas, não poderão ser realizadas sem que a imensa maioria do Povo Brasileiro influja, diretamente, na planificação da reestruturação da Sociedade Brasileira, consequência das reformas profundas e radicais por que lutamos.

Os convencionais bancários e securitários, parte integrante da Frente Única das forças democráticas e antiimperialistas, ao mesmo tempo em que ratificam os termos do Manifesto de 14/8/62, do Comando Geral dos Trabalhadores, os quais passam a ser parte integrante desta resolução, põem, como fator indispensável ao desenvolvimento independente da economia nacional, a sua participação num governo capaz de levar à prática as modificações estruturais impostas pela realidade social brasileira e de defender os princípios abaixo enunciados:

- 1 — Luta concreta e eficaz contra a inflação e a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, caso necessário, até ao confisco dos estoques existentes, com encaminhamento à Justiça e prisão dos açambareadores;
- 2 — Reforma Agrária radical imediata com a extensão da legislação trabalhista e da assistência social ao homem do campo;
- 3 — Reforma Urbana, como única solução para o problema da casa própria;
- 4 — Reforma Bancária, com a nacionalização dos bancos estrangeiros de depósitos e Casas de Investimentos e Financiamentos e aplicação dos recursos em benefício de atividades genuinamente nacionais. Enquanto não for concretizada a reforma bancária, os poderes executivos deverão baixar instruções contendo medidas eficazes para impedir que o sistema bancário continue a conceder privilégios às firmas controladas por trustes, principalmente internacionais;
- 5 — Reforma Eleitoral com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das Forças Armadas e instituição da cédula única, para as eleições de 7 de outubro;
- 6 — Reforma Universitária com a participação dos estudantes em 1/3 nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários;

7 — Defesa da Escola Pública e democratização do ensino;

8 — Ampliação da atual política externa do Brasil pela conquista de novos mercados, em defesa da paz, do desenvolvimento total e da autodeterminação dos povos;

9 — Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional;

10 — Aprovação da Lei que assegure o Direito de Greve, nos termos do projeto aprovado pela Câmara Federal, com as emendas propostas e já aprovadas pelos trabalhadores em todas as Conferências e Congressos;

11 — Controle na inversão de capitais estrangeiros no país e limitação da remessa de lucros de acordo com o projeto Celso Brandt, aprovado pela Câmara Federal;

12 — Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, com a fiscalização dos empregados;

13 — Encampação, com tombamento físico e contábil, de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;

14 — Fortalecimento da Petrobrás com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;

15 — Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;

16 — Criação da Aerobrás, instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;

17 — Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo, assegurando-se o percentual de 50% das cargas transportadas, na importação e exportação, às embarcações mercantes nacionais;

18 — Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;

19 — Nacionalização dos frigoríficos estrangeiros e seus campos de inverno e defesa intransigente do pequeno criador, do pecuarista e do consumidor de carne;

20 — Nacionalização das empresas estrangeiras de pesca e sua indústria;

21 — Luta pelo monopólio estatal das indústrias químicas e farmacêuticas;

22 — Luta contra a exploração e exportação de nossos minérios de ferro e manganês pela Basm e outras Casas estrangeiras, pugnando pelo desenvolvimento da indústria brasileira de extração e beneficiamento desses minérios, admitindo-se, se necessário, somente o recurso a empréstimos de governo a governo, a longo prazo e a juros baixos;

23 — Encampação das empresas estrangeiras de publicidade;

24 — Defesa da indústria nacional de álcalis contra a desleal concorrência estrangeira, lutando-se pelo aumento das tarifas aduaneiras de 10 para 100% sobre a importação de barrilha e soda cáustica, como medida para assegurar a consolidação e o desenvolvimento daquela indústria básica nacional;

25 — Apoio à SUDENE e à SPEVEA, como passo inicial para liquidar o desequilíbrio progressivo entre o Nordeste e a Amazônia e a região Centro-Sul do país, pugnando por uma política que remova as causas fundamentais daquele desequilíbrio;

26 — Luta pelo monopólio estatal do câmbio e pela restauração do chamado "confisco cambial" de maneira a incrementar uma política de desenvolvimento econômico através da crescente industrialização do país, em bases nacionalistas;

27 — Controle efetivo, por parte do Estado, sobre as comunicações telegráficas, radiotelegráficas e radiotelefônicas em todo o território nacional;

28 — Amparo efetivo ao produtor de trigo mediante o financiamento total das safras, a armazenagem e silagem nas fontes de produção e nas zonas de embarque e desembarque e fiscalização da fronteira;

29 — Exigir imediatas medidas dos poderes públicos, visando a erradicação do analfabetismo no Brasil;

30 — Defesa intransigente das liberdades democráticas e sindicais, fatores decisivos na luta dos trabalhadores pelas suas reivindicações e pela emancipação econômica e política do país.

Programa de Ação

Aprovou a III Convenção dos Bancários um Programa de Ação, que a seguir transcrevemos:

I Quanto a salários:

1 — A formulação das reivindicações deverá, de preferência, partir desde o âmbito de empresa (onde os bancários e securitários deverão reunir-se e aprovar seus pontos de vista, encaminhando-se no Sindicato ou Associação local) estendendo-se os debates e verificação das propostas, se possível ao âmbito da Federação ou Confederação; concluídos esses trabalhos a CONTEC atuará como órgão coordenador, dando, nacionalmente, a palavra de ordem para os seus filiados.

2 — No estudo e debate das propostas a serem formuladas, em cada empresa ou organização sindical, deverá cada bancário se dispor a não agravar os choques de interesse dentro da própria categoria (dos quais sempre se aproveitam os banqueiros), provocados pela diversidade de feixes salariais e de situações conquistadas. De preferência, objetivar-se-á a adoção de compromisso de luta solidária de toda a classe, segundo o qual os colegas de bancos melhor situados visarão ao progressivo ascenso dos demais bancários para o seu nível, enquanto estes deverão compreender que é natural a taxa do reajuste resultar em maior aumento para aqueles.

3 — Revisão dos acordos salariais, unificando, quanto possível, os seus termos e os seus prazos, objetivando-se, quanto à vigência e prazo, o início a 1.º de setembro e o vencimento seis meses após.

4 — Havendo condições e oportunidade, reivindicar e incluir no documento a ser firmado, pontos constantes do programa consubstanciado pelo CCT.

5 — No decorrer da campanha a CONTEC, as Federações, os Sindicatos e as Associações estarão atentas para o aproveitamento de todas as oportunidades no sentido de obter soluções mais vantajosas, não só para os bancários e securitários, como mesmo para os empregadores e para a própria tranquilidade nacional.

6 — Sem prejuízo da luta direta junto aos empregadores pela conquista dos itens do CCT e, mesmo, apesar de sua obtenção através de acordos, deverá prosseguir o esforço desenvolvido junto ao Congresso Nacional, para fins de aprovação dos projetos de lei já encaminhados como resultados da II Convenção.

7 — No decorrer da campanha, caso venham a surgir condições para a unificação da luta em caráter nacional, a CONTEC promoverá reunião nacional visando a essa unificação.

8 — A campanha salarial deverá ser desenvolvida simultaneamente em todos os Estados, caracterizando-se, assim, uma unidade de ação, levando-se porém em conta as reivindicações que atacam aos mais justos anseios da Classe em cada uma das regiões do País, visando a assinatura de acordos regionais.

I — Quanto ao cumprimento e melhoria das Leis do Trabalho

1 — A CONTEC, as Federações e os órgãos de base, em conjunto e cada um no nível de ação dedicarão atenção especial ao problema da Fiscalização das Leis do Trabalho, a fim

de barrar toda a sorte de contravenções nesse sentido praticadas pelos empregadores.

2 — Recomendar a CONTEC que elabore projeto de lei a ser levado ao Congresso Nacional visando estabelecer a obrigatoriedade de preferência, nas admissões de novos funcionários nas empresas de crédito, aqueles que já tenham exercido funções em outra empresa do ramo, ressalvados os casos de demissões havidas por justa causa comprovada em inquérito administrativo ou policial, com assistência do Sindicato da categoria profissional ou da Justiça do Trabalho.

3 — Recomendar a CONTEC que apresente emenda ao projeto de lei n.º 3101-940, visando acrescentar ao art. 543 do texto consolidado em parágrafo 4.º com a seguinte ou melhor redação:

§ 4.º — Os empregados eleitos ou os candidatos aos cargos eletivos, efetivos e suplentes, dos Sindicatos, Federações e Confederações (Diretoria, Conselho Fiscal ou Representantes nos Conselhos dos órgãos sindicais superiores) gozarão de imunidades e estabilidade e não poderão ter alterado o seu local de trabalho, mesmo que não haja modificação de domicílio, a não ser por sua própria solicitação.

4 — Manifestar-se contrária à aprovação da letra "b" do art. 17, do projeto de lei n.º 926/56, que regulamenta a profissão de Corretor de Seguros, por considerá-la totalmente prejudicial aos securitários. Neste sentido, recomendar à CONTEC, Federações, Sindicatos e Associações que se manifestem junto ao Senado Federal exigindo a sua rejeição.

III — Quanto à Previdência Social

A — Frente ao I.A.P.B.

1 — Melhoria e ampliação da assistência médica, tendo em vista as particularidades locais. Com esse objetivo, pugnar no sentido da adoção, dentre outras, das seguintes providências:

a) — que nossos representantes junto ao IAPB, lutem para que as admissões de médicos e dentistas apenas se processem após consulta à classe. Ao paciente cabe escolher o seu médico. Que, nas localidades onde o serviço médico ou odontológico for mantido por seus profissionais, quer contratados, quer nomeados, ou, ainda, quando em determinada cidade o IAPB, de acordo com a conveniência determinada pelos associados interessados, resolver constituir quadro próprio, a admissão (ou contratação) dos mesmos seja feita por eleição direta e secreta, através de entidade sindical (sindicato ou associação profissional) local, ou, inexistindo esta, por aquela que a jurisdicione;

b) — que o IAPB entre em entendimentos com os demais IAPs, para estudo de instalações de farmácias nas cidades do interior, em regime de comunidade de serviços;

c) — que o IAPB atualize (com urgência) as suas tabelas de pagamentos de assistência médica e hospitalar;

d) — que o IAPB mande inscrever como beneficiários, para efeito de assistência médica e hospitalar, as esposas de seus associados que, exercendo emprego remunerado, sejam contribuintes obrigatórios de outros IAPs;

e) — recomendar aos nossos representantes junto ao IAPB, que se esforcem no sentido de que aquele Instituto estude e providencie a ampliação dos serviços de assistência odontológica e odonto-pediátrica;

f) — fazer sentir à Administração do IAPB a necessidade de criar a assistência neuro-psiquiátrica naquelas cidades para onde convergem bancários e securitários de cidades menores.

2 — Melhoria e maior eficiência burocrática por parte do IAPB no atendimento dos associados, tendo em conta, principalmente, a necessidade urgente de avançar na descentralização progressiva dos serviços das Delegacias e Agências especiais, inclusive a contabilidade. Pugnar dentre outras providências, no sentido de:

a) — que os órgãos de administração e fiscalização da Previdência Social sejam compostos apenas de representantes dos empregados e, quando muito, dos empregadores;

b) — que os nossos atuais representantes no IAPB ponderem aos órgãos administrativos daquela instituição sobre a necessidade de dar maior urgência à descentralização dos diversos setores e serviços;

c) — que os nossos representantes no IAPB apurem e denunciem os responsáveis pelos demandados e erros de ordem administrativa ainda existentes naquele Instituto (notadamente no Estado da Bahia), além da proliferação de empreguismo. Sobre isto, solicitar de nossos colegas um circunstanciado relatório, com soluções cabíveis;

d) — que os nossos representantes na Superior Administração do Instituto defendam junto ao C.A. e C.F. a administração das delegacias regionais pela própria classe, através de eleições dos Delegados;

e) — recomendar a todas as entidades de bancários e securitários que telegrafem às autoridades federais competentes (Presidente da República, Presidente do Conselho de Ministros e Ministro do Trabalho e da Previdência Social), pedindo a aprovação da minuta do decreto encaminhado pelo companheiro Osmildo Stafford da Silva, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal da Autarquia, através do expediente CF. 239/62, de 8-3-62;

f) — recomendar à Administração do Instituto, através de nosso representante no C.A., que sejam melhormente dotados de recursos os serviços de Fiscalização da Autarquia.

3 — Luta permanente pelo cumprimento da Lei Orgânica e ampliação dos seus benefícios. Dentre outras providências que possam ser adotadas, lutar no sentido de:

a) — que o IAPB procure atender com mais rapidez os processos imobiliários, a fim de que seus segurados não sejam prejudicados na compra de imóveis e que o prazo de noventa (90) dias de opção, geralmente dado pelo vendedor, seja tempo suficiente para a tramitação do processo no IAPB e entrega do numerário ao favorecido;

b) — que a verba destinada a um Estado e não utilizada por desistência dos favorecidos, seja aplicada na mesma região, em benefício de outros segurados, obedecida a classificação existente;

c) — sob pena de não se ver funcionar a carteira imobiliária do IAPB, recomendar aos nossos representantes naquela autarquia, que estudem medidas administrativas no sentido de ser concedida, aos segurados contemplados, reforços e flexibilidade aos financiamentos, independentemente de mudar-lhes a classificação, respeitando, porém, o espírito e os limites do art. 162, do Regulamento Geral da Previdência Social;

d) — que a administração do IAPB e os órgãos colegiados (J.J.R., C.A., C.F., etc.) não permitam, para o efeito de contribuições, de cálculos e pagamentos de benefícios, seja tomado como base o "salário de menor", devendo ser autuado, sempre que burlarem este preceito, as empresas bancárias e seguradoras;

e) — que sejam constituídos, nas Delegacias Regionais do IAPB, Departamentos Jurídicos e de Engenharia, com capacidade bastante para instruírem devidamente os processos de benefícios e financiamentos da sua jurisdição, de molde a evitar sua tramitação pelos órgãos técnicos análogos da Administração Central. Tais processos, desta forma, seriam examinados na Sede apenas pelo C.A. e C.F. para a competente homologação.

B — Quanto à assistência complementar por parte das empresas

1 Conquista da complementação dos benefícios pagos pelo Instituto, notadamente a aposentadoria, o auxílio enfermidade e a pensão, conforme previsto na própria Lei Orgânica;

2 — Luta para que os empregadores assumam a responsabilidade pelo custeio das despesas necessárias à obtenção de assistência médica pelos segurados e seus beneficiários, sempre que os banqueiros ou seguradores instalem agências em cidades do interior, onde não existam condições locais para a prestação da referida assistência.

C — Quanto ao Seguro de Acidentes do Trabalho

1 — Recomendar a CONTEC que elabore projeto de lei a ser apresentado ao Parlamento Nacional, por intermédio do Deputado Salvador Losacco do seguro de acidentes do trabalho nos moldes atuais e que estabeleça uma contribuição complementar e compulsória, a cargo dos empregadores, proporcional aos proventos dos empregados e em favor do Instituto de Previdência

respectivo, a fim de possibilitar aquele órgão a melhoria dos benefícios concedidos por motivo de acidentes do trabalho. O referido projeto deverá ter em conta, também, o aproveitamento prioritário, pelos Institutos, dos securitários que eventualmente venham a ser dispensados pelas empresas, face à possível diminuição de serviços decorrentes da medida. Com este objetivo, a CONTEC, ao elaborar o projeto em tela, convocará a Federação Nacional dos Securitários para ouvi-la na sua melhor formulação, tendo em vista os interesses específicos da categoria.

Emenda aprovada

Sobre o problema da preservação da unidade dos bancários em face da Lei Orgânica da Previdência Social, foi aprovada a seguinte emenda, apresentada a III Convenção pelos bancários de São Paulo:

"Os bancários e securitários reunidos nacionalmente em São Paulo reafirmam as resoluções aprovadas sobre o projeto SAPPB ou SASSEB em sua II Convenção Nacional, reafirmando sua posição contrária ao fracassamento da previdência social em pequenos organismos, e recomendam a todas as entidades sindicais da classe que empreendam a divulgação e procedam a uma campanha de esclarecimentos sobre o projeto de criação do FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL, sugerido pela Comissão da Bancada do P.T.B. na Câmara dos Deputados, como força capaz de atender aos anseios legítimos do funcionalismo do PB sem o perigo de ofensa, direta ou indireta à unidade da classe bancária e à Lei Orgânica da Previdência Social.

Recomendam, ainda, que a CONTEC se dirija, em nome desta Convenção, aos Ilustres componentes daquela Comissão de Deputados (Dep. Adylio Vienna, Floriano Paixão e Salvador Losacco) louvando sua oportuna iniciativa e aplaudindo a solução encontrada.

Propõe, também, que, aprovada esta resolução, seja a posição da classe bancária, e dos securitários do Brasil, comunicada ao Sr. Presidente da República, ao Primeiro-Ministro, aos Ministros do Trabalho e da Fazenda, aos líderes de partidos no Congresso Nacional e à superior administração do Banco do Brasil."



Aluizio Palhano, presidente do Sindicato dos Bancários da Guanabara

Luiz Viegas da Motta Lima, presidente da Federação dos Bancários do Guanabara, Estado do Rio e Espírito Santo



Modificar a Atual Estrutura Sindical

O plenário da III Convenção se deteve na discussão da estrutura orgânica sindical, considerada arcaica, já não atendendo às necessidades atuais. Sobre essa questão, o conclave aprovou o seguinte:

ESTRUTURA SINDICAL SOBRE ORGANIZAÇÃO

A III Convenção Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, reunida em São Paulo (SP), nos dias 14 a 16 de agosto,

RESOLVE

I — QUANTO A ESTRUTURA ORGANICA:

1 — determinar a CONTEC que elabore um projeto-padrão de estatuto que sirva de orientação geral, para que, dentro de 120 dias, a própria CONTEC, as Federações e todos os sindicatos filiados promovam a realização de Assembleias Gerais para a modificação de seus Estatutos de forma a conseguir onde couber:

a) a eliminação de imposições e conceitos vigentes no estatuto-padrão e que não mais se coadunam com os preceitos legais e as exigências atuais do movimento sindical;

b) ampliação e flexibilidade dos órgãos dirigentes da Entidade e garantia do exercício da direção coletiva;

c) estruturação de órgãos deliberativos ou consultivos, intermediários entre a Diretoria e a Assembleia, tais como Conselhos de Representantes de Empresas, Conselhos Consultivos, etc. de acordo com as características da Entidade e o número de integrantes da coletividade que representar;

d) instituição de delegados ou comissões de empresas, através, sempre que possível, de eleições simultâneas às dos demais organismos, dirigentes da entidade;

e) autorização para instalação de Delegacias nos Estados, Municípios, Cidades, Bairros ou locais em que se fizerem necessárias, com preenchimento de suas direções, sempre que possível, através de eleições diretas dos associados por ela compreendidos.

2 — Recomendar a todas as organizações sindicais bancárias e securitárias que, junto às demais entidades de empregados, contribuam para criação de organizações intersindicais e colaborem na ativação das já existentes atentas às peculiaridades e condições locais e buscando sempre a unidade de ação da classe trabalhadora;

3 — Determinar à CONTEC, Federações, Sindicatos e As-

sociações de bancários e securitários que promovam intensa e hardiate campanha de esclarecimento através de Assembleias, debates, divulgação de documentos, etc. no sentido de alertarem seus representados para o altamente perigoso que representa a criação de órgãos divisionistas, tais como SASSEB e UNEBB. Recomendar-lhes igualmente proceçam movimento junto aos parlamentares, através de telegramas, abaixo-assinados, etc. exigindo a rejeição do projeto SASSEB. Para esse objetivo, deverão nos suas entidades conquistar os demais trabalhadores, pois tal movimento interessa à unidade sindical de todos os assalariados.

II — QUANTO A POLITICA DE CONCENTRAÇÃO

1 — Determinar à CONTEC que repouse sua atuação no cenário nacional, observando a seguinte ordem de importância para os Estados:

- a) Guanabara, São Paulo e Minas Gerais;
- b) Pernambuco, Rio Gde. do Sul e Brasília e
- c) os demais.

OBSERVAÇÃO — Do ponto de vista da importância nacional de empresa, observa-se-á para o Banco do Brasil e o grupo Sul América o mesmo destaque fixado para os Estados da alínea "a".

2 — Determinar que as Federações, dentro de 120 dias, reúnam os sindicatos filiados e com eles elaborem sua política de concentração, tendo em vista as características da região que representa, a densidade demográfica, as peculiaridades regionais e outros fatores de importância, de forma a que em sua execução, se reforce o movimento sindical e possa colocar-se à altura de suas responsabilidades. Nesse trabalho, que deverá ser comunicado à CONTEC, deve ser estabelecida a gradação de importância (do ponto de vista da luta sindical) dos diversos sindicatos filiados;

3 — determinar ainda que procedam ao estudo de sua base territorial, para estabelecerem os locais onde devam ser criados novos sindicatos, a extensão da base territorial dos já existentes, a criação de Delegacias da Federação ou sindicatos, a fusão de sindicatos já existentes, etc;

4 — determinar aos sindicatos que examinem a sua jurisdição, estabelecendo dentro de 180 dias um critério de prioridade e importância do trabalho em cada município, cidade, bairro e,

principalmente em cada Empresa. De posse desse estudo, traçar plano para criar Delegacia, Representação, Comissão sindical ou representante sindical em cada um dos setores, fundamentalmente observando o critério de importância. Para a elaboração deste critério de importância que deverá ser comunicado à Federação respectiva e à CONTEC, não se deve apenas levar em conta a questão demográfica, mas também a importância política (da localidade ou da empresa) no âmbito local, regional e nacional, o papel desempenhado pela empresa na luta emancipadora do povo brasileiro, bem como outros fatores de relevância;

5 — determinar à Federação Nacional de Securitários que, dentro de 120 dias, promova o estudo da localização dos sindicatos já existentes, em relação a distribuição demográfica nacional dos securitários, objetivando a criação de novos sindicatos onde se fizerem necessários, a ampliação de base dos já existentes, bem como a possibilidade ou utilidade da transformação da atual Federação Nacional em, pelo menos, três Federações Regionais.

III — QUANTO A FINANÇAS

1 — que os sindicatos instituíam o sistema de contribuição mensal na base percentual sobre os salários. Tal contribuição deverá ser unificada na base de (1%) um por cento sobre o salário efetivamente percebido pelo associado, até o limite máximo de duas (2) vezes o salário mínimo vigente para os trabalhadores em empresas de crédito (com arredondamento de dezenas de cruzeiros);

2 — que as Federações instituíam o sistema de contribuição percentual para os sindicatos filiados. Tal contribuição deverá ser unificada na base de três por cento (3%) sobre a arrecadação de mensalidades havida no sindicato e poderá, a critério das entidades, ser recolhida mensal, semestral ou anualmente;

3 — que a CONTEC institua o sistema de contribuição percentual para as Federações filiadas. Tal contribuição deverá ser unificada na base de 20% sobre a receita de rendas próprias daquelas entidades e poderá ser recolhida, conforme critério que atenda ao interesse de ambas as partes, mensal, semestral ou anualmente;

4 — sempre que possível e

necessário, deverá ser proposta arrecadação financeira extraordinária — principalmente ligada a conquistas econômicas obtidas pela corporação. Quando tal arrecadação financeira tiver origem em conquistas econômicas obtidas pela corporação, haverá recolhimento às Federações e à CONTEC, nas bases percentuais acima acerçadas.

5 — caso viável e necessário, incluir-se-á, nos acordos salariais, cláusula de contribuição de 10% no mínimo, sobre o aumento conquistado, que será descontado no primeiro mês de vigência, em favor da entidade sindical;

6 — quando em condições, a federação que jurisdição uma associação profissional criada ou em vias de transformar-se em sindicato, deverá proporcionar a ajuda necessária ao pleno funcionamento da novel entidade.

IV — QUANTO AO IMPOSTO SINDICAL

Somos contrários, em princípio, a tal imposição oriunda do regime do Estado Novo, que criou sindicatos sob sua tutela, com finalidades estritamente assistenciais e recreativas e não de luta por conquistas econômico-sociais. Entretanto, não podemos aceitar a sua supressão abrupta, privando os organismos de classe do recolhimento de 74% do imposto sindical que efetivamente é recolhido às entidades sindicais. Essa supressão só é reclamada por aqueles que visam a enfraquecer as lutas dos trabalhadores, através da concorrência de sindicatos subvencionados por organismos nacionais e internacionais interessados em dividir o movimento sindical, a sôdo e sob orientação do poder econômico. Devemos lutar de pronto pelo recolhimento total do imposto às entidades, suprimindo assim o "Fundo Social Sindical" utilizado pelos apadrinhados da política dominante.

V — SOBRE IMPRENSA SINDICAL

1 — que a CONTEC edite um jornal de caráter programático. Essa publicação deverá necessariamente transmitir para toda a pais a orientação e as experiências do movimento sindical. Importante se torna, ainda, a reserva nesse período, de seções em suas colunas, para divulgação das notícias mais importantes das Federações Filiadas;

2 — as Federações, por sua vez, deverão enviar es-

forços no sentido de criar sua própria imprensa, também de edição mensal, além dos boletins habituais. Essas publicações deverão refletir as características e as tendências de movimento sindical bancário ou securitário da região do Estado do País;

3 — os sindicatos também deverão seguir a mesma linha de orientação, procurando, na medida de suas possibilidades, editar jornal ou boletim de ordem programática e noticiosa. Deverão incentivar, ainda, através das comissões sindicais, a criação de boletim ou jornal dentro das empresas.

4 — de todas essas publicações serão enviados exemplares à CONTEC, às Federações, e quando haja condições, a todos os Sindicatos e Associações Profissionais.

VI — SOBRE CURSOS DE CAPACITAÇÃO POLITICO-SINDICAL

1 — Que a CONTEC, auxiliada pelas Federações, promova a organização de cursos teóricos e práticos de capacidade político-sindical, de caráter intensivo. Esses cursos terão a duração de 7 a 15 dias e serão ministrados a militantes sindicais de alguma experiência, indicados pelas Federações e sindicatos. Serão realizados no Estado da Guanabara, devendo os indicados desligar-se do serviço no Banco e dedicar tempo integral aos cursos.

2 — Na medida do possível, a CONTEC deverá organizar cursos nos Estados, juntamente com as Federações, dando primazia às localidades que apresentarem menor índice de desenvolvimento sindical.

3 — A fim de atingir o maior número possível de bancários, deverá a CONTEC organizar cursos por Correspondência, complementares dos cursos intensivos, bem como a divulgação ampla de uma Cartilha Sindical.

4 — As Federações, Sindicatos e Associações organizarão também na medida do possível, cursos que atingam o maior número de militantes sindicais utilizando, então, como orientadores, os colegas que tenham participado do curso intensivo. A indicação de colegas para participarem dos cursos intensivos obedecerá critério que permita dar prioridade aos militantes de localidades ou regiões de menos desenvolvimento sindical.

II Convenção Nacional Dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo

Realizou-se em Santos, de 14 a 16 de agosto, a II Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, reunindo 61 delegados representantes de 10 entidades: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Estado do Rio de Janeiro; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Mauá (São Paulo); Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo do Es-

tado da Guanabara; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo no Estado de Alagoas; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo nos Estados do Pará, Amazonas e Maranhão; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Manaus; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo de Cubatão; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de

Petróleo do Estado da Bahia; Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Extração do Petróleo do Estado da Bahia; Associação Profissional dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Duque de Caxias (FABOR).

TEMARIO

Durante os três dias do conclave foram debatidas as questões contidas no seguinte temário:

I — A estrutura da Indústria Petrolífera:

a) Papel histórico dos trabalhadores no surgimento e desenvolvimento da Indústria Petrolífera no Brasil; b) A PETROBRAS como fator de Emancipação Econômica do País; c) Um programa para fortalecer e ampliar o Monopólio Estatal do Petróleo.

II — A situação dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo:

a) Aspecto Socio-Econômico: (Salários, Assistência Social, Estabilidade, etc.); b) Necessidade dos Con-

tratos Coletivos de Trabalho; c) Criação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo; d) Fortalecimento das relações de amizade e colaboração entre os Trabalhadores de Petróleo, do Brasil e do Mundo.

III — Declaração de Princípios e Resoluções.

Todos os trabalhos apresentados — teses, moções e proposições — encontram-se na Secretaria da Segunda Convenção, rua Hororó, 79, 7º andar, tel.: 2-5964, em Santos, S. Paulo.

O Papel Histórico Dos Trabalhadores no Surgimento e Desenvolvimento da Indústria Petrolífera no Brasil

Ao referirmo-nos ao papel histórico dos trabalhadores temos que, preliminarmente, nos deter no aspecto fundamental da atividade humana — O trabalho.

A humanidade percorreu um longo caminho desde a criação dos primeiros instrumentos de pedra até as gigantescas e complicadas máquinas de nossos dias, desde os primitivos povoados de choças e cabanas até as grandes cidades-metrópoles onde vivemos; desde as pequenas tribus nômades e selvagens até as poderosas nações de hoje; e desde os escassos conhecimentos da antiguidade até a profunda penetração científica nos segredos da natureza. Todo um longo e penoso processo de desenvolvimento da sociedade, desde os tempos antigos até os nossos dias, é norteado, determinado pelo trabalho, pela produção material. Essas são as condições essenciais e decisivas da vida humana e do progresso social.

O trabalho em comum possibilitou ao homem aperçoar seu pensamento, seus conhecimentos; penetrar mais profundamente no porquê dos fatos sociais. Enfim, o trabalho deu ao homem a capacidade de compreender que deve participar ativamente na vida da sociedade e nos destinos do mundo. Participar, não isoladamente, mas como classe, como força organizada. Isso é o que vem acontecendo em nosso País.

Os trabalhadores brasileiros, nos dias atuais, sofrem por parte dos círculos mais retrógrados do País pesadas críticas devido a sua participação na vida política e nos destinos da Pátria. Pretendem, no fundo, barrar, a todo custo, o poderoso movimento operário que hoje abre inexoravelmente a estrada larga que nos conduzirá a profundas transformações sociais e, conseqüentemente, a dias mais felizes. Condi-

na-se não só a positiva atuação política dos trabalhadores mas sobretudo a sua ação em defesa das sociedades de economia mista, particularmente da PETROBRAS. Além dessa crítica, todo um arsenal de teorias é gasto, tendo em mira colocar em plano secundário o papel dos trabalhadores no processo de industrialização do País. Dá-se mais destaque ao papel desempenhado pelos capitais estrangeiros e à ação dos chamados capitais da indústria. A realidade, porém, não pode ser escondida. O processo de industrialização do País se realiza, fundamentalmente, graças ao trabalho operário e às custas dos trabalhadores. Por essas razões é nos grato destacar o papel decisivo dos trabalhadores no desenvolvimento e fortalecimento da indústria petrolífera no Brasil.

PRIMÓRDIOS DO PETRÓLEO NO BRASIL

Há quase um século, já se tinha idéia da existência de petróleo no Brasil. Isso jamais saiu da mente do povo brasileiro, apesar dos milhões gastos em propaganda, artigos de jornais, pareceres técnicos, negando a existência do petróleo em nosso País.

Em 1892, em Bofete, região de Jatui — Estado de São Paulo — abriu-se o primeiro poço, com uma profundidade de 48 m. Desde essa época até 1930, várias concessões foram feitas, tentativas inúmeras de descobrir petróleo se sucederam. E, apesar das medidas tomadas não terem passado, ou por má fé ou ignorância, de órgãos burocráticos, sempre que algum trabalho prático era realizado nos vários pontos do solo brasileiro, ali estava o operário, com suas calejadas mãos.

Em 1931, o grande brasileiro, o imortal Monteiro Lobato, dá grande impulso à luta pela descoberta do pe-

tróleo, em nosso País. Ententa, com decisão, coragem e sacrifício, a resistência e o ceticismo em todas as camadas: governo, imprensa capitalistas, etc., voltam-se contra ele.

Monteiro Lobato apela, então, para as forças vivas da Pátria, o povo humilde, os trabalhadores — para poder dar vida e consistência ao projeto que criara. Prova eloqüente de que o seu apelo era atendido foi o fato de ser o primeiro acionista da Cia. Petróleo do Brasil, um operário ferroviário de nome Luiz Tavernaro. Outro exemplo magnífico foi dado por um ferroviário da Sorocabana, negro velho de cabelos brancos que adquiriu três contos em ações, dinheiro esse fruto de seu trabalho, economizado durante anos de sacrifício.

A luta de Lobato era dura, porém ele não descançava. «Tínhamos de nos manter à altura daquele negro» — dizia ele — com o seu profundo sentimento humanístico e popular. E aquele que o chamava de utópico e sonhador, dizia: — «não há no mundo grandes realizações que não comecem pelo sonho — O sonho é a própria realização em estado potencial. É a nebulosa diáfana e confusa de onde saem os mundos». Por esses caminhos, talvez não os mais acertados para aquela época, o povo procurava sinceramente contribuir para dar a vitória à importante causa de dar petróleo ao Brasil. O espetáculo era por vezes, comovente. Operários que às custas de enormes sacrifícios haviam acumulado cem ou duzentos mil réis iam em busca de uma ou duas ações para ajudar à concretização do sonho de Lobato.

Passaram-se os anos. O Brasil é sacudido por crises políticas e convulsões sociais. Revolução Constitucionalista de 1932, em São Paulo; movimento insurrecional da Aliança Nacional Liber-

adora, em 1935; tentativa de golpe fascista em 1937, sob a égide de Movimento Integralista.

Eis que num domingo de 1939, a 22 de janeiro, um herói desconhecido do povo Osear Cordeiro — pobre acossado pelos poderosos, ignorado pelo governo, descobre o petróleo na Bahia. Estava finda a lenda da inexistência do petróleo no Brasil. Prosseguiu, no entanto, a sabotagem. Procura-se enfiar o poço de Lobato e impedir novas perfurações no Brasil.

A 17 de setembro de 1939 estoura a Segunda Guerra Mundial. A atenção do povo brasileiro volta-se para o mundo em conflito. Somos envolvidos na luta patriótica. Sofremos as conseqüências da guerra: fome, racionamento, aflições, lágrimas de mães, esposas e irmãos que até hoje choram seus entes queridos que não mais voltaram.

Sopram os ventos da paz e da liberdade. Termina a guerra e com ela a ditadura, em nosso País.

A LUTA PELO MONOPÓLIO ESTATAL DO PETRÓLEO E A CRIAÇÃO DA PETROBRAS

No período que vai desde a promulgação da Constituição de 1946, até outubro de 1953, trava-se em nossa Pátria, dentro do Parlamento, nas escolas, quartéis, fábricas, nas praças públicas, a maior batalha em defesa do monopólio estatal do petróleo. Milhões de pessoas, estudantes, militares, operários, camponeses e intelectuais são aglutinados em torno da palavra de ordem: «O Petróleo é Nosso». Descrever todos os lances dessa grande luta, na qual os trabalhadores desempenharam relevante papel, seria praticamente impossível, dentro dos limites de uma Convenção. Limitar-nos-emos, tão-

somente, a render a nossa mais sentida homenagem aos heróis dessa luta: ao encarnador de café, Deoclécio Santana, morto num comício em defesa do petróleo, nesta gloriosa cidade de Santos, a Arthur Bernardes, a Horta Barbosa, a Getúlio Vargas e a muitos outros heróis anônimos que possibilitaram, com a sua luta, a criação da PETROBRAS, a 3 de outubro de 1953, consubstanciada na LEI 2004.

A PETROBRAS inicia suas atividades, tendo como núcleo uma equipe de técnicos e operários vindos do CNP, cujas atribuições de pesquisa, lavra e refino de petróleo passam à PETROBRAS. Inicia-se uma difícil fase de trabalho. Construções por todos os lados, abertura de novos poços, aparelhamento administrativo da Empresa. Milhões de homens-hora foram gastos. A saúde, e mesmo a vida de operários e de alguns técnicos foram consumidas pelo acelerado trabalho de construção e desenvolvimento da PETROBRAS. O capital inicial de Cr\$ 4 bilhões em 1954, transforma-se em Cr\$ 60 bilhões, em 1962, crescendo, portanto, 15 vezes, em oito anos. O lucro líquido em 1961, foi de Cr\$ 31 bilhões, portanto, mais do que 120 vezes o lucro líquido de 1955. A primeira participação nos lucros dos empregados foi aproximadamente de Cr\$ 5,5 milhões, a última de Cr\$ 1,5 bilhões, portanto, aproximadamente 272 vezes maior que a participação nos lucros daquele ano. A produção de petróleo atual é de aproximadamente 35.000.000 de barris, portanto, 34 vezes maior que a de 1954. Esses dados fabulosos não são frutos de milagres; são, essencialmente, frutos do trabalho de heróis anônimos espalhados por este Brasil agora, onde a PETROBRAS exerce suas atividades. É o fruto do trabalho dos heróis imortais que perderam suas vidas nos campos de produ-

Resoluções

ção, nas refinarias e nos petroleiros. Não foi fácil atingir-se essa maravilha de desenvolvimento econômico. Foi difícil enfrentar as injustiças e os erros cometidos nesse período pelos aproveitadores e parasitas, homens sem nenhum ideal, sem patriotismo; reacionários impiedosos que até bem pouco tempo estavam enquistados nos postos de direção da PETROBRAS.

O surgimento das entidades sindicais, no setor do petróleo a partir de 1958, tiveram uma importância transcendental, não só no terreno das conquistas sociais e das relações de trabalho, mas também nos destinos da PETROBRAS. A recente crise por que passou a Empresa é uma prova do que afirmamos. Não era uma luta somente contra o presidente da PETROBRAS, mas uma luta contra os próprios sindicatos; uma luta contra a PETROBRAS. Ganhamos o primeiro combate e prosseguimos lutando, tendo ao nosso lado os trabalhadores em petróleo das refinarias particulares que almejam vê-las encampadas pela PETROBRAS.

Não poderíamos finalmente, deixar de ressaltar aqui o papel anônimo desempenhado pelos companheiros trabalhadores das refinarias particulares de Manaus, Rio Grande, Capuava, Matarazzo e Mangumitos, que lutam por melhores condições de vida enfrentando dificuldades e a exploração dos patrões particulares, sedentos de lucros.

O FUTURO

Grande, portanto, foi o papel desempenhado pelos trabalhadores no surgimento e desenvolvimento da Indústria do petróleo em nosso País. Maior será agora, a responsabilidade que pesa sobre os ombros dos trabalhadores, para, finalmente, dos que trabalham na PETROBRAS.

Está agora, a Empresa, empenhada em construções de grande vulto: novas Refinarias, Terminais, Oleodutos, Fábricas Petroquímicas. Intensifica-se os trabalhos de pesquisa e lavra do petróleo. Procuram-se formas de aperfeiçoamento administrativo, quer no terreno do bom funcionamento da Empresa, quer no terreno da boa direção do pessoal. Ampliam-se, também, os trabalhos nas Refinarias já existentes. Milhões de cruzelros são e serão empregados nas atividades da PETROBRAS, porém em tudo isso, em toda essa atividade ciclópica, atividade do homem é o fundamental. Enfim, o trabalhador é o Capital mais precioso. Portanto, em primeiro lugar em todos os planos e atividades da PETROBRAS, deve-se sempre ver os fatores humanos.

Face ao exposto, propomos a esta Convenção que: Institua como o dia do Trabalhador em Petróleo, a data de 3 de outubro, festejando-se esta data daqui para a frente.

Concluindo queremos reafirmar que de há muito, já passou a petroleira a idéia de que o trabalhador era pago só para trabalhar e não para pensar. Hoje, particularmente em empresas como a PETROBRAS, as idéias, os sentimentos e as aspirações do trabalhador têm uma profunda influência no bom andamento do trabalho, e já não abre espaço a esse direito.

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo debateu e analisou exaustivamente quase todos os problemas que influem nas condições de vida dos trabalhadores em petróleo, bem como o problema da organização sindical e a cooperação entre os trabalhadores em petróleo do Brasil e do Mundo, concluindo que, apesar de termos avançado no terreno das conquistas sociais em nossa Terra, muita coisa há que se corrigir e se aperfeiçoar.

Assim chegamos as seguintes resoluções:

POLÍTICA SALARIAL:

a) Recomendar aos Sindicatos o estudo e a elaboração em cada Unidade ou Região de um esquema capaz de solucionar os problemas regionais e nacionais de política salarial, partindo-se sempre de situações concretas e objetivas;

b) solicitar da Direção da PETROBRAS que conceda autonomia às Superintendências das Unidades ou Regiões, para elaborarem em conjunto com os Sindicatos os referidos esquemas salariais, bem como solucionar os problemas de pessoal surgidos em cada Região;

c) resolvidos os problemas regionais, os Sindicatos devem encontrar a fórmula adequada para a fixação de uma política nacional de salários;

d) lutar pelo adicional de "tempo de serviço" na base de 5% (cinco por cento) por cada 5 (cinco) anos de serviço, sobre o salário base;

e) constituir uma Comissão composta de um Representante de cada Sindicato dos Trabalhadores na Extração do Petróleo, para examinar o problema do adicional de campo solicitado pela Delegação do Pará;

f) solicitar da Direção da PETROBRAS que execute dentro de 30 (trinta) dias a equalização salarial do pessoal da Frota Nacional de Petroleiros às demais Unidades da PETROBRAS;

g) no que tange às refinarias particulares deverão os Sindicatos representativos dos trabalhadores nessas empresas lutar para que a observância de seus acordos salariais coincida com os da PETROBRAS.

ESTABILIDADE CONTRATUAL, AOS CINCO ANOS DE TRABALHO:

a) Solicitar à Direção da PETROBRAS e demais empresas de petróleo que firmem com os Sindicatos, dentro de 60 (sessenta) dias, acordo estabelecendo a estabilidade contratual por 5 (cinco) anos de serviço;

b) a par dessa solicitação devem as entidades sindicais movimentarem-se no sentido da conquista dessa estabilidade no prazo proposto;

c) devem os Sindicatos acompanhar atentamente qualquer caso de demissão ou solicitação de demissão do empregado tendo em vista o fiel cumprimento da Lei n.º 4066.

NOVA REGULAMENTAÇÃO DE FÉRIAS:

As entidades sindicais de-

vem lutar pela nova regulamentação de férias na seguinte base:

1. Todo empregado terá direito, anualmente, ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da respectiva remuneração e ainda com a percepção de uma gratificação do valor equivalente ao total da mesma.

2. Os empregados terão direito às férias, na seguinte proporção:

a) Trinta dias corridos aos que tiverem menos de dez faltas não justificadas durante o período aquisitivo do direito;

b) 25 dias corridos aos que tiverem ficado à disposição da empresa por mais de 250 dias do ano contratual;

c) 20 dias corridos aos que tiverem ficado à disposição da empresa por mais de 200 dias do ano contratual;

d) 15 dias corridos aos que tiverem ficado à disposição da empresa por mais de 120 dias e menos de 200 dias do ano contratual.

3. Serão observadas, quanto às demais condições, as normas reguladoras do direito de férias estabelecidas na legislação ordinária vigente.

PREVIDÊNCIA SOCIAL:

1. Baseado na Lei Orgânica da Previdência Social, Lei n.º 2037, de 26 de agosto de 1960, em seu Capítulo V, artigo 31 e parágrafo, que trata da Aposentadoria Especial, e no qual já estão regulamentadas duas profissões em especial, a dos aeronautas através da Lei n.º 3501 de 21 de dezembro de 1958; e a dos jornalistas profissionais, pela Lei n.º 3594 de 13 de janeiro de 1959 e Decreto n.º 46055 de 19 de maio de 1959; seja regulamentada, também, a do trabalhador em petróleo.

2. Seja o mesmo aposentado por "tempo de serviço" com 20 anos de atividades em Indústria ou transporte de petróleo, e com o mínimo de 40 anos de idade.

3. Seja o mesmo aposentado com 100% do salário benefício, que é a média dos salários sobre os quais o seguro haja realizado as últimas 12 contribuições mensais, conforme definição da Lei Orgânica da Previdência Social.

4. Como, através do "salário benefício", as mais vezes, deixará o beneficiário de receber o suficiente para manter o nível de vida ao até então mantido, seja a diferença salarial entre o "salário benefício" pago pelo Instituto, e o recebido no último mês de trabalho, anterior à aposentadoria, paga pela Empresa a que esteve radiado, por essa época.

5. Entenda-se aí por "salário recebido pelo beneficiário, além do "salário base", mais as taxas de periculosidade e trabalho noturno. Medida justa para quem labutou sempre sujeito a esse regime, mesmo porque, assim o entende a Justiça.

6. A maneira dos funcionários públicos civis da União, do Banco do Brasil S/A e algumas sociedades civis e autar-

quias, seja o benefício pago ao aposentado, revisto e igualado de acordo com o funcionário ativo que exerça a mesma função que o aposentado exercia.

7. Para a aposentadoria por "invalidez" continuem as normas da Lei Orgânica de Previdência Social, exceto quanto à forma de pagamento, que deverá ser igual ao proposto para a aposentadoria por "tempo de serviço" do trabalhador em petróleo.

8. Adoção de medidas para que seja dilatado o prazo do "Auxílio-Doença" de 24 para 60 meses (cinco anos), a fim de que fique assegurado ao trabalhador a mesma situação econômica, como se estivesse em atividades na empresa, obtendo com isso, na pior das hipóteses, melhor oportunidade para que o trabalhador recupere sua saúde seriamente ameaçada ou, em caso contrário, mantenha-se em caráter definitivo a complementação de salário.

9. Que sejam asseguradas, também, aos trabalhadores no regime de benefício, todas as melhorias concedidas pela Empresa, aos que estiverem em atividades.

ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Dada a complexidade do problema de Assistência Social, recomendar aos Sindicatos de Petróleo que no prazo de 60 (sessenta) dias examinem profundamente o problema aproveitando os planos existentes e baseando-se nas condições concretas de cada Região ou Unidade.

CASA PRÓPRIA:

Lutar pelo financiamento da Casa Própria ao trabalhador por parte das empresas e institutos em bases exequíveis para todos.

COMISSÕES PARITARIAS DE PROMOÇÃO E ACESSO:

Solicitar da PETROBRAS e demais empresas de petróleo, a imediata criação e funcionamento das Comissões Paritárias de Promoção e Acesso para solucionar os problemas pendentes ou que venham surgir.

IDENTIDADE FUNCIONAL ÚNICA:

Recomendar à PETROBRAS a criação de um documento de identidade funcional, padrão, para todo o território nacional em caráter obrigatório.

REGULAMENTAÇÃO DE PESSOAL

Solicitar da PETROBRAS a fixação de normas de movimentação de pessoal dos grupos 5 a 11 de modo a possibilitar o aproveitamento dos atuais servidores da PETROBRAS em outras unidades existentes ou que venham a ser construídas. Deve-se também, facilitar sempre que possível e sem prejuízo para a Empresa os casos de transferência solicitados pelos servidores.

CRIAÇÃO DA FUNÇÃO DE CONTABILISTA:

Recomendar à Direção da PETROBRAS a aceleração dos estudos visando criar a função de "Contabilista" com a fusão da função de Contador-Auxiliar e Técnico de Contabilidade.

FOLGA DE CAMPO:

Encaminhar à Direção da PETROBRAS, dada a sua

importância a lei apresentada pela Delegação do Estado do Pará sobre a folga de campo na Região Amazônica. (Naquela Região o trabalhador permanece no local de trabalho as vezes por mais de 3 (três) meses, longe da cidade e seus familiares).

REGULAMENTAÇÃO DO USO DE VIATURAS:

Recomendar aos Sindicatos que se dirijam às Superintendências de Unidades e Regiões propondo medidas adequadas para regularizar o uso de viaturas da Empresa evitando-se abusos.

CONTRATOS COLETIVOS DE TRABALHO:

Solicitar da Direção da PETROBRAS, que conceda autorização às Superintendências de Unidades e Regiões para elaborarem e firmarem Contrato Coletivo de Trabalho, tendo por início de vigência o mês de outubro. Os Sindicatos das empresas particulares devem lutar pela elaboração dos respectivos Contratos.

CRIAÇÃO DA FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO:

Promover um encontro entre os líderes sindicais em Belém 60 (sessenta) dias antes da Terceira Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, a fim de discutirem e estabelecerem as normas para o processo de fundação da Federação Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, de maneira a tê-la definitivamente constituída na Terceira Convenção.

FORTALECIMENTOS DAS RELAÇÕES DE AMIZADE E COLABORAÇÃO ENTRE OS TRABALHADORES DE PETRÓLEO DO BRASIL E DO MUNDO:

1. Concertar, formalmente, um plano de troca de informações entre os Sindicatos, sobre todos os assuntos que interessem aos trabalhadores em Petróleo do Brasil, bem como promover o intercâmbio de relatórios, boletins, etc., com os demais Sindicatos de Petróleo de todo o Mundo;

2. manter relações cordiais de amizade e cooperação com todas as Federações e Sindicatos de Trabalhadores em Petróleo do Mundo;

3. estabelecer e regulamentar o intercâmbio sistemático de delegações e a promoção de encontros periódicos entre os dirigentes sindicais no âmbito nacional e internacional;

4. providenciar a constituição de um fundo econômico para fazer face às despesas com envio de delegados às Convenções, Reuniões e Congressos Internacionais;

5. apoiar as lutas e campanhas empreendidas nas diferentes nações, visando a conquista da exploração do Petróleo pelo Estado;

6. que anualmente seja realizada uma Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo, durante os dias 7, 8 e 9 de setembro, e que a III Convenção Nacional seja realizada na cidade de BELÉM DO PARÁ, em 1963.

Declaração de Princípios

Os trabalhadores de petróleo, pela voz de seus representantes, reunidos na Cidade de Santos, em sua II Convenção Nacional, reafirmamos ao povo brasileiro a nossa disposição inabalável de continuarmos lutando sem esmorecimento pelo engrandecimento da PETROBRAS, símbolo luminoso da luta popular pela libertação nacional e a felicidade do homem brasileiro.

A expansão do Monopólio Estatal do Petróleo e seu fortalecimento são nossas preocupações fundamentais. Lutamos por todas as medidas que venham cada vez mais fortalecer a PETROBRAS para que promova o

desenvolvimento do País, preservando a soberania nacional.

São medidas indispensáveis para que a PETROBRAS cumpra sua missão:

1. A intensificação da exploração e lavra do petróleo no território nacional, objetivando atingir a auto-suficiência, adotando-se medidas que visem eliminar todas as limitações impostas à PETROBRAS, especialmente as de ordem cambial, e que impliquem em entrave ao seu desenvolvimento;

2. encampação imediata das refinarias particulares e da indústria petroquímica, eliminando, assim, as atividades diversionistas e anti-

nacionais dessas empresas;

3. o monopólio da importação de petróleo e derivados, a fim de impedir as especulações do superfaturamento e carrear maiores recursos para a PETROBRAS;

4. o monopólio da distribuição a granel de derivados, de modo a liquidar definitivamente os últimos restos do capital estrangeiro espoliador, do setor petróleo;

5. estabelecimento de uma justa política de preços para os derivados de petróleo, com prioridade para o tabelamento do óleo lubrificante.

Não compreendemos, entretanto, que se possa fazer

o desenvolvimento que não seja voltado para o bem-estar social de todos os trabalhadores, em particular dos de petróleo. A reorganização administrativa da Empresa, aliada a uma justa política de pessoal e as perfeitas relações de trabalho, é requisito básico para o desenvolvimento harmônico da PETROBRAS.

Advertimos, contudo, que essa reorganização jamais poderá ser feita atendendo a outros interesses que não os do Monopólio Estatal do Petróleo e da classe trabalhadora.

Reafirmamos que a nossa atividade no setor da indústria petrolífera não pode ser, de forma alguma, dis-

sociada da realidade política brasileira. Em perfeita comunhão de princípios com todos os trabalhadores do Brasil lutamos pela libertação econômica da nossa Pátria, exigindo como passo inicial a realização imediata dos reformos de base, através um governo nacionalista e democrático.

Aos trabalhadores e ao povo brasileiro convém a solução pacífica desses problemas e por isso lutamos, mas se se desencadear sobre esta Nação a violência dos que são contra o progresso e o desenvolvimento social, declaramos solemnemente que estaremos ao lado do povo na defesa dos interesses da Pátria comum.



Geraldo Silvino de Oliveira fala aos convenionais

Companheiros,

A Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo não pode deixar de ser uma Convenção Nacional de Desenvolvimento Econômico, de emancipação do País. Desenvolvimento significa atenuação a princípio e a abolição, como meta final, da desigualdade do nível de vida entre os diversos setores da população do País e sua elevação geral. O desenvolvimento só pode ser obtido através da aplicação a novas atividades produtivas daquela parte da riqueza gerada pelo trabalho e que não é consumida pela população. Num País em estado de subdesenvolvimento, a parte da riqueza gerada pelo trabalho humano e que não é consumida, é pequena. Num país submetido ao imperialismo, a parte da riqueza gerada pelo trabalho humano que não é consumida imediatamente é desviada e vai provocar o enriquecimento dos países poderosos que detêm o controle das atividades de suas semicolônias. No caso particular do Brasil, importante setor de produção de si-

Programa Para Fortalecer e Ampliar o Monopólio Estatal do Petróleo

queza que não é consumida imediatamente é o de matérias-primas de exportação, café, cacau, açúcar e certos minerais e é só à custa da venda destes produtos que nós podemos obter os meios com que comprar as matérias-primas, os equipamentos, os serviços e a técnica de que não dispomos. Toda a atividade do País, por outro lado, forma um conjunto único: a paralisação ou a redução de um elo deste conjunto repercute, pela redução de ritmo de todo o conjunto, em maior ou menor grau, segundo diversos fatores. O aumento de atividade num dos setores do conjunto, se devidamente planejado e articulado dentro dele, repercute com o aumento de atividade em todo o sistema

econômico da Nação, trazendo, como consequência, a elevação do nível de empregos, salários, bem-estar, assistência, educação, padrão de vida, etc., de toda a população. Este complexo que é o sistema econômico de uma nação repousa sobre matérias-primas, equipamentos e trabalho. A deficiência total ou parcial de um desses três elementos ou a falta de articulação entre eles gera o desequilíbrio desse sistema e a consequente redução de nível de empregos, salários, padrão de vida, enfim. Um país como o Brasil, que não detém o controle dos mercados exteriores, um país como o Brasil, que tem o preço de suas matérias-primas e o preço dos materiais e equipamentos que importa di-

itados por grupos financeiros e industriais estrangeiros, pode ter, e tem na realidade, seu desenvolvimento condicionado a um comando estranho a seus próprios designios. Assim, pelo encarecimento ou pela escassez artificial, ou mesmo, pelo boicote de uma das matérias-primas essenciais, estas corporações, estes trustes internacionais podem limitar o nível de nosso ritmo de desenvolvimento.

O desenvolvimento no Brasil vem sendo caracterizado por aumento de consumo de petróleo que era de 45 000 barris diários há 15 anos e atinge cerca de 270 000 nos dias que correm. O desenvolvimento do Brasil vem sendo cerceado, por outro lado, pela redução do valor de nossas exportações de

café e demais produtos primários, base do financiamento de nossas aquisições no exterior. Esta redução foi de cerca de 25 000 000 de dólares nos primeiros sete meses deste ano em relação aos primeiros sete meses do ano passado. Se compararmos os dados relativos ao nosso comércio exterior, verificamos um processo de redução sistemática do valor da unidade exportada pelo Brasil em confronto com o aumento, também sistemático, do custo da unidade importada.

Nestas condições, nossa preocupação primeira deve ser a de procurar em nosso solo e no trabalho dos brasileiros as matérias-primas, os bens, os equipamentos que a desvalorização progressiva de nosso comércio exterior não nos permite adquirir.

Correspondendo a atual produção brasileira de petróleo e derivados a mais de 200 000 000 de dólares por ano, podemos bem avaliar o quanto teria a Nação a lucrar, de quanto disporia a Nação a mais para promover o seu desenvolvimento, em consequência de cada to-



Mesa que dirigiu o encerramento da II Convenção. Na foto, entre outros, vemos Fernando H. Autran, Geraldo Silvino de Oliveira, comandante Carlos A. Zavutaro (superintendente da Refinaria Pres. Bernardes) Dante Pelacane, Humberto Janser e Adelino Cerqueira

nelada de petróleo a mais que se conseguisse arrancar de nossas jazidas e transformar em nossas Usinas.

Desde o início de operação da PETROBRAS, a princípio, com a pequena produção do Recôncavo, depois com as refinarias que se foram construindo e ampliando e com a atual extração de cerca de 90 000 barris diários, esta Empresa economizou à Nação mais de 700 000 000 de dólares, liberados, desta maneira, para aquisição de equipamentos, matérias-primas e serviços que buscamos, ainda, no exterior.

Com o recente início da produção da REFINARIA DUQUE DE CAXIAS, somada às ampliações das outras Unidades da Empresa, está já a PETROBRAS proporcionando ao país a economia de cerca de 200 000 000 de dólares anuais. Não é, porém, somente a poupança de divisas e a possibilidade de prosseguir o desenvolvimento o que alcançamos com a produção de petróleo bruto. A existência de uma produção interna desta importante matéria-prima, terá repercussões tão relevantes quanto a possibilidade até de uma política externa independente.

A indústria do petróleo exige uma técnica complexa. A nossa falta de tradição e de experiência no ramo nos tem obrigado a recorrer à colaboração técnica de outros países. Dada a subordinação que vem sendo seguida até hoje de nossa política exterior, temos sido obrigados a procurar esta colaboração, que aliás é regularmente paga, dentro um campo limitado de países. E, assim, vemos sempre ligados aos trabalhos da PETROBRAS, nomes de organizações que trabalham também e, principalmente, para os grandes trustes internacionais, aos quais não agrada e não convém a emancipação econômica do Brasil. Nada nos assegura contra um possível entendimento entre o restrito número de firmas técnicas que prestam seus serviços à PETROBRAS, no sentido de cobrar desproporcionalmente por esses serviços ou de manter artificialmente nossa produção dentro um limite por outro lado. A ampliação desta colaboração a países com quem não a mantemos ainda, a países da área socialista, que têm tido êxito no seu esforço de incrementar substancialmente sua própria produção de petróleo, não nos dá, se opondo ao interesse brasileiro, por isto mesmo,

na emancipação das atuais jazidas subdesenvolvidas, só poderia provocar uma emulação salutar para nós ou de mascarar manobras por acaso existentes no sentido de esconder as nossas possibilidades.

Há já alguns anos, por exemplo, vêm sendo tentados métodos de investigação geofísica de estruturas geológicas na região amazônica, onde condições particulares, como espessa camada de diabásio, tem tornado menos eficazes os métodos clássicos empregados na procura de óleo mineral. Estas experiências, pagas com o produto do trabalho do povo brasileiro, conduzidas por empresas desvinculadas dos interesses deste país virão — se alcançarem êxito — a constituir patrimônio mais dessas empresas, que guardarão tanto quanto possível a técnica adquirida, do que propriamente nosso. Possivelmente, países que têm aumentado de maneira considerável, nos últimos anos, sua produção de óleo bruto, terão já resolvido tais problemas. A consulta a esses países, nesta hipótese, nos traria — não só o benefício da economia — como, principalmente, uma vantagem adicional na corrida contra o tempo em que estamos vivamente empenhados.

A operação culminante na busca do petróleo é a perfuração. Entre os convencionais, muitos dos nossos Companheiros, passam os seus dias, as suas noites, junto às sondas. Eles poderão dizer-nos o quanto de equipamento, de material, de trabalho e de esforço e preço, enfim, custa cada metro de solo perfurado. A decisão de abrir um poço, na esperança de ver todo um esforço recompensado pela produção de petróleo, é tomada mediante o exame de numerosos dados e elementos da geologia, geofísica, gravimetria, eletro-resistividade, que não nos dão senão indicações de uma possibilidade, mais ou menos remota, de que o poço não seja seco. Esta decisão exige a colaboração de especialistas de alto nível em vários dos ramos da geologia e da geofísica. Esta decisão é, também, uma opção na distribuição das sondas disponíveis nas áreas de constituição e características diferentes em diversas regiões do país. Estas decisões não podem ser deixadas ao arbítrio de um só homem. Por outro lado, dentro de um organismo coletivo ninguém usará, por temor, de que um só se insurja, a defender interesses outros que os da PETROBRAS ou do Brasil. Um organismo desse ti-

po deverá ser constituído de homens de alto nível, profissional e de reputação incontestável, com um mandato claro e definido que lhes assegure plena independência em sua função. Com todas estas medidas, a meta de auto-suficiência de petróleo bruto é possivelmente, de longo prazo.

Nós estamos, como já mencionamos, em corrida contra o tempo. Há, no Brasil, vultosas jazidas de xisto pirobetuminoso, de onde — através de processo desenvolvido no selo mesmo da PETROBRAS — pode se obter óleo mineral em condições econômicas. Pequenos problemas técnicos de solução praticamente à vista, estão pendentes para que o aproveitamento do xisto torne realidade, em parte, a auto-suficiência de petróleo. Se o conseguirmos a curto prazo — disporemos de um tempo precioso para desenvolvermos nossos campos de produção, nossas pesquisas e, sobretudo, este capital insubstituível de uma nação que é o domínio das técnicas pelos seus filhos. Urge, assim, que se dê toda a atenção e prioridade ao prosseguimento das pesquisas tecnológicas e à construção da Usina protótipo de São Mateus.

Um dos itens que têm sido menos evidenciados nestas questões relativas à produção e comércio do petróleo é o dos lubrificantes industriais. Os lubrificantes industriais constituem, em essência, misturas, em proporções variadas, de um certo número de óleos básicos obtidos da destilação do petróleo bruto, com acréscimo de pequena quantidade de produtos químicos que lhes modificam as qualidades.

Está em fase de conclusão e de produção experimental a unidade de lubrificantes da Refinaria Landulpho Alves, da Bahia. Daí sairão cerca de 50% do consumo nacional de lubrificantes. Estes óleos básicos produzidos pela Refinaria de Mata-ripe, nas condições atuais de comércio de petróleo, serão misturados, a eles serão acrescentadas as pequenas quantidades de aditivos, serão enlatados com bonitos rótulos e com nomes complicados e serão finalmente vendidos pelos grupos internacionais que até hoje detêm quase que o monopólio da distribuição de derivados em território brasileiro.

No custo de manutenção e operação de máquinas que consomem petróleo, é realmente pequena a parcela correspondente a lubrificantes. Por isso tem passado despercebido até hoje o lucro bruto que dá, aqueles

distribuidores, cada lata ou cada galão de óleo lubrificante e que lhes permite financiar a exuberante publicidade com que enchem páginas de jornais e horas de rádio.

Nada impede que a PETROBRAS lance no mercado diretamente o seu lubrificante. A PETROBRAS e, portanto, o povo brasileiro saberiam quanto custa o óleo lubrificante na ocasião de ser entregue ao consumidor. Na base desta avaliação, poderia ser ditado um tabelamento que limitasse não só o lucro de distribuidores estrangeiros como a sua capacidade de corrupção.

É necessário, ainda, aprofundar esta medida pela construção da segunda unidade de lubrificantes, de modo a que venha nossa Empresa a abastecer totalmente o mercado nacional.

Importante fonte de avaliação de divisas, isto é, de produto de trabalho do povo brasileiro, é constituída pelas manobras de sobre-faturamento, de petróleo e derivados, pelos trustes internacionais que aqui agem e pelas refinarias particulares, que o pouco vigor de nossa luta fez com que ainda não fossem encampadas. Mesmo as operações normais de importação deixam sua margem de lucro que nada justifica serem absorvidos por quem dispõe de uma fatia do mercado nacional.

Todo lucro proporcionado pelas operações de produção, refino, comércio interno ou externo de petróleo deve ser pôsto à disposição da Empresa Estatal para ser empregado na construção desta inexpugnável linha de defesa que será a nossa auto-suficiência no setor petrolífero.

O conjunto de atividades, indústria e comércio de petróleo, é por essência monopolista. A coexistência, lado a lado, no mesmo mercado nacional de diversas empresas do ramo torna-se impossível pela concorrência, mas é viável e esta é a realidade em toda a parte do mundo, pela divisão de mercado. A existência de refinarias particulares no Brasil só é possível pela amputação, que de fato se verifica, do monopólio estatal que cabe à PETROBRAS exercer. Tais refinarias recebem elevadíssimos lucros, retirados do mercado que deveria ser da PETROBRAS, sem ônus que tem esta, de investir os seus na tarefa árdua de promover a emancipação nacional.

Da mesma forma, constitui uma amputação do mercado reservado à PETROBRAS, a existência de filiais

dos trustes internacionais dominando a rede de distribuição de derivados, como meros intermediários entre a PETROBRAS e o consumidor.

É particularmente de notar que este comércio de derivados dessangua a economia brasileira por duas formas: pela redução das disponibilidades com que a PETROBRAS contaria para realizar novos empreendimentos e pela exportação de lucros, o que, nunca é demais dizer, significa acumulação nos países dos trustes do produto do trabalho brasileiro. As mesmas observações e as mesmas consequências se podem tirar a respeito da indústria petroquímica, subsidiária também dos trustes internacionais, também interposta entre a PETROBRAS e o consumidor brasileiro.

Estas são algumas considerações e medidas necessárias ao fortalecimento e a ampliação do monopólio estatal do petróleo, que a seguir arrolamos:

CONSIDERANDO QUE:

1. A segurança nacional é tanto mais efetiva quanto maior for a auto-suficiência de matérias-primas básicas, das quais ressalta o petróleo;
2. o ponto de estrangulamento do nosso desenvolvimento é o desequilíbrio do balanço de pagamentos;
3. a urgência de aumentarmos nossa produção de óleo e a falta de tradição e experiência nos aconselham a recorrer à colaboração técnica internacional;
4. a emulação entre técnicos provenientes de diversos países e grupos de países, relativamente à prestação de serviços técnicos, constituiriam uma forma de fiscalização recíproca em proveito do Brasil.

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A intensificação da exploração e da lavra de petróleo no território nacional, recorrendo à experiência dos países mais adiantados no ramo, sem discriminações estranhas à capacidade técnica e, na maior proporção possível, pagando em cruzeiros ou produtos de exportação tradicionais do Brasil."

CONSIDERANDO QUE:

1. Apesar de vultosas importâncias terem sido perdidas, remunerando a colaboração técnica estrangeira, muitos problemas de exploração estão ainda sem solução ou controvertidos;
2. dificuldades, como a das observações sob as camadas de diabásio, vêm desafiando os métodos geofísicos

em voga nos países com cuja colaboração técnica temos contado até o presente.

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A consulta a grupos de técnicos e cientistas de várias procedências, não excluindo nos dos países com experiências no ramo e de quem não vimos recebendo colaboração".

CONSIDERANDO QUE:

1. As decisões sobre a exploração e perfuração para petróleo no território nacional exigem a participação de técnicos de experiência em campos variados;

2. a extensão do território nacional e a dispersão e complexidade dos trabalhos de campo e de interpretação conduzem, para se tomar tais decisões, ao exame de considerável massa de documentos e informações;

3. não é aconselhável deixar ao arbítrio de um só homem decisões de tal forma transcendente.

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda que:

"A orientação e controle de execução, do Departamento de Exploração, sejam atribuídos a um órgão colegiado, composto de técnicos nacionais, das mais elevadas competências e reputação, nomeados pela Diretoria Executiva da PETROBRAS, cabendo à Superintendência do Departamento de Exploração, cumprir e fazer cumprir as decisões daquele coletivo".

CONSIDERANDO QUE:

1. O aumento da produção de petróleo de poço, através programas exploratórios, caracteriza-se por sua longa maturação;

2. o fator tempo na obtenção da auto-suficiência no setor petróleo, para um país subdesenvolvido como o Brasil, é dos mais importantes;

3. os técnicos brasileiros desenvolveram e aperfeiçoaram um processo de extração de óleo de xisto, que, segundo as experiências realizadas em escala protótipo, demonstrou grandes possibilidades de produção em condições econômicas;

4. a existência de ponderáveis reservas de xisto betuminoso no País.

A Segunda Convenção Na-

cional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A aceleração, por parte da PETROBRAS, da construção da Usina de São Mateus, a fim de se avaliar definitivamente sua economicidade em escala industrial, de modo a permitir, no menor prazo possível, realização de programa, visando complementar, através desse processo, nossas necessidades petrolíferas".

CONSIDERANDO QUE:

1. A importação de óleos lubrificantes onera o País em mais de 15 milhões de dólares anuais;

2. a Refinaria Landulpho Alves deverá produzir, dentro de mais alguns meses, cerca de 53% do consumo nacional de lubrificantes;

3. mesmo depois de entrar em funcionamento a unidade de lubrificantes da PETROBRAS, o cartel internacional ainda deterá o controle do ramo, especialmente através as "bleeding-plants" (fábricas que juntam os aditivos químicos ao óleo lubrificante);

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"a) Que a PETROBRAS amplie a unidade de lubrificantes a fim de tornar-nos auto-suficientes na produção de lubrificantes. Se a atual unidade ampliada não for suficiente, iniciar de imediato a construção de novas unidades.

b) que a PETROBRAS passe a produzir lubrificantes."

CONSIDERANDO QUE:

1. A liberdade de fixação de preços dos óleos lubrificantes tem proporcionado às companhias estrangeiras instaladas no País lucros monopolísticos e arbitrários;

2. através cálculos indiretos, chegou-se à conclusão de que as companhias estrangeiras, apenas com os óleos lubrificantes, obtêm lucros maiores do que aqueles declarados em balanço e referentes a sua atividade global;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo exige:

"Que o Conselho Nacional do Petróleo tome as medidas necessárias para o imediato tabelamento dos óleos lubrificantes."

CONSIDERANDO QUE:

1. A necessidade de corrigir a presente situação em que as empresas permissio-

nárias do refino se beneficiam do nível elevado de rentabilidade — os mesmos preços de venda conferidos à PETROBRAS — so justificável em relação à Empresa Executora do Monopólio Estatal, tendo em vista as atividades de pesquisa, lavra, refinação e transporte do petróleo;

2. o interesse existente para a política nacional do petróleo de implantar uma direção única do parque de refino, a fim de ajustar, nas melhores condições operacionais e econômicas, a produção e o consumo de produtos petrolíferos;

3. a existência de empresas particulares permissórias do refino cria graves empecilhos ao desenvolvimento harmônico e rápido da indústria nacional do petróleo, bem como choques de interesses entre algumas das permissórias e os órgãos responsáveis pela política petrolífera do País;

4. as atuais empresas particulares executam um serviço que, nos termos do Decreto-Lei n. 395, de 29 de abril de 1938, é considerado de utilidade pública;

5. a Lei n. 2004, nos seus artigos 24 e 26, prevê o controle, pela PETROBRAS, do parque nacional do refino;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A imediata encampação das refinarias particulares".

CONSIDERANDO QUE:

1. A elevadíssima rentabilidade da indústria petroquímica;

2. a indústria petroquímica é totalmente dominada pelo capital estrangeiro e carrega para o exterior apreciável montante de divisas que poderiam ser utilizados em benefício do desenvolvimento nacional;

3. as matérias-primas básicas utilizadas por este ramo industrial são quase totalmente fornecidas pela PETROBRAS e a preços vis;

4. suas linhas de produção, normalmente, são dirigidas para a elaboração de produtos não essenciais ao aceleramento do desenvolvimento econômico do País;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A encampação da indústria petroquímica, e a imediata aceleração das obras em andamento, principal-

mente as da Usina e de Duque de Caxias e de Duque de Itaipava".

CONSIDERANDO QUE:

1. A importação de petróleo e derivados, por empresas privadas, nacionais ou estrangeiras, é uma brecha no monopólio estatal;

2. a intervenção dessas empresas no comércio exterior do petróleo permite manobras de sobre-faturamento, em detrimento da economia nacional;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"O estabelecimento imediato do monopólio de importação".

CONSIDERANDO QUE:

1. Está a PETROBRAS capacitada para superintender a distribuição a granel de derivados em todo o território nacional;

2. nenhuma contribuição positiva advém para o País da manutenção do atual regime de distribuição a granel de produtos petrolíferos, realizada pelas companhias estrangeiras;

3. o papel corruptor assumido pelas referidas empresas na vida política e cultural do País;

4. o efeito negativo sobre o balanço de pagamentos do País, proveniente das remessas de lucro de tais companhias para o exterior;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"A outorga a PETROBRAS do monopólio de distribuição por intermédio de suas Unidades, que possua a abastecer os grandes consumidores estatais e para-estatais, bem como, a encampação de todos os terminais onde existem bases aéreas e navais como medida de segurança nacional e a construção de outros terminais onde a PETROBRAS estiver operando".

CONSIDERANDO QUE:

1. Não há verdadeira independência de um país sem que os seus filhos dominem as técnicas mais avançadas;

2. o recurso a técnicos estrangeiros é caro e aleatório;

A Segunda Convenção Nacional dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo recomenda:

"Que a PETROBRAS intensifique programas de treinamento e requalificação de técnicos de todos os níveis".

Na mesa: general Amaryá Liberato, prof. Francisco Mangabeira, governador Leonel Brizola e Fernando Autran. Falando, Dante Pelacane



I Encontro de Libertação Nacional

Com a presença de centenas de delegados, de todos os Estados, representando organizações políticas, culturais, estudantis, sindicais, camponesas e femininas, reuniu-se na capital de São Paulo, durante os dias 21, 22 e 23 de agosto último, o I Encontro de Libertação Nacional. Ao fim dos debates, foi aprovado pelo plenário o seguinte documento sobre a atual situação do País:

O Encontro e a Atual Situação do País

O I ENCONTRO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL realiza-se quando o País atravessa uma situação grave e difícil de sua vida. Persistem as causas e os efeitos da crise profunda, que se manifesta no alucinado ritmo inflacionário, no déficit orçamentário, na carestia e na sonegação dos gêneros, na elevação incontornável dos preços.

O descontentamento do povo é intenso. A radicalização das massas atinge, em grau crescente, um número cada vez maior de setores. A situação, tal como está, não pode continuar.

O I Encontro de Libertação Nacional não aceita o atual estado de coisas e acentua a necessidade de se enfrentar imediatamente uma mudança radical na situação do Brasil.

1. Examinando as medidas e os meios ao alcance do povo para conseguir uma saída e enveredar por um novo caminho, que lhe abra as portas à independência, ao progresso e ao bem-estar, o I Encontro de Libertação Nacional conclui que a emancipação do Brasil só será conseguida pela luta das massas e que o instrumento indispensável e necessário para isto é a FRENTE DE LIBERTAÇÃO NACIONAL.

O I Encontro de Libertação Nacional lança um caloroso apelo a fim de que a Frente de Libertação Nacional se torne efetiva em amplos organismos de frente única, em todos os recantos do Brasil; que sua estruturação surja simultaneamente com a participação desses órgãos da F.L.N. nas lutas diárias do povo, incluindo-se as lutas pelos objetivos políticos, em que as massas farão sentir o peso de sua influência na decisão do destino histórico de nosso País.

O I Encontro de Liberta-

ção Nacional decide postergar a data do grande CONGRESSO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL e reestruturar a Comissão Executiva incumbida de levar à prática esse congresso, autorizando-a desde já a entrar em contato com a direção existente da Frente de Libertação Nacional a fim de coordenar a ação comum, que incentivará a luta de libertação nacional e garantirá o seu êxito.

2. O I Encontro de Libertação Nacional julga oportuno chamar o povo a utilizar a arma do voto como uma arma revolucionária nas eleições de 7 de outubro, concentrando esforços para modificar profundamente a composição do Parlamento e derrotar os representantes do poder econômico. O atual Parlamento, pela sua maioria maciça partidária do imperialismo e do latifúndio, revelou-se contrário às reformas de base, e está superado em face das necessidades do povo brasileiro. Modificar sua composição é uma questão decisiva do atual momento político.

O I Encontro de Libertação Nacional considera, entretanto, que não deve comprometer-se nominalmente com os candidatos apresentados aos vários postos eletivos, alertando tão-somente ao eleitorado que só deve votar naqueles que, reconhecidamente nacionalistas e democratas, sejam bastante corajosos e ousados para, no futuro, prosseguir ajudando o povo na luta pela emancipação nacional.

3. O I Encontro de Libertação Nacional é pela antecipação do plebiscito. Este, porém, deve ser realmente constituído numa ampla consulta democrática ao povo, assegurando também o voto dos soldados, dos marinheiros e dos anal-

fabetos, e garantindo a todas as tendências e correntes políticas, sem exceção ou discriminações, o direito de participar em igualdade de condições, no esclarecimento do povo para a solene tomada de posição que significa a consulta plebiscitária.

4. O I Encontro de Libertação Nacional condena a atitude do Parlamento, que jamais encontrou meios e tempo para reformar a Constituição em benefício, por exemplo, da reforma agrária, mas que, num momento grave da vida do País, capitulando entre os generais golpistas, votou a toque-de-caixa o Ato Adicional para impedir ao povo a vitória completa do movimento pela legalidade, irrompido em 25 de agosto de 1961.

O presidencialismo, por sua vez, já foi a forma de governo que predominou no País, desde que se instaurou a República, e também não resolveu os problemas fundamentais da sociedade brasileira, que continuam se agravando.

O I Encontro de Libertação Nacional é de opinião que o fundamental hoje, para o povo brasileiro, é assegurar e ampliar as liberdades democráticas e conseguir um governo que realize as reformas de base, iniciando a execução de um programa de sentido nacionalista e democrático. O governo vigente tem compromissos com o imperialismo e o latifúndio, conforme se evidencia com a participação, no atual gabinete, de ministros como o da pasta da Fazenda. E ainda que ostente em sua composição outros nomes com vínculos entre o povo, além do presidente da República, eleitos por considerável parcela de votos de nacionalistas e democratas, caracteriza-se pela conciliação com os golpistas e com a extrema direita do País.

5. Dentre as reformas de base de que necessita o País, além daquelas que golpeiam o imperialismo proibindo a remessa de lucros, encampando as empresas concessionárias de serviços públicos, estabelecendo o monopólio da importação do petróleo e afastando os trusts da distribuição de seus derivados, a reforma agrária tem um sentido inconfundivelmente prioritário, e a ela se junta, em grau de premência, a reforma universitária pela qual se batem os estudantes numa greve nacional, corajosa e persistente, que conta com a solidariedade irrestrita dos patriotas do I Encontro de Libertação Nacional.

O I Encontro de Libertação Nacional considera que a delegação de poderes pleiteada pelo atual Gabinete Ministerial destina-se antes a dar cobertura a medidas insuficientes, sem o necessário lastro à realização efetiva das reformas de base apregoadas e tão ansiosamente desejadas pelo País.

O I Encontro de Libertação Nacional conclama ardentemente à luta o povo brasileiro. Nosso caminho é o das lutas de massa, que já estão em curso no País. Lutas que vão desde a greve geral combinada com as formas de luta dos camponeses, até às lutas das cidades entrosadas com as lutas do campo, desde as lutas populares do Norte e do Nordeste até às lutas das mulheres que, em suas ligas femininas e outras organizações, combatem sem descanso a carestia de vida, a sonegação de gêneros e a alta inflacionária dos preços.

O I Encontro de Libertação Nacional, em sua linha de conduta de apoio às lutas de massa, solidariza-se integralmente com as resoluções adotadas no IV Encontro Sindical Nacional dos Trabalhadores, com as

resoluções do I Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado em novembro de 1961 em Belo Horizonte e, em particular, com a resolução aprovada naquele conclave sobre a reforma agrária radical.

Solidariza-se também com as resoluções tomadas no último congresso da UNE, e com todas as teses apresentadas nas convenções nacionais dos trabalhadores do petróleo e dos bancários, assim como as do IV Encontro Nacional dos Servidores Públicos.

O I Encontro de Libertação Nacional chama a atenção para a necessidade de apoio à política externa independente de defesa de nossa soberania, de defesa da paz e da coexistência pacífica, pelo desarmamento completo e universal e o banimento das experiências nucleares; de relações diplomáticas e comerciais com todos os países socialistas e demais países do mundo; de respeito à autodeterminação dos povos e não intervenção nos assuntos internos de outros países. Conclama o povo brasileiro à solidariedade ampla, efetiva, persistente e concentrada à revolução cubana. A defesa de Cuba de Fidel Castro é a defesa de nossa própria soberania e a garantia futura de nossa própria emancipação contra o domínio dos trusts e dos monopólios norte-americanos e contra o sombrio jugo do latifúndio em nossa terra.

O I Encontro de Libertação Nacional, finalmente conclama o povo brasileiro a forjar sua unidade inquebrantável, único alicerce em que poderá firmar-se, impecável, o arcabouço de nossa grandiosa luta emancipadora e sua vitória final.

SALA DO PLENÁRIO

São Paulo, 21 de agosto de 1962.

Comando Geral Dos Trabalhadores

A propósito da última greve geral, deflagrada em todo o País no dia 14 de setembro, o Comando Geral dos Trabalhadores distribuiu o seguinte manifesto dirigido aos trabalhadores e ao povo:

Fomos mais uma vez a greve. De norte a sul, em todos os rincões de nosso País, os trabalhadores desfaldaram a bandeira de sua grande arma — a GREVE.

Fomos à greve, principalmente, para lutar contra a ação criminosa das forças pró-imperialistas e latifundiárias, os entreguistas que dominam as cúpulas de certos partidos, da maioria parlamentar que impede as reformas profundas que todos os brasileiros exigem. Reclamávamos a realização do plebiscito junto às eleições gerais porque achamos que o povo é que deve escolher as formas institucionais que julgar convenientes.

Realizamos esse grande movimento de unidade, numa demonstração política que pôs a classe trabalhadora como a força mais expressiva e mais decisiva na sociedade brasileira. Fomos à greve para exigir a efetivação de soluções reais de problemas que tanto angustiam e afligem o povo: combate à exploração e à miséria, pela imediata elevação de 100% no salário-mínimo e majoração de todos os salários; pela realização da reforma agrária e aplicação da legislação social aos trabalhadores do campo; pela aplicação efetiva da lei que disciplina a remessa de lucros para o exterior; por medidas contra o alto custo de vida, como o congelamento imediato dos preços de gêneros e artigos de primeira necessidade.

A greve, plenamente vitoriosa, foi mais uma demonstração pujante da poderosa unidade, organização e combatividade da classe trabalhadora, que assume, desta forma, o seu decisivo papel na vida nacional.

A classe trabalhadora e suas organizações sindicais

de a orientação e direção do Comando Geral dos Trabalhadores, cumpriu, mais uma vez, o seu patriótico dever. Com a greve derrotamos a intransigência de uma maioria parlamentar reacionária e retrógrada. O caminho do plebiscito foi aberto e, também, ao presidente da República foram concedidas todas as condições para a constituição de um governo nacionalista e democrático.

Se não foram maiores as vitórias nesta luta pelos objetivos do programa de salvação nacional aprovado em nosso memorando IV Encontro Sindical Nacional, é porque outras forças nacionalistas e democráticas não atuaram com a mesma intensidade e vigor, como o fizeram os trabalhadores na sua greve geral.

Mais uma vez a classe trabalhadora, em greve, deu ao Brasil uma grande e efetiva contribuição, evitando a consumação do retrocesso, da vitória da reação, do avanço das forças reacionárias que tudo fazem para manter o nosso País em atraso, miserável e subjugado aos imperialistas e latifundiários.

Saimos dessa grande e vitoriosa greve, mais unidos, mais organizados, com força multiplicada e com uma posição de relêvo em todo o desenvolvimento da vida econômica e política do País.

O compromisso assumido pelo governo com a classe trabalhadora, além de respeitar o pleno gozo das liberdades democráticas, nos garante, de imediato, a mais rápida revisão do salário-mínimo, o início e a continuação de medidas para se ir realizando a reforma agrária, efetiva aplicação da Lei de Remessa de Lucros e daquelas medidas indispensáveis a pôr um paradeiro à desenfreada exploração do povo, tais como a intervenção governamental nos trusts que asfixiam a economia nacional e o congelamento dos preços

dos gêneros e artigos de primeira necessidade.

Com a greve vitoriosa, o povo está em condições de exigir ser ouvido na formação do novo ministério, que deve ser composto de autênticos nacionalistas e de provados democratas, o que, em nome dos milhares de valentes grevistas e valerosos combatentes da classe trabalhadora, o Comando Geral dos Trabalhadores, aliados a outras forças democráticas e patrióticas, passará a fazer desde este momento.

O resultado mais importante de nossa greve vitoriosa, foi a greve de unidade e consciência alcançada com o apoio de milhões de brasileiros da cidade e do campo, que é fator decisivo pela conquista dos objetivos do programa de salvação nacional e do governo nacionalista e democrático.

A luta, porém, continua, cada vez mais viva, cada vez mais profunda, e mais ampla. Estas conquistas têm que ser ampliadas e consolidadas. Agora temos junto à nossa classe mais forças de outras camadas sociais, todas — como nós — interessadas na luta contra os imperialistas e latifundiários e pela constituição de um governo que represente essas forças democráticas e progressistas.

Companheiros trabalhadores:

Em cada organismo sindical, em cada local de trabalho, em cada lar operário, devemos debater os resultados de nossa greve vitoriosa, realizando assembleias sindicais e concentrações populares, pôr em prática suas conquistas, multiplicar os efetivos de nossa organização; manter a nossa mobilização e ampliar a nossa pujante unidade. Formamos, com os camponeses, estudantes, intelectuais, servidores do Estado e patriotas das Forças Armadas, uma poderosa e invencível frente única que luta pela emancipação nacional.

O caminho aberto pelas vitoriosas greves de 5 de

julho e 14 de setembro possibilita a caminhada patriótica da classe trabalhadora e seus aliados, até a vitória final, que representa a libertação de nossa Pátria, o bem-estar de nosso povo e a felicidade da Nação Brasileira.

Viva o pujante e vitoriosa GREVE GERAL DE 14 DE SETEMBRO!

Pela constituição de um Governo Nacionalista e Democrático!

Pelas Reformas de Basel

Pela unidade e organização dos trabalhadores e sua união crescente com os camponeses, estudantes, intelectuais, militares patriotas e de todas as forças nacionalistas e democráticas.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1962.

Pelo COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES:

Dante Pelacani — Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria; Huberto Menezes Pinheiro — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Crédito; Alfredo Pereira Nunes — Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos, Fluviais e Aéreos; Oswaldo Pacheco da Silva — Federação Nacional dos Estivadores; Felipe Ramos Rodrigues — Federação Nacional dos Portuários; Raimundo Castelo de Souza — Federação Nacional dos Marítimos; Severino Naino Schnaipp — Federação Nacional dos Arrumadores; Raphael Martinelli — Federação Nacional dos Ferroviários; Paulo de Mello Bastos — Federação Nacional dos Trabalhadores do Ar; Newton Eduardo de Oliveira — Federação Nacional dos Gráficos; José Paulo da Silva — União dos Portuários do Brasil; Otton Canedo Lopes — Sindicato Nacional dos Aeroaviários; Paulo de Santana Machado — Sindicato Nacional dos Aeronautas; Hércules Corrêa dos Reis — Comissão Permanente das Organizações Sindicais do Guanabara.

Programa

Para

o Povo



**NOVOS
RUMOS**